



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

PÂMELA GUIMARÃES LINO

**A FAMÍLIA EM BUSCA DE PROTEÇÃO SOCIAL: UM
ESTUDO COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO PROGRAMA
PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA**

**FLORIANÓPOLIS
2012**

PÂMELA GUIMARÃES LINO

**A FAMÍLIA EM BUSCA DE PROTEÇÃO SOCIAL: UM
ESTUDO COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO PROGRAMA
PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regina
Célia Tamaso Mioto.

Florianópolis

2012

PÂMELA GUIMARÃES LINO

**A FAMÍLIA EM BUSCA DE PROTEÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO
COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO PROGRAMA PLANTÃO
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de “Mestre em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 20 de setembro de 2012.

Prof^a Dr^a Helenara Silveira Fagundes
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Regina Célia Tamasso Mioto
Universidade Federal de Santa Catarina
Presidente

Prof^a Dr^a Marta Silva Campos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Membro Externo

Prof^a Dr^a Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro

Prof^a Dr^a Liliane Moser
Universidade Federal de Santa Catarina
Suplente

Às famílias que emprestaram as suas
histórias de vida para ilustrar a realidade de
outras tantas famílias.

Ao meu esposo, Cléber, por seu
incentivo e amor.

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.”*

Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente é preciso agradecer Àquele que me permitiu essa conquista, concedendo-me a vida e fazendo-me forte. Obrigada, Senhor, pois sem Ti eu nada seria.

Estes outros dois merecem tanto a minha gratidão, que nada do que eu relate aqui será capaz de expressá-la, por isso agradeço “apenas” pelo seu amor, pois sou incapaz de agradecer, de maneira justa, por tudo. Pai, mãe, vocês são meus heróis.

As três criaturas mais diferentes de mim que poderiam existir foram escolhidas por Deus para ocupar o tão importante lugar de irmão. Eliandro, Junior e Eliza, obrigada pelo aprendizado que me proporcionam, desse jeito tão particular de cada um.

A você, Cléber, a quem dedico este trabalho, o agradecimento também se faz necessário, pois és um grande companheiro, amigo, namorado, esposo, aquele que mais me motivou, me dizendo que faltava pouco para acabar (enquanto sabia que ainda faltava tanto). O seu incentivo foi primordial para a concretização deste objetivo. Obrigada por compreender a minha ausência, mesmo quando fisicamente eu estive presente, e por discutir comigo os assuntos do meu interesse, e por sonhar comigo os meus sonhos. Obrigada, meu amor.

Agradeço imensamente à Universidade Federal de Santa Catarina, que me possibilitou crescer como acadêmica, desde a graduação, me mostrando, através do saber científico, um lado da vida que eu não conhecia. O crescimento profissional e pessoal também é influenciado por essa instituição.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que com tanta competência, conduz a formação e provoca a criticidade. Igualmente aos servidores, que dedicam sua energia aos nossos assuntos, às nossas necessidades. Obrigada, queridos.

À professora Regina Célia Tamaso Miotto, que cativa por conseguir reunir brilhantismo e humildade. Agradeço demais por dividir comigo o seu conhecimento, por dedicar-me atenção, compreensão e carinho. Foi uma grande honra tê-la como orientadora.

Às professoras Marta Silva Campos, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski e Liliane Moser, pelas contribuições fundamentais na oportunidade da qualificação deste trabalho. Obrigada por dedicarem uma parte de seu precioso tempo a estudá-lo.

Aos meus amigos e familiares, de perto e de longe, saibam que muito aprendi e aprendo com todos vocês. Também aos colegas da

graduação e do mestrado, especialmente a Nidia e Elaine, jamais as esquecerei. Acredito que ao longo da vida, Deus coloca anjos em nossos caminhos, para tornar a nossa vida mais doce. No meu, ele colocou vocês duas.

Aos ex e atuais colegas de trabalho, Marivone, Gabriela, Larissa, Paula, Rogério, Marineusa, Dolores, Joana, Ana Cláudia, Giancarlo, Everling, como foi e é importante contar com o apoio e a torcida de vocês. Obrigada pela partilha do conhecimento e da amizade.

A todos os profissionais da Secretaria de Desenvolvimento Social de Garopaba, que me acolheram com tanto carinho, reconhecendo a importância do estudo, e me auxiliando em tudo o que foi necessário. Guardo os melhores sentimentos possíveis dos momentos em que atuei nesse espaço sócio-ocupacional. O aprendizado foi imenso.

Ao Poder Judiciário de Santa Catarina, representado pelo Tribunal de Justiça do estado, que permitiu as saídas quinzenais para as orientações, essenciais à elaboração do trabalho, e será campo de aplicação do conhecimento obtido.

A todas as famílias que cordialmente cederam as entrevistas e confiaram a mim a sua identidade e intimidade. Com muito respeito e admiração, registro aqui o meu agradecimento mais do que especial pelas riquíssimas contribuições. Que elas possam despertar outras possibilidades e inspirar a construção de novas pesquisas nessa área. Obrigada, muito obrigada!

RESUMO

LINO, Pâmela Guimarães. **A família em busca de proteção social: um estudo com as famílias atendidas no Programa Plantão Social do município de Garopaba.** 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Este estudo tem como principal proposta analisar a organização empreendida pela família na busca da garantia do bem-estar de seus membros, examinando, para tanto, a sua responsabilização no processo de provisão de recursos e a precariedade de suas condições de vida. O ponto de partida é o reconhecimento da presença da característica “familista” na configuração das políticas sociais, que enaltece a família como instância provedora de proteção social. Outro pressuposto refere-se aos desdobramentos relacionados às mudanças na estrutura demográfica da população, que implicam em maiores responsabilidades vinculadas às famílias e, ainda, considera-se os processos sociais históricos e contemporâneos como fatores condicionantes da atual realidade social vivenciada por elas. Os procedimentos metodológicos eleitos para a operacionalização da fase empírica do trabalho foram basicamente a entrevista semiestruturada e o critério de saturação. Doze famílias usuárias do Programa Plantão Social da Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Garopaba foram entrevistadas e seus relatos apontam para a utilização de três fontes principais de recursos na busca do atendimento às necessidades básicas: o trabalho remunerado, os serviços públicos e o apoio familiar. Verificou-se que os grupos familiares estabelecem relações, criam possibilidades, agregam e articulam os recursos adquiridos em suas tentativas de garantir o bem-estar, entretanto, apesar deste esforço, não conseguem contemplar as suas demandas de forma satisfatória. Nota-se que ao longo do processo de organização da família para a provisão do bem-estar muitas dificuldades e impedimentos são conhecidos e todos eles estão profundamente relacionados às condições objetivas de vida em que as famílias se encontram enquanto segmentos sociais vulneráveis. A pesquisa demonstra que, há longa data, essas instituições vêm sendo sobrecarregadas de obrigações inerentes ao atendimento das necessidades básicas de seus membros, bem como, têm desempenhado

um papel pertencente a outra esfera de proteção, o Estado. Conclui-se, nessa perspectiva, que as políticas sociais precisam ser repensadas, bem como, o regime de bem-estar brasileiro, como um todo, no sentido de que se facilite o acesso e usufruto dos serviços públicos e de todos os recursos por parte das famílias. Outrossim, para que as responsabilidades ligadas ao bem-estar possam ser partilhadas de maneira justa e coerente entre as instâncias de proteção social, a depender das reais necessidades da população.

Palavras-chave: Família; Bem-estar; Provisão; Proteção Social.

ABSTRACT

LINO, Pâmela Guimarães. **The family in search of the social protection:** a study with families attended by Program Social Duty of the Secretary of Social Development from Garopaba. 2012. 144 f. Dissertation (Master in Social Work) – Postgraduate Program in Social Work, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

This study has as main purpose to analyse the organization under taken by family in order to guarantee the welfare of its members, checking your responsabilization in the processo of provision of resource and the conditions of precarious life of the family. The starting point is recognition of the “family” characteristic appear in the configuration of the social policies, that exalt the family as provider of social protection; other presupposed related to the changes in the demographie structure of the population that demands greater responsibilities linked to the families, and it is also considered the historical social and contemporaries as factors affecting the current social reality experience by the families. The methodological procedures choose to operationalization phase of the empirical study were basically the semistructure interview and saturation criterion. Twelve families (user) that make part of Program Social Duty of the Secretary of Social Development from Garopaba city were interviewed and their reports indicated the three main sources of resource, in order to obtain the basic necessities: paid work; public services; and the family support. It was found that the family groups establish relationship, create possibilities, aggregate and articulate the resources acquired in their attempts to ensure the well being, never the less, in their attempts to ensure the well being, never, in spite of this effort, they cannot contemplate their demands satisfactory. It is noted throughout the process of family organization, for the provision of welfare, that many difficulties and obstacles are known, and all of them are deeply related to the life condition in which families are found, as vulnerable social segments. This research shows that, for a long time, such institutions have been burneded with obligations inherent to the service of the basic needs of their members, as well as have been playing a role of protection, that is, government’s responsibility. It is conclude that social policies need to be rethought, as well as the brazilian welfare regime, as a whole, in order to

facilitate the access and usufruct of public services and all resources by the families. Furthermore, that the responsibilities related to welfare can be shared in a fair and consistent way, among the instances of social protection, depending on the real necessity of the population.

Key-words: Family; Welfare; Provision; Social Protection.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tipo de arranjo familiar

Gráfico 2. Composição numérica da família

Gráfico 3. Sexo dos sujeitos entrevistados

Gráfico 4. Idade dos sujeitos entrevistados

Gráfico 5. Nível de escolaridade das famílias

Gráfico 6. Tipo de vínculo empregatício dos sujeitos

Gráfico 7. Condições de trabalho dos sujeitos

Gráfico 8. Serviços procurados

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico – Cadastro Único do governo federal para programas sociais
CEBR - *Centre for Economics and Business Research*
FECAM - Federação Catarinense de Municípios
FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF - Índice de Desenvolvimento Familiar
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH – M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
NESPP - Núcleo de Estudos e Pesquisas, Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social
NOB – Norma Operacional Básica
PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família
PEA - População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A
SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
SIS – Síntese de Indicadores Sociais
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TFT – Taxa de Fecundidade Total

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	23
2.	DIFERENTES FORMAS DE COMPREENDER FAMÍLIA.....	33
2.1	A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA COMO AGREGADO DOMÉSTICO.....	34
2.2	A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA SEGUNDO AS PESQUISAS DEMOGRÁFICAS BRASILEIRAS.....	36
2.3	A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA ENQUANTO REDE DE RELAÇÕES.....	38
3	FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL: ELEMENTOS PARA O DEBATE.....	41
3.1	ALGUNS MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	41
3.2	O BEM-ESTAR NO CONTEXTO LATINOAMERICANO.....	47
3.3	A CONFIGURAÇÃO DO BEM-ESTAR NA REALIDADE BRASILEIRA.....	51
3.4	O LUGAR DA FAMÍLIA NA PRODUÇÃO DO BEM-ESTAR.....	55
3.5	AS MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E O PAPEL PERMANENTE DA PROTEÇÃO FAMILIAR.....	60
3.6	FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: AS MULHERES COMO PRINCIPAIS PROVEDORAS.....	64
4.	APRESENTANDO A PESQUISA E CONHECENDO AS FAMÍLIAS.....	71
4.1	OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	71
4.2	MUNICÍPIO DE GAROPABA: <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA EMPÍRICA.....	76
4.3	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: O LUGAR DE ABORDAGEM AOS SUJEITOS.....	82
4.4	O PERFIL DAS FAMÍLIAS.....	85
5	OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA NA BUSCA PELA PROVISÃO DO BEM-ESTAR.....	95
5.1	AS FONTES DE RECURSOS ACESSADAS PELAS FAMÍLIAS.....	95
5.1.1	As atividades remuneradas como fonte de recursos.....	95

5.1.2	Os serviços públicos como fonte de recursos.....	98
5.1.3	A família como fonte de recursos.....	101
5.2	AS FORMAS DE ACESSO AOS RECURSOS.....	103
5.2.1	A organização e articulação dos recursos obtidos pelas famílias.....	103
5.2.2	As tentativas de atendimento às necessidades básicas das famílias.....	107
5.2.3	A percepção clientelística das famílias revelada na busca pelos serviços.....	112
5.3	AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DA FAMÍLIA PARA A PROVISÃO DO BEM-ESTAR.....	115
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	131
	APÊNDICES.....	141
	Apêndice 1: Quadro A – Serviços de Proteção Social Básica.....	143
	Apêndice 2: Quadro B - Serviços de Proteção Social Especial.....	149
	Apêndice 3: Questões norteadoras para a entrevista...	151
	ANEXOS.....	163
	Anexo 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	165
	Anexo 2: Solicitação de autorização da instituição para realização da pesquisa.....	167
	Anexo 3: Declaração de ciência e autorização da instituição.....	169

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a família é exigida a dar conta das necessidades de seus membros. Alimentação, abrigo, vestuário, cuidados, afeto, são alguns dos elementos inerentes à proteção social demandada pelo homem e provida, em grande parte e durante longo tempo, pela família. Observa-se, porém, que, com o desenvolvimento da sociedade, as carências humanas foram aprofundadas e, por conseguinte, as responsabilidades familiares ampliadas.

A crescente inclusão da mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho, a flexibilidade das uniões, a atual estrutura etária da população, os novos arranjos familiares são, por exemplo, algumas das mudanças sociais em curso nas últimas décadas, que requerem adaptações automáticas por parte das famílias. Todavia, na mesma proporção em que tais transformações ocorrem, as unidades familiares são tornadas frágeis, uma vez que vão perdendo sua capacidade protetora diante da fluidez dos fenômenos sociais.

Como refere Arriagada (2002), a família:

Por una parte, es refugio y apoyo frente a condiciones cambiantes que generan inseguridad en el ámbito laboral (desempleo, bajos salarios); de la salud (drogadicción, enfermedad y muerte); de la educación (exclusión) y de la violencia (delictual). Al mismo tiempo, las modificaciones de las familias en el tiempo y el efecto que provocan en ellas tanto las tensiones externas como las relaciones en su propio seno pueden activar fuentes importantes de inseguridad interna, como cambios de estado civil (separación, divorcio), migraciones y violencia intrafamiliar. Desde esta perspectiva, la familia es muy vulnerable a las crisis, aunque a la vez constituye la institución más socorrida de protección frente a ellas (p. 144).

Em regimes de bem-estar¹ em que não existe uma divisão coerente e justa de responsabilidades de proteção social, isto é, onde não se considera a capacidade variável do Estado, do mercado e da família

¹ Para Esping-Andersen (2000), os regimes de bem-estar são formas conjuntas e interdependentes em que se produz e distribui o bem-estar através do Estado, do mercado e da família.

em prover recursos à população, atribui-se às famílias um volume de obrigações que supera em muito as suas possibilidades de contemplá-lo. Assim, além das alterações na estrutura demográfica e no comportamento da sociedade, de maneira geral, há fatores conjunturais que interferem diretamente nas condições objetivas das famílias em atender as necessidades de seus membros.

Os efeitos do avanço capitalista condicionam situações de extrema vulnerabilidade social, em todas as esferas da sociedade, favorecendo, naturalmente, os seletos proprietários do capital, em detrimento de contingentes populacionais. Em que pesem as questões econômico-filosóficas tão pertinentes que envolvem o tema, e que permearão a análise proposta, configura-se como relevante, no presente estudo, olhar para a família, enquanto instituição altamente importante em todo esse processo.

O presente trabalho, intitulado “A família em busca de proteção social: um estudo com as famílias atendidas no Programa Plantão Social do município de Garopaba”, é desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas, Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social – NESPP e à pesquisa “Família e Política Social: relações entre famílias e serviços públicos” (MIOTO, 2011). Seu objetivo é estudar a organização empreendida pela família no atendimento às necessidades de seus membros, observando suas trajetórias de busca, articulação e conjugação de recursos. Para tanto, indicaremos as fontes e formas de acesso aos recursos utilizados e analisaremos o campo de relações estabelecidas entre a família e seus meios de proteção social.

Parte-se do suposto que a família se caracteriza, na sociedade brasileira, como elemento fundamental para o acesso a bens e serviços, sendo altamente exigida enquanto provedora de bem-estar², ao passo que a extensão e eficiência de atuação do Estado, no contexto de garantia da proteção social, tornam-se frequentemente menores, sem nem terem sido contudentes em algum momento. Nesse sentido, as condições objetivas de vida das famílias vão de encontro às suas reais possibilidades de atendimento às demandas que lhe são impostas, ocasionando, como efeito desse processo, uma busca permanente pela obtenção de recursos que satisfaçam as suas necessidades básicas.

² Nogueira (2002) aponta a dificuldade de conceituar bem-estar, mas sinaliza que autores marxistas contemporâneos como Raymond Plant, Len Doyal, Ian Gough, entre outros, vêm refletindo sobre necessidades

Com base na proposta do presente estudo, registra-se, brevemente, os apontamentos de Pereira (2002), que assinala, a partir das contribuições de Doyal e Gough (1991), dois conjuntos de necessidades básicas objetivas e universais, que devem ser satisfeitas para todos os cidadãos, quais sejam: a *saúde física* e a *autonomia*. Ambas, segundo a autora, constituem-se como pré-condições para o alcance de objetivos universais de participação social e libertação humana. A *saúde física*, para ela, é uma necessidade básica sem a qual não é possível viver, de modo que é pré-condição para uma atuação ativa e crítica dos indivíduos na sociedade. Por *autonomia* a autora compreende a capacidade do indivíduo de eleger livremente seus objetivos e crenças, assim como valorá-los e colocá-los em prática. Assim, ter *autonomia* “não é só ser livre para agir como bem se entender, mas, acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e seus atos” (p. 71).

Seguindo este norte, busca-se situar a análise de forma abrangente, mencionando, além das questões relativas à organização da família, as atuais mudanças no comportamento da população, apontadas pelas pesquisas demográficas como fatores de grande influência nas dinâmicas familiar e social. Observa-se, assim, que tais mudanças afetam não só as composições familiares, mas a estrutura da família, sua configuração e especialmente suas necessidades³.

No intuito de aproximar ao máximo do conhecimento a forma como as famílias tentam assegurar o bem-estar de seus membros, se procedeu à sua escuta em um espaço institucional de busca por serviços e recursos, onde se espera encontrar uma variedade de informações e identificar diferentes aspectos da realidade estudada. Assim, deve ser possível analisar os dados obtidos de forma coerente, considerando a

humanas, exclusão social, bem-estar e direitos sociais, configurando uma tendência teórica que associa a ideia de bem-estar à existência de necessidades humanas ou sociais, sempre situadas historicamente, sendo produto das formas de produção e reprodução social. Ainda nessa perspectiva, Pereira (2000), a partir de Heller (1970), argumenta, que o bem-estar deve levar em conta a essência humana e a consciência da liberdade como pontos-chave, além de considerar a liberdade das vicissitudes da sobrevivência, a consciência da universalidade e da sociabilidade como elementos que estariam próximos ao conceito de bem-estar.

³ Camarano e Kanso (2009), Bilac (1995), Torremocha (2006), Goldani (2002) e Sunkel (2006) são referências importantes nesse debate.

historicidade, as especificidades, bem como, as generalidades e, portanto, a contraditoriedade própria das relações sociais empreendidas pelas famílias na busca de sua proteção social.

Os movimentos realizados pelas famílias, ao longo dessa busca, são aqui entendidos como parte de um permanente processo, que certamente não é linear nem homogêneo, já que atravessado por múltiplos fatores sociais. Tais movimentos são levados a efeito através de tentativas dos grupos familiares em acessar bens e serviços nos diferentes espaços (atividades remuneradas, serviços públicos, relações intra e extra-familiares). As trajetórias das famílias ao longo desse processo são percorridas num intuito de auto-proteção, uma vez que a proteção social de que necessitam não é encontrada na materialização das políticas públicas existentes, tampouco é possível acessá-la por meio dos recursos financeiros advindos do trabalho.

Estudar esse processo significa resgatar seus elementos sociais e apreendê-los a partir da organização empreendida pela família quando a mesma é impelida a dar conta de sua própria manutenção. Esta organização passa a ser construída quando a família reconhece as suas necessidades e inicia um percurso por diversos lugares e espaços, encontrando nos mesmos, diferentes respostas aos anseios de seus membros. Nesses lugares, onde os recursos são buscados, acredita-se que há tramas de relações, estratégias, dificuldades e possibilidades que os conformam, conferindo-os características próprias e demandando maiores ou menores responsabilidades às famílias.

O despertar para a pesquisa desse tema surgiu a partir dos resultados de meu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, que teve como *locus* da pesquisa empírica, a realidade turística do município de Garopaba. O levantamento de dados do trabalho foi realizado com um grupo de oito funcionários temporários de uma empresa do ramo de hotelaria, no período de janeiro a fevereiro de 2008. As observações foram direcionadas para as formas de trabalho e sobrevivência desses trabalhadores, os quais eram usuários de programas e serviços sociais do município. O levantamento de dados demonstrou que aquele grupo de trabalhadores – mais do que dos recursos advindos do trabalho temporário e dos serviços e benefícios das políticas sociais – dependia, para sobreviver, majoritariamente, dos recursos materiais providos por sua família (LINO, 2008). O acesso à literatura especializada foi igualmente relevante para o interesse em estudar a temática. O contato com a teoria que problematiza esse universo permite atestar que a família durante longo tempo foi – e permanece sendo – uma fonte fundamental de recursos de bem-estar.

Referências teóricas contemporâneas, a exemplo de Esping-Andersen (2000), Saraceno (2003), Martinez-Franzoni (2008), Bilac (1995), Goldani (2002), Campos (2010) Sunkel (2006), Miotto (2000; 2004; 2008), entre outros, observam a contribuição da família no processo de provisão da proteção social e a elegem como tema de estudo. Discutem a forma como essa instância compõe os sistemas de proteção, como está envolvida nas relações de gênero, como condiciona a realidade social, reflete e reproduz a divisão de classes e permanece ocupando um lugar central na vida social humana. O acesso a essa literatura desperta para a importância em pensar a família no contexto das Ciências Sociais e do Serviço Social enquanto área do conhecimento.

Ao atuar no campo da política social e do reconhecimento e garantia dos direitos sociais, o Serviço Social é exigido a estudar a família e sua relação orgânica com a proteção social, no sentido de considerá-la e apreendê-la a partir dos determinantes sociais da atual conjuntura. Simionatto e Nogueira (2006) apontam que no cenário contemporâneo das políticas sociais públicas, diante de paradoxos nos campos econômico e social, as agências multilaterais têm indicado a transferência da responsabilidade da proteção social para a sociedade civil, corroborando o desígnio do pluralismo de bem-estar social.

No âmbito da prática profissional do Serviço Social, a produção do conhecimento acerca da temática família é fundamental para subsidiar o trabalho em instituições, as quais privilegiam a família como objeto de intervenção, haja vista o grande número de programas e serviços sociais que se propõem a contemplar suas demandas. Miotto (2008) destaca que a pesquisa nessa área contribui sobremaneira para a reversão do processo de responsabilização da família pelo cuidado, prática amplamente naturalizada na lógica de equipes multidisciplinares.

Nessa perspectiva, além dos fatores mencionados, a breve experiência da prática profissional, como Assistente Social, atuando diretamente em situações que envolvem famílias e suas demandas, e a observação do cotidiano são fatores que instigam o aprofundamento de estudo dessa temática.

Ao estudar a família é essencial abordar, como indicado anteriormente, as mudanças que vêm ocorrendo no comportamento da população, já que aquela instância é imediatamente afetada. Órgãos de pesquisa como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA revelam que no Brasil a população tem diminuído o seu ritmo de crescimento e acelerado o processo de envelhecimento, fatores que ocorrem, sobretudo, em função da queda gradativa das taxas de

fecundidade, e também da diminuição dos índices de mortalidade (CAMARANO; KANSO, 2009). A partir desse panorama, as estruturas familiares passam a ter novas configurações e demandas.

A protelação do casamento – ou, da vida independente da família de origem – por parte dos jovens⁴, é outro elemento a ser incluído na lista das atuais mudanças protagonizadas pela população brasileira que refletem no contexto de vida das famílias. Bem como, o aumento do número de divórcios, que condiciona a ampliação do fenômeno da monoparentalidade⁵, que por sua vez, caracteriza maiores riscos de pobreza às famílias, especialmente quando estas são chefiadas por mulheres (SARACENO, 1995; TORREMOCHA, 2006). Nesse sentido, por ser uma instância que reflete rapidamente as transformações sociais (BILAC, 1995), a família precisa ser constantemente estudada.

A Síntese de Indicadores Sociais – SIS 2010, que tem como principal fonte de informações a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, busca fazer uma análise das condições de vida no Brasil e aponta a família, ou o rendimento familiar *per capita*, como fator determinante no aumento dos níveis de escolaridade da população. Indicando, assim, que a situação econômica da família exerce grande influência no acesso ao sistema educacional e na relação idade/nível de escolaridade. Mostra, ainda, que no grupo dos 20% mais pobres da população, apenas 30,9% das crianças de 0 a 5 anos frequenta a escola, enquanto que no mesmo percentual dos setores mais ricos e na mesma faixa-etária, a frequência escolar sobe para 55,2%. No segmento de 15 a 17 anos, o acesso ao ensino é especialmente desigual, somente 32% dos adolescentes mais pobres frequentam o ensino médio, ao passo que no grupo dos mais ricos, tal situação se aplica a 77,9% deles. Contudo aponta, que entre os anos de 1999 e 2009, houve redução da desigualdade entre a renda familiar *per capita* dos grupos mais ricos e mais pobres, com queda de 24,3 vezes de diferença, em 2001, para 17,8 vezes, em 2009. A publicação destaca que o rendimento familiar das camadas

⁴ “Na discussão das demandas de jovens e idosos, segmentos populacionais que ganham visibilidade na atual etapa de desenvolvimento do regime demográfico brasileiro [...], a família assume ainda maior importância como fonte de suporte material e afetiva para seus membros” (GOLDANI, 2002, p. 33). Para mais informações sobre a longa permanência dos jovens nas famílias de origem, consultar Sunkel (2006) e Peixoto (2007).

⁵ Indica-se Torremocha (2006) para aprofundamento dos estudos relacionados a famílias monoparentais.

populares tem sido aumentado pelas chamadas “outras fontes”, que incluem programas de transferência de renda e rendimentos de juros, aluguéis, dividendos, etc.

Assim, percebe-se que a família se caracteriza como elemento decisivo de acesso a recursos e que sua condição econômica e social interfere diretamente no destino de seus membros e na conjuntura nacional em diversos setores. Nota-se também, que as desigualdades de renda entre famílias ricas e pobres declinaram na última década, apesar de continuarem muito elevadas, e que o investimento público em programas e projetos sociais sinalizam uma incipiente melhoria de rendimentos para as famílias que os utilizam, permanecendo fragmentados e compensatórios. Desse modo, as condições de vida das famílias, no Brasil, correspondem à complexidade dos problemas sociais que o país enfrenta, isto é, muitos são os fatores relacionados à realidade dessas famílias, especialmente das mais empobrecidas, muitas são as implicações sociais e muitas são as formas empreendidas por elas para a garantia de sua sobrevivência e provisão de sua proteção social.

Porém, por estar tão profundamente incorporada ao cotidiano e responder quase automaticamente – ainda que de modo relativo, a depender das condições objetivas de vida de cada família – às demandas de seus membros, a família, por vezes, é naturalizada de tal forma que, para alguns, estudá-la, no âmbito das Ciências Sociais, pode parecer desnecessário, embora a própria Ciência, em diversas áreas do conhecimento, demonstre exatamente o contrário.

Como já descreveu-se, os estudos demográficos ressaltam a ocorrência de significativas mudanças na composição e no comportamento da população brasileira nas últimas décadas, as quais incidem diretamente na estrutura familiar e nas funções que vão se constituindo como “inerentes” à família. Múltiplos fatores contribuem para que tais mudanças sejam vivenciadas de forma mais dramática pelos segmentos sociais empobrecidos, pois sua condição social pode se tornar ainda mais vulnerável diante de determinadas situações, o que evidencia a necessidade de pesquisas nessa área, visando à elaboração e qualificação das políticas públicas.

Goldani (2002) observa que atualmente existe uma ênfase na família, no sentido de a mesma representar um lugar privilegiado de promoção de programas e políticas sociais substitutivos da ação estatal, e que isso se dá em dois sentidos; primeiro por que há um reconhecimento geral de que as famílias se mantêm como instituições altamente significativas para a formação de valores e padrões de conduta, e, dessa

forma, possuem grande capacidade de gerar possibilidades de adaptação, e, segundo, tal ênfase ocorre em função das mudanças do Estado no seu envolvimento econômico e de bem-estar voltados à população.

A permanente recorrência à família e a outras instâncias da sociedade civil para o acesso ao bem-estar, diante da reduzida intervenção estatal nesse âmbito, contribui para o acirramento do processo denominado por Pereira (2004) como ‘pluralismo de bem-estar’. Também conhecido como *welfare mix*, esse modelo se caracteriza, conforme a autora, como um padrão de proteção social que visa a quebrar a centralidade do Estado, prevendo a participação do mercado e de setores variados da sociedade na elaboração e execução da política social. Ao contrário do que ocorreu nos países centrais, no Brasil essa tendência assumiu um perfil atípico, disseminando, sobretudo, práticas espontâneas de ajuda mútua e de participação da família como provedora (PEREIRA, 2004).

Ao defender interesses unilaterais, o Estado relega a maior parte da sociedade, transferindo para as famílias grandes parcelas de responsabilidade pela proteção social de seus membros. A implementação de programas e projetos sociais restritivos e ineficazes, a dificuldade e burocratização do acesso aos serviços públicos, o fortalecimento da ideologia que atribui à família cada vez mais funções provedoras, através da legislação, da mídia, e outros meios, são exemplos de uma ação pública que legitima, de fato, um sistema de desproteção social.

Enquanto em alguns países, como nos escandinavos, os sistemas de proteção efetivamente protegem a sociedade dos efeitos dos riscos clássicos, como doenças, invalidez, desemprego, velhice e os vários tipos de exclusão – por renda, raça, gênero, etnia, cultura, etc. (VIANA, LEVCOVITZ, 2005), no Brasil, e em outros países periféricos, a população recorre a diversas formas de garantia de suas necessidades básicas, já que a proteção social vinda do sistema público é extremamente frágil.

Nessa perspectiva, torna-se essencial conhecer as formas utilizadas pela família para o acesso aos recursos, ou seja, é preciso compreender quais as alternativas familiares empreendidas para alcançar aquilo que é necessário à sua reprodução, pois a dinâmica e as relações estabelecidas na família, e também as relações desta com as instituições e segmentos da sociedade em geral, repercutem em âmbito societário. E é a partir do que se sabe e se conhece de uma população, que suas demandas são observadas e possivelmente atendidas.

Desse modo, tomar conhecimento e buscar compreender a dinâmica de produção e reprodução familiar, no contexto da busca pela

proteção social, é de extrema relevância. Através desse conhecimento pode ser possível verificar de que forma os serviços sociais são executados nos municípios onde vivem as famílias, viabilizando um enriquecimento de informações sobre a materialização das políticas sociais em nível municipal, comparando-se, seguidamente, à situação brasileira.

Além desses fatores, os estudos na área da família, com o enfoque de conhecimento da sua dimensão de responsabilidade pela proteção social, devem explicar a sobrecarga cada vez maior que lhe é atribuída, pelo Estado e pela sociedade em geral. Observa-se que diante da insegurança do mercado de trabalho e do ineficiente sistema público de proteção social, a família é impelida a fazer frente às contingências da vida, posto que sua condição social é desconsiderada nesse processo. Esta é uma face camuflada da realidade social brasileira, contexto que demanda reflexão e pesquisa.

É, portanto, com o objetivo de analisar a organização empreendida pela família no atendimento às necessidades básicas de seus membros, que o presente trabalho é elaborado. Seu conteúdo está organizado em seis seções, dezesseis itens e seis subitens, através dos quais agrupou-se as temáticas por critério de afinidade e inter-relação de abordagens. Dessa forma, após a exposição das ideias centrais do estudo, as quais integram a sua introdução, se dará enfoque, na segunda seção, às diferentes concepções de família no âmbito das Ciências Sociais. A família, enquanto categoria analítica, pode sugerir uma diversidade de sentidos e expressar diferentes significados, ainda que tais estes se assemelhem em alguns aspectos. Em vista disso, sua diferenciação será explicada a partir de referenciais distintos, conforme o entendimento de pesquisadores de perspectivas variadas.

A terceira seção será destinada a fornecer subsídios teóricos para o debate. Pretende-se apresentar os principais autores que se dedicam a analisar as interações da família com a proteção social, mostrando os diferentes fatores sociais, econômicos, demográficos e culturais que estão presentes nas relações sociais estabelecidas pelas famílias. Nesta seção serão incorporados os itens que discutem alguns modelos de proteção social que serviram como base para o regime de bem-estar adotado no Brasil. Se discutirá a forma como o bem-estar se configura no contexto latinoamericano e também na atual realidade brasileira. Apontar-se-á que a família é utilizada para produzir o bem-estar e que as mudanças demográficas verificadas nos últimos anos atribuem um volume ainda maior de obrigações a essa instância. Tratar-

se-á também acerca da questão das famílias monoparentais e as demandas especiais desse tipo de arranjo, que enaltecem a figura da mulher como principal provedora da unidade familiar.

Na quarta seção apresenta-se os procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa, que serão explanados na perspectiva do método eleito. Abordar-se-á o perfil do município de Garopaba, como o lugar da pesquisa de campo, bem como o espaço institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social, visto que seus usuários representam os sujeitos do presente estudo. Ainda neste capítulo serão demonstradas as principais características que compõem o perfil das famílias estudadas, características estas conhecidas por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas. Tais informações permitem observar as necessidades e demandas desses grupos e compreender suas dificuldades em prover o bem-estar a seus membros, uma vez que se encontram em situação de extrema desproteção social.

A quinta seção é apresentada com a finalidade de expor e discutir os dados obtidos através das entrevistas aplicadas. Poderá se perceber que as famílias empreendem determinados processos de busca pelos recursos de que precisam, acessam fontes específicas, realizam atividades, acionam bens e serviços e estabelecem diversas relações ao longo desse percurso. Neste momento também será demonstrada a sua organização e articulação, as tentativas efetuadas e, ainda, a percepção e os sentimentos experimentados por esses sujeitos no transcorrer de sua procura pelos recursos de bem-estar. O último item do capítulo cinco descreverá a ausência de condições objetivas da família para atender às necessidades de seus membros e às exigências que lhes são impostas pelo atual regime de bem-estar.

Ao término do estudo, em suas considerações finais, constam as principais informações obtidas durante a construção da pesquisa, as quais revisitam suas bases teóricas e corroboram que a família é tomada como um decisivo recurso de proteção social, tornando-se, por conseguinte, uma instância altamente responsabilizada pela provisão do bem-estar. Por fim, aponta-se outros trabalhos já desenvolvidos sobre a temática, que chegam a conclusões semelhantes a este, e salienta-se que a produção do conhecimento nesse campo contribui amplamente para o desenvolvimento do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão de caráter interventivo.

2. DIFERENTES FORMAS DE COMPREENDER FAMÍLIA

Muitos autores, em diversas áreas do conhecimento e distintas correntes teóricas, tratam da temática família, buscando, em alguns casos, conceituá-la, o que é relativamente complexo, pois parte-se do suposto que a mesma sofre constantes transformações e é historicamente construída. Todavia, em razão da importância central da família para o presente trabalho, destaca-se a relevância de apontar alguns estudos dedicados à análise dessa categoria.

Lima (2006) assinala que o interesse pela compreensão científica da definição de família tem origem no início do século XIX, especialmente a partir do desenvolvimento das ciências humanas e sociais vinculadas às perspectivas teóricas do funcionalismo e do marxismo. Menciona que é, porém, na década de 1950 que os estudos acerca do tema realmente ganham força com o objetivo de elaboração de “modelos” conceituais. A autora pontua que as pesquisas sobre a família começam, então, a aparecer com mais frequência, ainda que lentamente e sem regularidade.

Por representar um universo bastante vasto, a família é discutida a partir de diversas disciplinas, cada qual com suas peculiaridades vêm contribuir para a produção do conhecimento. Em Engels (1991) encontramos uma referência clássica importante, que registra os estudos da história da família desde organizações sociais primitivas. Para ele, a família reproduz-se vinculada à reprodução geral da sociedade, especialmente na sua relação com o sistema produtivo. Na contemporaneidade, há diversos autores que se debruçaram sobre o tema. Bruschini (1989) realiza ampla revisão bibliográfica e destaca, no campo da Sociologia, pesquisadores como Agnes Heller, que trabalha com a ideia de que a família é um espaço de reprodução ideológica, visto que é na vida diária e cotidiana que as ideias e relações são vivenciadas. Na Antropologia salienta que as contribuições de Lévi-Strauss são fundamentais, já que enfatizam o elemento cultural no processo de construção da família em seus diversos modelos, papéis, regras de funcionamento e organização, próprios dos diferentes períodos históricos. Segundo a autora, no entorno da Psicologia há grande destaque para Freud, que revela a importância da família no desenvolvimento da personalidade humana. Em referencial teórico mais recente, encontra-se em Miotto (2000) um importante entendimento. Segundo a autora, a família pode ser tida como um núcleo de pessoas, que convivem em determinado lugar, durante determinado tempo,

unidas por laços consangüíneos, ou não, estabelecendo relações de gênero e gerações, dialeticamente articuladas com a estrutura social na qual vivem.

Em que pese todas essas contribuições, para o presente trabalho importa localizar a família na esfera das Ciências Sociais, circunscrevendo-a à análise de suas inter-relações com a provisão do bem-estar. Para tanto, far-se-á algumas aproximações conceituais com base no conceito de agregado doméstico (ABOIM, 2003), também a partir da ideia de domicílio (IBGE, 2010), e, ainda, segundo a compreensão de rede de relações (FONSECA, 2000).

2.1 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA COMO AGREGADO DOMÉSTICO

Para Aboim (2003), a família pode ser entendida como um “grupo elementar de solidariedade cotidiana” (p. 01), designado através do conceito de “agregado doméstico⁶”, cuja base encontra-se na co-residência entre indivíduos, independente da existência de laços de sangue ou aliança entre eles. Segundo a autora, a partilha do mesmo teto (critério locacional), de recursos e atividades (critério funcional) são elementos intrínsecos à noção de agregado doméstico, e, a adoção do fator co-residência é fundamental como seu critério base, pois viabiliza a identificação de diferentes formas de organização da vida privada.

Ao elaborar um retrato dos principais tipos de agregados domésticos, Aboim (2003) destaca os seguintes:

- Agregado doméstico sem núcleo familiar: representa a categoria de “pessoas sós” – famílias com uma só pessoa, ou “agregados de várias pessoas” – grupo de pessoas que coabitam o mesmo espaço e mantêm um relacionamento entre si. Nesse tipo de agregado doméstico não há núcleo conjugal ou parental;

- Agregado doméstico de família simples: essa categoria corresponde a arranjos familiares de casal sem filhos e sem outras pessoas, casal com filhos e sem outras pessoas e também pai ou mãe com filhos sem outras pessoas;

- Agregado doméstico de família alargada: trata-se de famílias dispostas em casal sem filhos com outras pessoas, casal com filhos com outras pessoas, pai ou mãe com filhos com outras pessoas e avós com netos com ou sem outras pessoas;

⁶ A autora destaca que o referido conceito foi proposto por Laslett (1972).

- Agregado doméstico de família múltipla: esse tipo de agregado doméstico é representativo de famílias com mais de um núcleo conjugal ou parental.

A autora informa que as categorias de agregado doméstico de família alargada e múltipla constituem, em conjunto, uma categoria maior, que é a de “agregados de famílias complexas”, que representa uma formação familiar que partilha alojamento, alimentação e renda entre todos os co-residentes.

Há também uma classificação das famílias complexas do tipo alargada, proposta por Wall (1998), segundo a qual existem três variações: famílias alargadas para cima, que compreendem grupos familiares dos quais fazem parte os idosos, havendo, geralmente, a presença de um pai ou mãe ou ainda um tio ou tia; famílias alargadas para os lados, constituídas pelos parentes colaterais (como irmãos e primos); e as famílias alargadas para baixo, que contêm parentes em linha de descendência, a exemplo dos netos.

Essa autora destaca o perfil transformador das estruturas familiares, compreendidas como agregados domésticos, relacionando-o com as mudanças ocorridas na família ao longo do tempo. Isto é, não se pode observá-la por um momento e analisá-la simplesmente a partir do que foi verificado em tal circunstância, haja vista suas alterações constantes. É preciso apreendê-la pelo conjunto de suas características internas e externas, passadas e atuais, o que envolve o conhecimento da história da família.

A família é uma dinâmica viva, com sentimentos e relacionamentos que a constrói e reconstrói a cada dia. Portanto, as estruturas familiares modificam-se não só pelas mudanças próprias do ciclo de vida familiar, mas por ser um espaço aberto onde pessoas entram e saem de acordo com seus projetos de vida e com isso alteram e resignificam o espaço doméstico (LIMA, 2006, p. 30).

Nesse sentido e conforme entende Wall (1998), a noção de agregado doméstico é ampliada, devendo ser considerada num contexto temporal e dinâmico, que é empreendido cotidianamente pelas famílias, compreendendo, assim, também as relações que os agregados domésticos estabelecem entre si, de modo a se observar os serviços mutuamente prestados, as permutas de alimentos e objetos, entre outras

formas de auxílio. Observa-se que tal entendimento está em consonância com o que preconiza Aboim (2003), já que a mesma designa agregado doméstico como um grupo elementar de solidariedade cotidiana, relacionando-o, portanto, com vínculos de reciprocidade que vão sendo construídos ao longo do tempo pelas famílias.

2.2 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA SEGUNDO AS PESQUISAS DEMOGRÁFICAS BRASILEIRAS

Nos dias atuais, a heterogeneidade nos padrões de formação, dissolução e reconstituição da família é amplamente reconhecida pela sociedade, instituições e pela Ciência. As constantes mudanças na organização da vida privada, protagonizadas por um número cada vez maior de pessoas, é um fato que se constitui como um desafio de investigação para os institutos de estatística, como o IBGE. Ciente de tal realidade, o órgão admite adotar uma concepção limitada de família em suas pesquisas demográficas, pois a entende como um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou, ainda, pessoa que mora só, em uma unidade domiciliar. Desse modo, considera-se, segundo o Instituto, que a família é um grupo cuja definição está atrelada à condição de residência em um mesmo domicílio, existindo ou não vínculos entre seus membros. Na Síntese de Indicadores Sociais – SIS de 2010 explica-se que esta abordagem significa apenas uma aproximação à concepção de família, devendo a mesma ser relativizada em sua operacionalização nas pesquisas investigativas, pois não contempla todas as dimensões do conceito sociológico do termo.

O documento mencionado refere que as famílias se caracterizam como unidades fundamentais para a análise estatística em várias áreas, tais como: os estudos de gastos e distribuição de renda, o comportamento demográfico e a participação no mercado de trabalho, especialmente no que se refere às políticas públicas, ideia que vai ao encontro do pensamento de Medeiros e Osório (2002). Estes autores, em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, destacam a importância da família nas atividades econômicas, sociais e culturais desenvolvidas na sociedade e referem que os estudos populacionais se limitam a defini-la a partir do espaço doméstico. Mas eles explicam que o IBGE, através das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNADs, também se preocupa com a organização interna desse espaço, identificando como ‘domicílio’ o grupo de pessoas que

reside em uma determinada habitação e como ‘famílias’ os núcleos familiares do espaço doméstico. Outro fator relevante para o Instituto, na definição de família, é a pessoa responsável pela provisão do grupo familiar, ou, ‘pessoa de referência’ da família, pois o que caracteriza o núcleo é a dependência, geralmente econômica, das pessoas do grupo em relação à pessoa de referência. Assim, durante as pesquisas que o IBGE realiza, é verificado, em cada domicílio, a convivência de núcleos familiares distintos, já que as famílias são definidas a partir deles.

Tendo em vista que o domicílio é a base do conceito de família, no entendimento do IBGE, os arranjos domiciliares ganham importância nesse contexto e passam a ser classificados segundo uma tipologia específica, adotada conforme a organização do grupo familiar. Nessa lógica institucional, tem-se o núcleo do arranjo domiciliar como ponto de partida, podendo o mesmo ser simples ou composto: o núcleo *composto* é formado por um casal, ou seja, quando existe um cônjuge, e, o núcleo *simples* caracteriza-se por ser constituído por chefes homens ou por mulheres, sem cônjuge. Os arranjos domiciliares unipessoais são classificados como núcleos simples, ainda que isso esteja sujeito a controvérsias, pois torna-se mais prático para as pesquisas demográficas.

Medeiros e Osório (2002) informam que as principais mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil estão relacionadas ao aumento da heterogeneidade dos núcleos familiares e, simultaneamente, à redução da heterogeneidade em suas periferias (representadas por pessoas que não fazem parte dos núcleos dos arranjos). Destaca-se, entre essas mudanças, a formação de um novo padrão domiciliar com o aumento de arranjos menores e diferentes do modelo clássico de família nuclear chefiada por um casal. Contudo, os autores identificam que o modelo de arranjo predominante é ainda o de casal com filhos, embora seja possível observar uma contínua redução dos arranjos cujos núcleos são formados por casais, o que se dá, principalmente, em função de uma maior proporção de arranjos de núcleo formado por uma mulher sem cônjuge, com filhos e sem parentes.

Verifica-se que as PNADs buscam definir família através da ideia de domicílio, mas também se atentam para a limitação do conceito, de forma a reconhecer a diversidade de organizações domésticas empreendidas pelas famílias e os distintos arranjos familiares que resultam dessas organizações.

2.3 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA ENQUANTO REDE DE RELAÇÕES

Para além da concepção de unidade doméstica, Fonseca (2005) trabalha a ideia de família a partir do que considera como rede de relações. Para a autora, são justamente as relações familiares que imprimem às famílias uma dinâmica própria, entendimento que extrapola em muito “a casa”. As atividades do dia-a-dia, por exemplo, exercem importância crucial nesse contexto, por que quase sempre se estendem para outras casas e até outros bairros, traçando-se linhas de ajuda mútua entre as famílias. Assim, a rede familiar alcança variados espaços, que, certamente, excedem as quatro paredes de uma moradia.

Segundo Fonseca (2005), a partir desse entendimento, o laço familiar é definido antes do modelo familiar, como uma relação entre pessoas que se identificam e reconhecem entre si alguns direitos e obrigações mútuos. Tal identificação, conforme a autora, pode se originar em laços biológicos ou territoriais, em alianças como o casamento, o compadrio e a adoção ou em atividades compartilhadas, como o cuidado a crianças e idosos.

Fonseca (2005) também considera a dimensão temporal na perspectiva de família como rede de relações, pois as trocas familiares, segundo ela, seguem uma lógica que se estende ao longo do tempo e das gerações, não ocorrendo no imediato. Assim, a reciprocidade na rede familiar extensa pode se dar a longo prazo, pois os lugares dos membros da família ficam marcados conforme o apoio que prestaram em determinado momento. Evidentemente, não se trata de um cálculo consciente ou de um investimento com retorno garantido, alerta a autora, mas a lógica da rede extensa de família compreende, sem dúvida, um mutualismo difuso, pois em algum momento e de alguma forma, acontecerá a retribuição familiar.

Nesse sentido, a reflexão de Duarte (1994) também ajuda a pensar o conceito de família. Discorre o antropólogo, que o valor “família” possui grande relevância em todas as camadas da população brasileira, significando, porém, coisas diferentes em cada categoria social. Nas chamadas “elites”, por exemplo, prevalece a noção de família como linhagem, que seria representada por pessoas que se orgulham de seu patrimônio e mantêm entre si um espírito corporativista. Nas camadas médias há uma forte adesão à família nuclear, identificada com a cultura da modernidade; e, nos segmentos populares a concepção de família está atrelada às atividades domésticas do cotidiano e às redes de ajuda mútua.

Ao concordar com tal abordagem, Fonseca (2000) aponta que apenas recentemente alguns pesquisadores passaram a reconhecer a diferenciação dos modelos familiares entre uma e outra classe social e, dessa forma, atualmente, se dá maior importância às diversas variantes envolvidas nas dinâmicas familiares, de modo que se concebe a complexidade de nosso sistema social com mais facilidade.

Sarti (2004) é também uma importante referência nessa perspectiva. A autora expõe que seus estudos revelam “a família como uma referência simbólica fundamental para a população pobre, que ordena o lugar dos indivíduos no mundo social como um todo, dentro e fora da família (p. 13). Ela partilha da ideia, segundo a qual, as redes de relações são elementos fundamentais à existência das famílias e, mais que isso, a configuração familiar em rede é, para a autora, uma das principais características das famílias pobres. Segundo ela, a família não se define pelos indivíduos unidos por laços consanguíneos, mas pelo sentido dos vínculos relacionais existentes entre eles, sem os quais as relações familiares seriam facilmente rompidas, pois os laços nada representariam. Tais relações familiares ganham movimentos entre a rede que disponibiliza, aos membros da família, os recursos materiais e afetivos com os quais podem contar.

Conforme Sarti (2011), a família está envolvida por uma rede de sociabilidade, na qual existe uma coletivização de responsabilidades, a exemplo do que ocorre com crianças que circulam na rede de parentesco. A autora acredita que esta prática esteja relacionada à lógica de obrigações morais que caracteriza as redes familiares entre os pobres. Assim, Sarti (2011) entende que a delimitação da ideia de família está associada àqueles “com quem se pode contar” e “em quem se pode confiar” e a extensão dos grupos familiares é definida pela rede de obrigações estabelecida e pelos vínculos afetivos cultivados.

O pensamento dessa autora está em consonância com as colocações de Fonseca (2005), explicitadas anteriormente, pois Sarti (2011) também considera que a dinâmica das relações familiares compreende obrigações mútuas que não são retribuídas imediatamente, de forma que a confiança se torna um sentimento importante nessas relações. “Não se trata, portanto, de um dar e receber imediatos, mas de uma cadeia difusa de obrigações morais [...]” (p. 86).

Ainda nessa perspectiva, Saraceno e Naldini (2003) apontam que a família contemporânea está imersa em uma “densa rede de relações e de trocas” (p. 105), as quais se dão entre os parentes e outros indivíduos de diversas famílias. As autoras assinalam que o termo

“rede” não é utilizado casualmente, pois indica uma pluralidade de direções, relações entrelaçadas e trocas nem sempre lineares, representando também algum tipo de apoio ou proteção (p. 107).

Quem estiver desprovido desta rede, ou a tiver de forma escassa, ou pouco articulada, tal como quem experimenta predominantemente a sua *obrigatoriedade* com pouca *reciprocidade*, encontra-se mais só e mesmo indefeso tanto relativamente às exigências como aos riscos ligados à sua participação na sociedade, e por vezes fica incapacitado de aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem. Tem menores recursos para se mover com sucesso no mercado de trabalho; está mais exposto aos riscos de pobreza ligados ao desemprego, ou à viuvez, ou à perda dos pais, à falta de cuidados e assistência quando doente, ou tem uma velhice difícil, ou se encontram noutras circunstâncias que exigiriam auxílio (presença de filhos pequenos, incidentes familiares, etc.)

Depreende-se, do exposto, que seja no sentido de caracterizar dinâmicas de ajuda mútua ou obrigações morais recíprocas, a família pode ser compreendida a partir de sua rede de relações, pois através dela obtém, articula e conjuga recursos de ordem material, financeira e emocional. O grupo familiar é, assim, produzido e reproduzido enquanto tal.

3. FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA O DEBATE

Na atualidade, embora sejam enaltecidos valores como liberdade, independência e individualidade, a família permanece representando um lócus de proteção. E, a expectativa social diante disso é a de que essa instância atue como uma fonte dos mais diversos elementos, necessários à reprodução humana, e atenda da melhor maneira possível às demandas de seus membros.

Souza (2000) afirma, que nos sistemas capitalistas, a família é uma instituição que preenche lacunas do mercado. O autor discorre que uma grande parte das pessoas, nessas sociedades, são incapazes de satisfazer as suas próprias necessidades por meio simplesmente da troca mercantil de bens e serviços. Assim, afirma que a família e o Estado exercem um papel extremamente importante nessa conjuntura, pois influenciam a vida dos indivíduos, regulando e definindo direitos e obrigações de proteção e assistência.

Em muitas regiões da esfera global, porém, o Estado é falho e omisso em suas funções protetoras, deixando desassistidos grandes contingentes populacionais, transferindo para as famílias onerosas responsabilidades ligadas ao bem-estar. Considerando a realidade social brasileira, a partir do que é estruturalmente determinado, avalia-se que de fato a família se caracteriza como fonte de proteção a seus membros, operando nesse contexto, como instituição mantenedora, apesar dos escassos recursos que possui para tanto. Neste capítulo busca-se resgatar os principais aspectos teóricos que envolvem os temas família e proteção social, no campo das Ciências Sociais, bem como os principais desdobramentos advindos da relação entre essas duas esferas.

3.1 ALGUNS MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Di Giovanni (1998) denomina ‘sistemas de proteção social’ as formas mais ou menos institucionalizadas construídas e utilizadas pelas sociedades para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Esses sistemas são decorrentes de algumas contingências da vida natural ou social, como doenças, privações, velhice, etc. A proteção de que tais vicissitudes necessitam, conforme o autor, tem sido realizada por instituições diversas, como a família, ou, nas sociedades mais complexas, por sistemas específicos através da divisão social do

trabalho. Segundo ele, “não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum sistema de proteção social” (p. 9).

Destaca o autor, que os sistemas desenvolvidos nas sociedades capitalistas européias foram os que ganharam maior importância principalmente a partir das últimas três décadas do século XX. Eles serviram como base para os sistemas de seguridade social implementados em todas as sociedades complexas atuais. Nesse contexto, a participação do Estado como gestor e regulador desses sistemas é o fator mais relevante, pois a proteção social exercida pelo Estado é assumida socialmente como efetiva função do poder público, representando um conjunto de garantias, maiores ou menores. No entanto, outras formas de proteção, privadas e tradicionais, persistem. Nestas, os objetivos são confiados a diversos sujeitos por meio de acordos mercantis e/ou clientelistas. Ainda encontra-se, portanto, apesar do complexo institucional público, outros tipos de sistemas de proteção social, que se organizam de variadas formas, complementarmente aos sistemas oficiais ou efetivamente junto a eles (DI GIOVANNI, 1998).

Conforme o autor, os sistemas de proteção social, no último século, foram estruturados de modo diverso em cada país, de acordo com as formas de organização do setor público, do privado e da interação entre essas áreas. Ferrera (1993) apresenta três macrofatores que estão, segundo ele, na base desses sistemas, quais sejam: a) a estrutura de classes e a distribuição de riscos (velhice, doença, desemprego, etc.) no interior das categorias sociais e em relação com a dinâmica ocupacional e demográfica; b) as várias clivagens de um determinado país e a estrutura de seu sistema partidário, que influencia nos vínculos e nas oportunidades políticas e alianças entre os atores; c) o ambiente da política pública, isto é, um conjunto de elementos culturais, institucionais e internacionais, que têm implicações na agenda de políticas internas e externas.

Além desses fatores, Di Giovanni cita os graves problemas sociais vividos na Europa durante o século XX, bem como a capacidade de mobilização das classes sociais⁷, como fortes influências no desenvolvimento dos sistemas de proteção social. Destaca-se que “(...) no caso da montagem dos vários sistemas de proteção social europeus – a variável historicamente crucial foi a mobilização dos trabalhadores em

⁷ Tal mobilização era realizada tanto pelas classes sociais submetidas aos maiores riscos, quanto pelas elites dirigentes, em sua resposta, por vezes preventiva, à crise social (DI GIOVANNI, 1998).

relação com os contextos político-institucionais circunstantes” (FERRERA, 1984 *apud* DI GIOVANNI, 1998, p. 20).

Após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Di Giovanni (1998), houve significativos avanços nas formas de proteção social e na qualidade da mesma. Com algumas ressalvas, registrou-se uma generalização da proteção e da solidariedade social ofertadas pelos *welfare states* europeus. Estes foram classificados por R. Titmus, inicialmente, e, durante mais de vinte anos foi a única classificação existente, hoje, porém, existe uma rediscussão dos modelos de classificação dos *welfare states*.

A proposta de Titmus era constituída por três gêneros de *welfare state*, o residual (caracterizado por políticas seletivas e temporais, voltadas a setores específicos da população e a certos tipos de riscos ou privações), o meritocrático-particularista (caracterizado por políticas sociais dirigidas à correção das falhas do mercado, ou seja, dirigidas às necessidades eventuais – conta-se aí com as capacidades individuais de performance e produtividade) e o institucional-redistributivo (que seria um modelo independente do mercado, com políticas garantidas a todos os cidadãos, com direitos e bem-estar preservados). As críticas a esta classificação residem no esquematismo da proposta, em relação à sua capacidade explicativa. E, assim, outras tentativas foram feitas com o objetivo de tentar aumentar essa capacidade. Nessa perspectiva, os estudos de Esping-Andersen (1990) representam uma referência fundamental. Este autor propôs três agrupamentos: o liberal, o conservador-corporativo e o social-democrata. No liberal, os valores da hegemonia burguesa, liberal e empresarial obstaculizam o reformismo social e incentivam soluções mercantis nas respostas às necessidades de proteção. No grupo conservador-corporativo, a hegemonia burguesa está atrelada à tradição estatalista, à doutrina social da igreja e a categorias do corpo social, promovendo o aumento de programas com efeitos redistributivos negligenciados. No regime social-democrata, por fim, produz-se um *welfare state* baseado na intervenção pública, em substituição do mercado e da família, e voltado à promoção de padrões mais elevados de bens e serviços, com igualdade de acesso a toda a população (DI GIOVANNI, 1998).

O grau de desmercantilização, isto é, a medida em que os sistemas afastam o trabalhador/cidadão da dependência do mercado é o critério básico de agrupamento utilizado por Esping-Andersen. A desmercantilização seria, portanto, baixa no modelo liberal,

intermediária no conservador-corporativo e alta no grupo social-democrata (DI GIOVANNI, 1998). O autor avalia que existem vários arranjos de *welfare state* que estão condicionados à formação e às circunstâncias sócio-históricas e lutas políticas de cada país.

Souza (2000) considera que o *welfare state* exerce grande influência na estrutura e na organização das famílias. Ele afirma que a institucionalização do *welfare state* afeta as organizações familiares, criando para estas um novo papel no interior dos sistemas de solidariedade, o que limita a capacidade assistencial das famílias. Segundo o autor, tais fatores provocam diferenciações nos arranjos familiares e expectativas em relação aos *welfare states*, dentre as quais estão a liberação das mulheres do trabalho doméstico, da responsabilidade exclusiva pela educação das crianças, pela atenção aos idosos, etc.

O autor também relata que o *welfare state* pressupõe determinados modelos de família e que a estruturação do mesmo tem como pressuposto a família nuclear, estável e organizada para absorver os riscos não incorporados pelo Estado e pelo mercado. Conforme Esping-Andersen (1999), no entanto, o *welfare state* superestimou a capacidade das famílias de provisão do seu bem-estar, por não considerar as formas de organização distintas do modelo nuclear estável e os novos riscos decorrentes de mudanças no mercado de trabalho. Souza (2000) destaca que algumas novas formas de organização familiar possuem capacidade reduzida de atuar nas lacunas do Estado e compõem os segmentos mais vulneráveis à pobreza, sobretudo por que há também uma diferenciação por sexo nessas famílias, com uma prevalência das mulheres, como é sabido.

Esping-Andersen (2000) também se dedica a estudar os riscos sociais e avalia que a sua gestão tem sido cada vez mais coletiva, sendo a política social uma representação da administração pública dos riscos sociais. Nesse contexto, entende que existem três razões pelas quais um risco individual se converte em social. Segundo ele, isso ocorre primeiramente quando o destino dos indivíduos produz consequências coletivas, ou seja, quando está em jogo o bem-estar da sociedade. Em segundo lugar, os riscos individuais se tornam sociais por que a sociedade os reconhece como merecedores da atenção pública, e, em terceiro lugar, devido à crescente complexidade da própria sociedade, os riscos acabam por se originar em fontes fora do controle dos indivíduos, o que os torna sociais.

O autor também cita o sexo como uma das variáveis no processo de distribuição dos riscos em âmbito societário, juntamente

com a classe social e a idade. E considera, outrossim, que essa distribuição varia ao longo da história, o que pode ser verificado nas mudanças da sociedade pós-industrial em relação à sua estrutura de riscos. Tais mudanças ocorrem, segundo ele, devido em parte ao surgimento de novas desigualdades e em parte devido ao mercado de trabalho e às transformações demográficas.

Nesse sentido, Arriagada (2002) explica que aquelas variáveis determinarão também a forma como a família terá acesso e se utilizará dos recursos obtidos, uma vez que essa instância é bastante vulnerável às transformações sociais.

El sexo y la edad de los miembros de la familia, así como las etapas del ciclo de vida familiar, son importantes dimensiones en la estructura de los hogares, tanto en lo que toca a la toma de decisiones como al acceso y uso de recursos dentro del hogar. La familia es muy permeable a la intervención externa (p. 146).

Também afirma o autor, que a dependência econômica do mercado é um fator que acelera a generalização dos riscos, haja vista que a própria sobrevivência está à mercê de condições sobre as quais os indivíduos praticamente não têm controle, o mercado, por exemplo, não é fonte garantida de trabalho e renda. Quanto mais generalizados forem os riscos, maiores as chances de falhas da família e do mercado no processo de absorção desses riscos. O autor classifica os riscos sociais em função de três eixos: os riscos de classe, os riscos da trajetória vital e os riscos intergeracionais. Os riscos de classe, segundo ele, significam que a probabilidade de um risco social se distribui desigualmente nos diversos estratos sociais; os riscos da trajetória vital são aqueles distribuídos ao longo do ciclo de vida, também de forma desigual. Ideia esta, que está associada à noção de Rowntree (1901) sobre o “ciclo vital de pobreza da classe trabalhadora”, que envolve a falta de correspondência entre as necessidades e a renda ou os recursos adquiridos em cada momento da vida da família.

As características da sociedade pós-industrial, como a instabilidade familiar, o desemprego generalizado e a insegurança profissional, sugerem que os riscos da trajetória vital tendem a estar mais presentes na juventude e no início da vida adulta. Sobre os riscos intergeracionais, o autor comenta um estudo de Atkinson (1983), que descobriu que a probabilidade dos filhos de famílias pobres continuarem a ser pobres é 2,6 vezes maior que os filhos das demais famílias. Analisa

Esping-Andersen (2000), portanto, que as desvantagens sociais herdadas se convertem em desigualdades de “capital social”. Tais desigualdades, segundo ele, são produzidas na família e complicadas no mercado, não sendo provável que esse tipo de risco diminua sem uma intervenção estatal baseada na igualdade e na distribuição ativa das oportunidades.

O autor critica boa parte dos estudos sociológicos – que afirmam que em tempos antigos a família representou o principal lugar da produção, do consumo e da reprodução e que com o advento da industrialização este papel produtivo da família deixou de existir – e defende, concordando com as críticas feministas, que a família nunca deixou de ser produtora e que em todo lugar, o trabalho doméstico não-remunerado das mulheres continua sendo uma importante, e até predominante, fonte de bem-estar. E, ainda, que o estado de bem-estar do pós-guerra a favor do homem como fonte de renda e provedor só foi possível graças aos serviços que as próprias famílias prestavam.

A família é tida pelo autor como uma instituição de suma importância, cujas decisões e comportamento influenciam diretamente no estado de bem-estar e no mercado de trabalho, de modo que é também influenciada por eles. O Estado, o mercado e a família formam, para ele, uma tríade do bem-estar e representam três princípios inter-relacionados, porém radicalmente distintos na gestão dos riscos. Na família o autor considera que o método de atribuição predominante é o da reciprocidade, o que não implica necessariamente numa igualdade plena na alocação de recursos no interior da unidade familiar. Os mercados, por sua vez, estão organizados através da lógica monetária e o Estado adota a forma de redistribuição autorizada no processo de atribuição dos riscos, a qual também não implica em igualdade. A razão básica dessa tríade reside na capacidade variável das três instituições no momento de gerir e compartilhar os riscos sociais (ESPING-ANDERSEN, 2000).

O autor também contribui para esclarecer algumas confusões conceituais que, por vezes, ocorrem. Elas estão associadas aos termos: estado de bem-estar, regime de bem-estar e política social. Ele alerta para o fato de que pode existir política social sem estado de bem-estar, porém não o contrário. A política social, segundo ele, é um tipo de ação política coletiva realizada ao se abordar os riscos sociais, já o estado de bem-estar é algo além disso.

Trata-se, conforme Esping-Andersen (2000), de uma construção histórica singular, de uma redefinição clara de tudo o que é relativo ao Estado, ou ainda, de uma reescritura do contrato social entre o Estado e o povo. As explicações do autor indicam também as ideias de Marshall (1950), segundo as quais o estado de bem-estar implica no reconhecimento dos direitos sociais e na diminuição das divisões de classes. Os regimes de bem-estar, por fim, são apontados por Esping-Andersen (2000) como uma forma conjunta e interdependente em que se produz e se distribui o bem-estar através do Estado, do mercado e da família, ou seja, há uma divisão de responsabilidades entre essas três instâncias.

A partir dessa perspectiva se pode pensar no volume de atribuições conferidas à família no processo de gestão dos riscos e principalmente na sua capacidade em absorver e dar conta dessas atribuições.

3.2 O BEM-ESTAR NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Em virtude de a maioria dos estudos sobre *welfare state* terem sido realizados a partir da referência de países industrializados da América do Norte e Europa Ocidental, é preciso realizar alguns ajustes de caráter teórico para que se possa transportar tais análises para a realidade latino-americana (SOUZA, 2000). O nível de carências nessa região e a capacidade dos indivíduos de supri-las através do mercado são algumas características apontadas pelo autor. Ele argumenta que são evidentes as diferenças das condições de vida e de trabalho entre as populações europeias e latino-americanas. É de se esperar, portanto, que os impactos das políticas públicas gerem efeitos bastante distintos em cada uma das regiões. Nesse sentido, outra característica indicada pelo autor está relacionada com o papel das políticas sociais nas duas regiões.

Enquanto os países industrializados possuem uma rede extensa e bem consolidada de políticas sociais, a América Latina é caracterizada por políticas dispersas, fragmentadas e de limitado poder redistributivo. A participação do Estado nos sistemas de solidariedade social dos países da América Latina é menor e, frequentemente, concentrada em benefícios às elites de trabalhadores dos setores mais modernos da economia. Isso cria uma tendência de as famílias possuírem, na região, um papel ainda mais

importante na distribuição do bem-estar entre os indivíduos (SOUZA, 2000, p. 6).

Tal reflexão acerca da realidade latino-americana é compartilhada por Campos e Teixeira (2010), que observam a pouca intervenção estatal no campo da proteção e o consequente crescimento das atribuições familiares.

Na região, é visível a perda de terreno da incipiente intervenção do Estado tanto frente ao mercado (incentivada e impulsionada por ele próprio), quanto à família: com a crise do emprego formal, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, este não tem promovido inclusão e coesão social. Aumenta o espaço de intervenção estratégica da família na cobertura das necessidades de seus membros, e assim sua sobrecarga (p. 24).

Souza (2000) também defende que as oportunidades de bem-estar variam de acordo com os tipos e as estruturas das famílias, pois as famílias que apresentam os maiores riscos de pobreza na América Latina – também de acordo com a Cepal – são, geralmente, as extensas e constituídas e chefiadas por mulheres. Aquelas sem filhos e unipessoais chefiadas por homens são as menos vulneráveis. O fator educação média dos adultos, por sua vez, é o que influencia na possibilidade de pertencer a um domicílio pobre, assim como a quantidade de membros participantes do mercado de trabalho e também as famílias com filhos menores de 18 anos, cujos pais têm menos de nove anos de estudo. Tais fatores aumentam a probabilidade das famílias de se encontrarem em situação de pobreza (SOUZA, 2000).

Ao analisar os regimes de bem-estar na América Latina, Martinez-Franzoni (2008) expõe algumas questões como; o que acontece quando o mercado de trabalho não absorve e remunera de modo adequado grandes contingentes populacionais? E, o que ocorre quando a política pública não cumpre se quer as funções básicas de proteção em casos de situações extremas? A autora afirma que a América Latina oferece um cenário ideal para explorar respostas a essas perguntas.

Para tanto, ela esquematiza três dimensões que permitem a operacionalização dos regimes de bem-estar nessa região. A primeira dimensão se refere ao grau de mercantilização da força de trabalho, isto é, a capacidade do mercado de trabalho para gerar trabalho remunerado,

assim como, a qualidade deste trabalho, com base na estabilidade, proteção social e outras garantias trabalhistas. A segunda dimensão apontada pela autora é referente ao grau de desmercantilização do bem-estar, ou seja, a forma de redistribuição dos recursos pelas políticas públicas. E a terceira dimensão está relacionada com o grau de desfamiliarização do bem-estar, quer dizer, a disponibilidade de trabalho feminino não-remunerado baseado na divisão sexual do trabalho (MARTINEZ-FRANZONI, 2008).

As investigações da autora construíram uma base de dados relativa a dezoito países da América Latina (Brasil e todos os de idioma espanhol, exceto Cuba), no período 1998 – 2003. Foram identificados três tipos de regimes de bem-estar que correspondem a três conglomerados de países. No primeiro conglomerado se encontram Argentina e Chile, no segundo estão Brasil, Costa Rica, México, Panamá e Uruguai e no terceiro, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Peru, República Dominicana, Venezuela, Bolívia, Honduras, Nicarágua e Paraguai. A autora informa que para a definição dos conglomerados, foram utilizados trinta e três indicadores, dos quais dezenove foram estatisticamente mais relevantes. Alguns dos indicadores utilizados foram; taxa de desemprego nacional, População Economicamente Ativa - PEA feminina, população infantil e idosa, população rural, taxas de homicídios, Produto Interno Bruto – PIB por habitante, gasto público em educação, saúde, na área social, etc.

Os dois primeiros conglomerados apresentam diferenças de grau em termos de mercantilização e familiarização, e diferenças qualitativas na desmercantilização. Já entre esses dois conglomerados e o terceiro foram verificadas diferenças radicais, tanto de grau como qualitativas. De grau em relação à efetividade dos mercados na absorção da força de trabalho e qualitativas por que são mercados que expulsam ou atraem a população trabalhadora. Os países do terceiro conglomerado, por sua vez, dividem entre si os menores graus de mercantilização da força de trabalho, baixos graus de desmercantilização e altos graus de familiarização do bem-estar (MARTINEZ-FRANZONI, 2008).

A autora destaca que a proximidade geográfica não define os conglomerados e que as posições global e geopolítica, assim como as relações entre vizinhos, podem influenciar, mas não são condições necessárias para determinar semelhanças nas práticas de bem-estar de distribuição de recursos. Haja vista, que Brasil e Uruguai estão reunidos no mesmo conglomerado e dividem fronteiras, porém, enquanto um

possui a maior, o outro possui a menor desigualdade da América Latina, respectivamente.

Martinez-Franzoni (2008) resume as principais características dos regimes de bem-estar na América Latina e os define em três tipos: regime estatal-produtivista, referente ao conglomerado 1, regime estatal-protecionista, do conglomerado 2 e regime informal-familista, do terceiro conglomerado. Ela verifica mais semelhanças do que diferenças entre os dois primeiros grupos, sendo que o primeiro conglomerado possui maior mercantilização da força de trabalho e maior renda, mas ambos têm um grande número de famílias tradicionalmente organizadas, como demonstra a alta proporção de mulheres casadas sem trabalho remunerado (MARTINEZ-FRANZONI, 2008).

Na área da política pública, a autora indica que os dois grupos de países contam com a maior parte do seu financiamento oriundo de recursos próprios, mas o perfil da política varia. No regime estatal-produtivista ela está focada na formação de capital humano e na ajuda aos que têm dificuldades de lidar com os riscos, no âmbito do mercado. Já no regime estatal-protecionista a política pública está voltada para a gestão coletiva dos riscos e pra aqueles com trabalho formal assalariado. Há grandes diferenças qualitativas entre os dois primeiros conglomerados e o terceiro. Primeiramente, no regime informal-familista a força de trabalho é mercantilizada através do mercado transnacional e a renda da população dos países desse terceiro grupo é mais baixa que a renda dos dois primeiros. A proporção de famílias com organização não-tradicional é alta, implicando na, também alta, proporção de mulheres casadas com trabalho remunerado. A política pública nesse regime tem uma escassa desmercantilização voltada à população em condições de pobreza, sendo realizada somente em alguns serviços sociais básicos (MARTINEZ-FRANZONI, 2008).

A autora relata que “cuanto más débiles son los mercados laborales formales, la asignación pública estatal de los recursos y la capacidad reguladora del Estado, mayor es la ampliación de la participación del trabajo no remunerado en el bienestar” (2008, p. 98). Isto é, maior a participação da família nesse processo, maiores as suas responsabilidades e maior também o dispêndio de recursos, tempo, dedicação, cuidados, etc.

3.3 A CONFIGURAÇÃO DO BEM-ESTAR NA REALIDADE BRASILEIRA

Ao longo da sua constituição social, econômica, política e cultural, o Brasil vivenciou regimes e formas de governo escravocratas, coronelistas, oligárquicas, paternalistas, ditatoriais, clientelistas e parcialmente democráticas, não possuindo, portanto, grande tradição no campo da proteção social. Sua intervenção nessa esfera é ainda preliminar e bastante recente.

Assim, a trajetória histórica e as configurações atuais não favorecem as condições de vida das famílias para o acesso ao bem-estar, ao contrário, muitas das políticas sociais em vigor as oneram com uma série de exigências e as incorporam nos serviços, complexificando uma situação pré-estabelecida de vulnerabilidade social. Em termos de legislação, o país apresenta um considerável avanço – haja vista que a realidade social brasileira seria significativamente distinta se as leis fossem cumpridas – no entanto, a extrema burocracia, a corrupção, as marcas de um passado recente que insistem em fazer parte da cultura popular, dos hábitos, do comportamento e da conduta da população e das instituições, a ausência de organização popular, etc., são fatores que ainda dificultam e, em alguns casos, impedem o exercício pleno dos direitos e da cidadania.

Dadas tais características do Estado brasileiro e considerando a lógica economicista do mercado, a partir do que é conjunturalmente determinado, cumpre-se avaliar que de fato a família se caracteriza como uma grande provedora de bem-estar, de cuidados e de manutenção da vida de seus membros, apesar de possuir cada vez menos recursos para isso. Martin (1995) considera que a família, os parentes e as redes de sociabilidade, como um todo, têm sido cada vez mais acionados contra os problemas sociais e as dificuldades econômicas contemporâneas, e, que sem essa forma de solidariedade, o indivíduo, fica, inevitavelmente, entregue à solidariedade pública.

A constante recorrência à família e a outras instâncias da sociedade civil para o acesso ao bem-estar, diante da reduzida intervenção estatal nesse âmbito, favorece o que Pereira (2004) denomina “pluralismo de bem-estar”. Também conhecido como *welfare mix*, esse modelo se caracteriza, conforme a autora, como um padrão de proteção social que visa a quebrar a centralidade do Estado, prevendo a participação do mercado e de setores variados da sociedade na elaboração e execução da política social. A autora realiza uma breve

análise do caso brasileiro, a partir do contexto do pluralismo de bem-estar e ressalta que no Brasil esse padrão de proteção assumiu um perfil atípico, ou, ao menos, bastante distinto do que assumiu nos chamados países do Primeiro Mundo. Aqui, a relação entre os três componentes mencionados se deu a partir da realidade nacional, isto é: economia dependente dos países capitalistas centrais e regime fragilmente democrático. Tornou-se comum, segundo ela, que os interesses das elites em consonância com os da burguesia internacional tenham sempre prevalecido, em detrimento da atenção às necessidades da grande maioria. Bilac (1995) concorda com esta análise e aponta, que:

Os limites de ação do Estado Brasileiro estão estruturalmente dados tanto pelos próprios limites de um Estado de *welfare* nas sociedades capitalistas, de forma geral, quanto pelos mecanismos clientelistas e desarticulados pelos quais constituiu sua face assistencial neste país (p. 50).

Em vista disso, no país persistem, majoritariamente, práticas espontâneas de ajuda mútua e de participação da família como provedora (PEREIRA, 2004). E alerta a autora, que tal ajuda não se trata de uma prática de nova geração, como defendem os pluralistas, mas de uma conduta tradicional, que é efeito da secular ausência de proteção institucional àqueles que mais precisam. A autora ainda demonstra, citando uma série de indicadores sociais, que o Brasil, além de ser um país profundamente desigual, é também injusto, pois não é pobre. Não lhe faltam recursos como terras, alimentos, riquezas naturais, gente trabalhadora, tecnologia, etc. E a sua especificidade, ou singularidade, reside justamente nessa incoerência, nesse fato, ao qual ela se refere como *apartheid* social, que sobrepõe os riscos à maior parte da população, ignorando o seu empobrecimento.

Nessa perspectiva, Mota (2008) discute a forma como a Assistência Social vem sendo pensada e executada enquanto política social pública e alerta para o fato de que a mesma passou a se constituir como principal mecanismo de enfrentamento à pobreza, caracterizando-se como um verdadeiro mito da proteção social. Tal configuração torna inevitável a recorrência à família e à solidariedade alheia, num intuito sócio-biológico de preservação da vida.

Amparada pela naturalização da ordem, a burguesia busca, dentre outros objetivos,

transformar o cidadão, sujeito de direitos, num consumidor; o trabalhador num contribuinte autônomo; o desempregado num beneficiário da assistência social; e a família e as comunidades em células de uma sociedade solidária, socialmente responsável e cooperativa (MOTA, 2008, p. 144).

O que tal realidade efetivamente demonstra é o retraimento do Estado no que concerne aos direitos sociais e à proteção social, como um todo, tornando, dessa forma, as famílias já consideradas pobres, ainda mais vulneráveis, pois sua exposição aos riscos de um sistema econômico excludente é sempre maior, sobretudo quando suas responsabilidades são aumentadas.

Portanto, a ideia de “aproximação flexível” entre Estado, mercado e terceiro setor, indica que cada instância, com seus recursos, e com o objetivo de construção de uma “co-responsabilidade variável”, possui a mesma importância no trato dos riscos sociais (PEREIRA, 2004). Nesse sentido, o Estado deixa de ser o protagonista do processo de provisão da proteção social, passando a dividir igualmente o comando das políticas sociais.

Assim, o Estado contribuiria com o seu recurso de poder, o mercado com o dinheiro e o terceiro setor compareceria com a solidariedade, fazendo com que fosse criada uma coalizão de forças no enfrentamento de dois problemas fundamentais que comprometem a ordem capitalista: “os crescentes níveis de desemprego estrutural e consequentemente de pobreza – e a ameaça que isso representa para a coesão social” (ABRAHAMSON, 1995, p. 18 *apud* PEREIRA, 2004). É evidente que, nesse processo, as partes (ou instâncias) não estão em igualdade de condições, que umas são dotadas de maiores recursos e mais poder que outras, estabelecendo-se um mecanismo de gestão dos riscos, originalmente desigual.

Na divisão de responsabilidades do *welfare mix*, quatro setores devem incorporá-las, diminuindo o peso do Estado e tornando mais ampla a atenção social: o informal, o voluntário, o comercial e o oficial (PEREIRA, 2004). Para os pluralistas, segundo a autora, o setor informal representa a provisão da assistência por parte da família, dos amigos próximos e dos vizinhos. Conforme descreve:

São grupos que ajudam seus membros naturalmente, movidos por sentimentos subjetivos como dever moral, amizade, companheirismo ou cumplicidade e, por isso, suas ações não são associadas a direitos e deveres cívicos. Nesse setor tem ganhado importância a família (e, dentro dela, a mulher) sobre a qual recaem as mais fortes expectativas pluralistas de participação solidária, especialmente em relação aos idosos, crianças e enfermos. Isso por que se chegou à conclusão de que, se a contribuição do grupo familiar e da mulher foi considerável em todos os Estados Sociais do pós-guerra, ela seria maior agora por que atuaria numa rede de relações não-hierarquizadas e compartilhadas por múltiplas participações não-convencionais. Daí a refamiliarização da proteção social na contemporaneidade (SARACENO, 1995 *apud* PEREIRA, 2004, p. 139).

O setor voluntário, que é mais organizado e formal que o anterior, constitui-se por grupos muito variados, que podem ser tanto grupos pequenos e relativamente informais, como grandes e complexas organizações filantrópicas (PEREIRA, 2004). O segmento comercial (que é o mercado) é aquele considerado pelos pluralistas como o único espaço de liberdade para o consumo e para exigências de melhores atendimentos, afigurando-se, desse modo, como um setor mais democrático que o Estado Social na garantia do bem-estar (PEREIRA, 2004). Caracteriza-se, por fim, como setor oficial, o Estado ou os governos, especificamente, que possuem poderes concentrados, utilizados na difusão das ideias pluralistas na área da política social, e posteriormente, utilizados no avanço neoliberal.

A autora anuncia também, que o bem-estar misto integra um elemento organicamente constitutivo dos sistemas capitalistas de proteção social, sejam estes liberal ou social-democrático. As diferenças observadas estão associadas, segundo ela, à importância conferida a cada um dos componentes Estado, mercado e terceiro setor, e também aos pressupostos teóricos, ideológicos e éticos que coordenam a escolha do componente que terá prioridade.

Na ausência de um Estado protetor e diante de um mercado

excludente, é a família quem faz frente às incertezas da vida. Desse modo, o Estado que atribui um máximo de obrigações de bem-estar à unidade familiar, tal qual o Estado brasileiro, é caracterizado por Esping-Andersen (2000) como familista. O autor presume que somente um remodelamento radical do estado de bem-estar poderia minimizar as dependências familiares ou desfamiliarizar as responsabilidades ligadas ao bem-estar.

Em todos os setores, os rumos tomados pelo país foram sempre ditados por seletos e influentes grupos, que impuseram exclusivamente os seus interesses, em detrimento dos reais benefícios para população. Nessa lógica, reforçou-se a ideia de que a família é o espaço do amparo, da ajuda mútua e da solidariedade, de modo que a ela cabe ajudar, proteger e sustentar, no entanto raramente reflete-se sobre as condições objetivas de que as famílias dispõem para atender a tais demandas.

3.4 O LUGAR DA FAMÍLIA NA PRODUÇÃO DE BEM-ESTAR

Esping-Andersen (2000) considera que a família é produtora por que produz uma série de bens e serviços, entretanto não-monetarizados, por isso torna-se difícil estabelecer um nexos entre ela e a produção do bem-estar. Este nexos é estabelecido, então, de forma indireta, ou secundária, por meio dos “auto-serviços” providos no interior da família, os quais se realizam em função do tempo que lhes é dedicado e da ausência de provisão por parte do Estado e do mercado.

Dispõe o autor, que com a inclusão da mulher no mercado de trabalho, passa a haver uma relativa compra do serviço doméstico – verificada na figura da empregada doméstica. Ainda assim, comenta, são raras as situações nas quais o mercado substitui a família, por que é necessário que haja um aumento da renda para que se promova a compra desse tipo de serviço, o que acaba por incentivar a sua realização pela própria família, pois é mais fácil, ou acessível, executar o serviço do que pagar a alguém que o faça. Assim, aos mais necessitados financeiramente, o mercado falha, e, quando o Estado também é ausente, as famílias se veem obrigadas a produzir o seu próprio bem-estar pessoal e social, de modo que se estabelece uma carência de bem-estar nos casos em que nenhuma das três instâncias o assume (ESPING-ANDERSEN, 2000). Entende-se, portanto, que todo esse processo transfere para a família os conflitos e problemas que são, na verdade, sociais, isto é, produzidos e reproduzidos no âmbito da sociedade e não na esfera restrita da família.

Saraceno (2003) considera que uma das questões fundamentais surgidas da análise teórica da relação entre Estado e família é referente à responsabilidade de prestação de cuidados e sustento dos indivíduos econômica ou afetivamente dependentes, e, como tal responsabilidade é dividida pelos vários agentes institucionais – Estado, família e terceiro setor. Segundo ela, deve estar claro, quem, no interior da família, é responsável por quem.

Concernente ao trabalho de prestação de cuidados e de reprodução social, tem-se dois tipos de responsabilidade e obrigações, que, conforme a autora, permitem observar claramente as influências recíprocas entre esfera pública e privada. De acordo com sua análise, as primeiras são obrigações financeiras e de sustento, que definem a quem cabe dar e receber apoio financeiro e as outras são as obrigações de prestação de cuidados, que indicam quem cuidará e quem será cuidado. As políticas sociais focadas no apoio ao rendimento e os serviços públicos sociais e sanitários são as áreas nas quais essas obrigações estão contidas, respectivamente (SARACENO, 2003).

Ressalta a autora, que, ao analisar a interferência entre as esferas pública e privada, percebe-se que a família foi e continua a ser definida de forma diferente nas políticas sociais, bem como, suas responsabilidades foram e permanecem sendo compreendidas de forma variada nos diferentes contextos históricos e institucionais. Cada estado ou região, portanto, configura a sua intervenção social e familiar a partir do que entende como família e do que considera que cabe a esta prover, levando em conta, evidentemente, sua conjuntura econômica, social, política, histórica e cultural, as quais, por sua vez, são definidas em processos globais mais amplos.

A autora também destaca, que poucos foram os países que desenvolveram uma política familiar efetiva, isto é, direcionada ao alcance específico do bem-estar da família. O que se fez, na maioria dos estados, foi uma introdução de medidas legislativas, subsídios monetários e serviços resultantes de deliberações de outras áreas da política social – como políticas de apoio ao rendimento – que apenas superficialmente consideram a dimensão familiar das políticas sociais, a exemplo do Brasil, que inclui em políticas sociais públicas, como a Assistência Social, programas, projetos e serviços voltados – em suas nomenclaturas e ditas primazias – ao atendimento das necessidades da família.

Bermúdez (2001), quando aborda a temática das políticas sociais e sua relação com a família, destaca a existência de grande dificuldade teórica de abordagem em função de uma série de elementos,

como critérios de definição e explicação, categorias utilizadas, momento histórico, ideias pré-concebidas e outros, que compõem a análise. Acerca destas últimas, a autora chama a atenção para o fato de que elas estão mais do que presentes em nossa vida, estão efetivamente arraigadas no cotidiano social, institucional, cultural, ideológico, etc. São ideias, segundo ela, relacionadas ao amor, ao casamento, a filhos, à sexualidade, e que permeiam os estudos da família em distintas vertentes. Algumas dessas análises acabam por buscar um culpado pelas situações, incorrendo-se numa prática unidirecional, pois simplificam os variados aspectos de uma conjuntura complexa. Conforme a autora, é num contexto mais amplo que a política social deve ser analisada, isto é, no contexto de macro-modelos políticos e econômicos que as geram ou a partir do modelo de acumulação existente em determinada sociedade.

A autora defende que no modelo neoliberal se tem uma desregulamentação da economia, total autonomia do setor financeiro, desmonte do setor público, com abandono de funções estatais de promoção e integração social, o que determina uma política social compensatória – entendida como gasto social –, focalizada e descentralizada, que objetiva evitar situações críticas e conflitivas de extrema pobreza. Bermúdez (2001) acredita que tanto no estado de bem-estar, quanto no estado neoliberal temos a família como refúgio, e atualmente se exige que ela volte à cena pública, pois a chamada crise do estado de bem-estar requer uma “solução familiar” com vistas a reduzir a dependência dos serviços coletivos, “redescobrimdo”, assim, a autonomia e a iniciativa pessoal e familiar.

A autora entende, portanto, que o chamado “neo-familismo” é essa tendência ideológica de fazer da família uma unidade econômica e política de resolução dos problemas da atual racionalidade global. E, conclui que as análises das relações e práticas das famílias são de essencial importância política, tanto por que se pode considerar a esfera familiar como um tipo específico de relação social que constrói determinada subjetividade, como por que independentemente dos enfoques teóricos, esse lugar de “retiro”, diante de um mundo que se transforma de maneira tão rápida, é hoje valorizado politicamente.

Por ser reconhecida como instituição altamente significativa para a formação de valores e padrões de conduta e possuir grande capacidade de gerar estratégias de adaptação, a família é hoje enaltecida enquanto lugar privilegiado de promoção de programas e políticas sociais substitutivos da ação estatal (GOLDANI, 2002), o que ocorre especialmente em razão das mudanças verificadas no papel do Estado

enquanto provedor de bem-estar.

Apesar do viés clientelista que o Estado adotou (e adota) em grande parte de suas ações, existem funções desempenhadas por ele, como a de agente reorganizador das relações sociais, que implicam não só na melhoria das condições básicas de reprodução social, como também contribuem para a emancipação feminina (GOLDANI, 2002, p. 32), o que justifica a preocupação com a realidade atual e as dúvidas que se colocam sobre as possibilidades de construção efetiva de uma sociedade igualitária para as mulheres sem a intervenção do Estado.

Campos e Mioto (2003) afirmam que o lugar da família nos sistemas de proteção social se diferencia de acordo com o contexto dos diferentes sistemas e, assim, admite diversos caminhos analíticos. As autoras descrevem três referenciais a partir dos quais o lugar da família é pensado; a família do provedor masculino, o “familismo” e a família no sistema social-democrático.

No primeiro, o homem é o centro da família, a quem os direitos sociais são prioritariamente destinados – pois é ele o trabalhador, o provedor da família – tendo a esposa e os filhos acesso subordinado a esses direitos. As autoras ressaltam, referenciando Esping-Andersen (1999), que nos sistemas de proteção social, onde os benefícios são logrados através do trabalho ou da carreira, há um favorecimento implícito do sexo masculino, pois a mulher, em geral, apresenta maior distanciamento das ocupações remuneradas. Tal configuração, segundo elas, demonstra naturalização e obviedade das obrigações familiares e das funções de cada membro da família.

Nesse caso, está clara também, uma tendência de não-reconhecimento dos limites socioeconômicos do apoio familiar, por parte do Estado e da sociedade. O familismo, por sua vez, é a forma através da qual a política pública confere às famílias a responsabilidade principal pela provisão do bem-estar social (CAMPOS; MIOTO, 2003). E a terceira alternativa apontada pelas autoras, que é a via social democrática, é a que possui maior oferta de serviços sociais de apoio aos encargos familiares, favorecendo uma política de incentivo ao trabalho feminino remunerado. Nesta possibilidade de proteção social, os serviços sociais são desenvolvidos para uma cobertura universal da população, o que facilita a expansão de postos de trabalho e corresponde, em esfera macroeconômica, ao objetivo do pleno emprego.

Demonstram as autoras que “a polarização entre universalismo de cobertura a todos os cidadãos e benefícios para grupos específicos, acompanha a história da atenção à família nos diferentes sistemas” (CAMPOS; MIOTO, 2003, p. 173). Elas entendem, portanto, que no

âmbito da reprodução social, a responsabilidade das unidades familiares é diferencialmente concebida no âmbito de cada país. No Brasil, o aparato legal e institucional, bem como práticas profissionais diversas, mantêm a concepção familista e assistencialista no bojo do sistema de proteção social. Tal concepção está atrelada, conforme as autoras, à ideologia secular, segundo a qual a família é uma sociedade natural e sujeito econômico de mercado, de modo, que a ajuda pública deve ocorrer apenas sob forma de compensação, direcionada para aqueles que efetivamente e comprovadamente precisem.

Elas alegam que tal distinção, pela via do merecimento, acaba por definir no país, um processo de operacionalização da política social que se distancia da perspectiva do direito e mesmo das necessidades sociais, tamanhas discriminação e seletividade verificadas. Concluem, então, que:

(...) trata-se de incorporar realmente, nos sistemas de proteção social, a concepção de que ninguém é totalmente auto-suficiente, e o bem estar depende tanto de segurança em relação ao futuro e aos eventos críticos da vida, quanto da possibilidade de contar com uma rede de sustentação para garantir a reprodução cotidiana, social e biológica (CAMPOS; MIOTO, 2003, p. 186).

Fica claro, portanto, que, no atual modelo de sociedade, a reprodução da vida social e o acesso ao bem-estar estão condicionados a elementos essenciais, como a redistribuição de bens e serviços por parte do Estado, as oportunidades do mercado e o apoio familiar. A importância dada a cada um desses elementos no processo de construção da proteção social é o que diferencia as condições de vida da população em cada região da esfera global.

Souza (2000) sugere que as famílias podem participar ativamente de todo o processo organizativo dos programas sociais, haja vista, que a participação popular tem sido incentivada e até exigida pelas instituições e pela legislação, em geral. Em alguns tipos de políticas públicas, como a educação e a assistência social, a família é, porém, considerada como co-responsável por sua administração e fiscalização e pelo cumprimento de condicionalidades, sem as quais não se pode ter acesso aos serviços e benefícios. Exige-se, portanto, uma contrapartida da família para que ela possa exercer um direito que já lhe é legalmente garantido, o que acaba por sobrecarregá-la com mais essas atribuições.

Segundo afirma, os impactos das políticas públicas e de seus benefícios não se limitam aos indivíduos que os recebem, mas afetam também suas famílias. Portanto, é necessário que a focalização das políticas sociais tenha na família um critério de seleção, mas sem superestimar a sua importância na definição de grupos-alvo das políticas (SOUZA, 2000). O autor crê, ainda, que a composição e a organização das famílias podem ser objeto das políticas sociais. A primeira estabelece um debate com a ideia da família enquanto objeto das políticas de controle ou incentivo à reprodução, e, a segunda deve chamar a atenção pública para a efetiva existência da desigualdade de gênero e para as consequências desastrosas dessa desigualdade no exercício da cidadania feminina – historicamente negada – corroborando a necessidade de políticas nesse âmbito.

3.5 AS MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E O PAPEL PERMANENTE DA PROTEÇÃO FAMILIAR

No âmbito da realidade brasileira, pensar sobre a família e o seu papel na proteção social requer considerar, dentre outros fatores, as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas, pois as mesmas têm implicações diretas na organização interna da família e nas relações entre esta e outras instituições da sociedade.

Camarano e Kanso (2009), em estudo de projeções demográficas, apontam para uma diminuição no ritmo de crescimento populacional e para um processo acelerado de envelhecimento, inclusive no grupo de pessoas com 80 anos ou mais. As pesquisadoras defendem que a diminuição gradativa das taxas de fecundidade foi um fator determinante, juntamente com outros, como a queda dos índices de mortalidade, para a definição do quadro brasileiro de envelhecimento populacional. Elas ressaltam que as taxas de fecundidade representam a variável mais importante na dinâmica de uma população.

Segundo as autoras, as taxas mais elevadas de crescimento foram experimentadas pela população brasileira durante as décadas de 1950 e 1960. Essas taxas, que estiveram em torno de 3,0% ao ano, a partir de 1970 iniciaram um forte declínio, resultante de uma redução acentuada nos níveis de fecundidade, já em curso na segunda metade da década de 1960. As pesquisadoras demarcam que a fecundidade das mulheres brasileiras reduziu-se a quase um terço em menos de quarenta

anos, atingindo o nível de reposição⁸ próximo ao ano 2000. Em número de filhos, a taxa de fecundidade total (TFT) passou de 5,8 por mulher, na segunda metade dos anos 1960, para 1,8 na segunda metade dos anos 2000. E esse ritmo demográfico, conforme apontam, já está embutido na dinâmica atual da população brasileira, ou seja, de maneira geral, continuaremos a ter menos filhos e a viver mais.

As autoras ainda apresentam os índices de esperança de vida ao nascer e aos 60 anos, por sexo, e, observam que em ambos os indicadores, as mulheres possuem significativa vantagem em relação aos homens, possuindo uma diferença de até 7,3 anos a mais na esperança de vida ao nascer. As causas externas são um dos principais fatores atribuídos a esse diferencial entre os sexos.

Diante desse panorama demográfico, a família sofre uma série de tensões e mudanças, as quais geralmente a imputam mais e maiores responsabilidades. A título de exemplo pode-se citar o caso dos jovens, que ao optarem por não ter filhos, ou por tê-los mais tardiamente, acabam por permanecer morando com suas famílias de origem por mais tempo, sobrecarregando-as com o seu sustento e cuidado⁹. Outrossim, os idosos também representam um segmento que exige dedicação, tempo e recursos da família. E, por estarem vivendo mais, eles continuam constituindo as famílias e agregando demandas¹⁰.

Saraceno (2003) informa que as rápidas transformações demográficas aliadas às mudanças profundas vivenciadas pelas famílias nos últimos anos, em todos os países industrializados, condicionaram um amplo debate pautado nas “novas” necessidades de cuidados para os idosos e na busca de possíveis soluções para a sua realização. A autora

⁸ “Uma população atinge o seu nível de reposição quando a fecundidade e a mortalidade alcançam valores que resultarão, no médio prazo, em uma taxa de crescimento igual a zero, ou seja, a população simplesmente se repõe” (CAMARANO; KANSO, 2009, p. 08).

⁹ El “cuidado” se refiere a los bienes y actividades que permiten a las personas alimentarse, educarse, estar sanas y vivir en un hábitat propicio. “Abarca por tanto al cuidado material que implica um trabalho, al cuidado económico que implica um costo y al cuidado psicológico que implica un vínculo afectivo (RODRIGUEZ, 2005, p. 4 *apud* SUNKEL, 2006, p. 55).

¹⁰ “Na discussão das demandas de jovens e idosos, segmentos populacionais que ganham visibilidade na atual etapa de desenvolvimento do regime demográfico brasileiro [...], a família assume ainda maior importância como fonte de suporte material e afetiva para seus membros” (GOLDANI, 2002, p. 33).

pontua que o número de cuidadoras (função exercida em todos os lugares pelas mulheres – filhas, noras e outras) tem diminuído consideravelmente, uma vez que há um aumento da população idosa, uma queda da fecundidade e uma acentuada redução da quantidade de tempo que as mulheres estão dispostas a dedicar, de forma não remunerada, na prestação desses cuidados, o que se explica pelo seu ingresso crescente no mercado de trabalho.

Peixoto (2007) concorda que as ideias sobre a família foram se modificando com o passar das décadas, o que ocorreu de modo paralelo às mutações demográficas; diminuição da natalidade e dos matrimônios, aumento dos divórcios, das uniões livres, das recomposições e coabitações intergeracionais. A autora também elenca outros fatores como causas de mudanças no interior da família; a atividade profissional feminina conciliada à responsabilidade familiar, o controle da fecundidade através da contracepção e os novos arranjos familiares determinados pelo aumento do número de divórcios e variadas recomposições da família. Conforme Peixoto (2007), tal diversidade condiciona uma modificação do calendário familiar, já que os casamentos ou uniões passam a ocorrer mais tarde, assim como os nascimentos. “As trajetórias familiares conhecem maior mobilidade conjugal e os períodos de “vida de solteiro” ou *en solo* são mais frequentes e, por vezes, mais longos” (p. 12).

Sobre a permanência prolongada dos jovens nas famílias de origem, Sunkel (2006) menciona um estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, que ressalta este fenômeno, o qual tem sido denominado de “síndrome da autonomia postergada”. Conforme o autor, tal fenômeno se refere a uma dificuldade enfrentada pelos jovens na sua “fase de saída” da casa dos pais. Seria uma dificuldade para se tornar independente.

A “síndrome da autonomia postergada” pode ser compreendida como uma expressão das mudanças familiares pelas quais as famílias vêm passando e a mesma implica em um aumento do período de proteção dos filhos por parte da família, isto é, em um aumento de responsabilidades. O autor informa que a faixa-etária desses jovens está entre os 25 e 29 anos e que o referido fenômeno vem aumentando desde o ano de 1990. O Chile é o país onde a “síndrome da autonomia postergada” é mais incidente, cerca de 50,4% dos jovens nessa faixa de idade ainda vivem com os pais. Mas há países como Uruguai e

Argentina onde as taxas também são altas, 47,1% e 46%, respectivamente. No Brasil o índice chega a 38,9%¹¹.

Sunkel (2006) problematiza o fenômeno da “síndrome da autonomia postergada” e afirma que o mesmo não está fundamentalmente associado à dificuldade de independência (ou seja, ao mercado de trabalho). O autor embasa o seu argumento em um outro estudo da Cepal, de 2004, que indica que durante a década de 1990 houve um pequeno aumento do número de jovens inseridos no mercado de trabalho. E, nesse contexto, refere-se à família, concordando que a mesma possa estar atuando como uma rede de proteção aos seus membros, evitando, dessa forma, o desemprego, o subemprego e as condições precárias de trabalho.

No entanto, para o autor, o principal fator relacionado a esse fenômeno caracteriza-se por questões sócio-culturais. O estudo de 2004 da Cepal observa que os jovens têm iniciado sua vida sexual mais cedo, ao passo que têm protelado a iniciação da vida conjugal, fato que reflete no aumento da proporção de jovens solteiros no final da juventude em todos os países da América Latina. De modo geral, tem-se, para o autor, um paradoxo; “[...] *los jóvenes estarían en condiciones materiales de independizarse pero, por factores socio-culturales, optan por prolongar su permanencia en la familia de origen*” (SUNKEL, 2006, p. 42).

Certamente, questões relacionadas à classe social das famílias também influenciam na forma como elas vivenciam essas experiências e na maneira como se organizam para dar conta do apoio aos seus membros. Os fatores sócio-culturais destacados pelo autor parecem ser reflexos das mudanças familiares e sociais que são postas em marcha ao longo da história. As experiências sexuais antes da união conjugal ou independente dela é um bom exemplo dessas mudanças. Assim, a associação de elementos sociais, culturais e históricos condicionam as transformações cotidianas que a família e a sociedade em geral vivenciam.

Ao examinar a bibliografia brasileira sobre família, Bilac (1995) faz algumas considerações pertinentes. A autora relaciona o sentido e o *timing* do debate acadêmico nesta área com o sentido e o *timing* das transformações recentes da sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos de 1970. No contexto de mudanças como a representatividade política da classe operária, principalmente no chamado ABC paulista, o surgimento de camadas médias relativamente

¹¹ Conforme Sunkel (2006), esses números são referentes ao ano de 2002.

modernas, etc., a problemática da família, segundo ela, estaria se constituindo de maneira diversa nas diferentes classes e grupos sociais, o que demandaria abordagens específicas.

3.6 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: AS MULHERES COMO PRINCIPAIS PROVIDORAS

Ao abordar o tema das transformações demográficas e familiares, uma outra questão que vem à tona é a realidade das famílias monoparentais e, conseqüentemente, as relações de gênero. Conforme Torremocha (2006), atualmente as famílias monoparentais têm sido alvo da atenção pública e da preocupação política de governos e instituições de todo o mundo e tal preocupação se dá por duas razões principais: o aumento considerável no número de famílias desse tipo nos últimos anos e o risco de pobreza que as caracteriza.

A autora faz uma análise conceitual do termo ‘família monoparental’ e informa algumas definições importantes. Para ela, uma família monoparental seria uma estrutura familiar na qual o pai ou a mãe é o(a) provedor(a) do cuidado dos filhos. Há alguns desacordos teóricos, no entanto, ao se considerar a idade dos filhos - se maiores ou menores de dezoito anos. A mesma também afirma que a família monoparental é uma construção ou um fenômeno social (e não natural), o que significa que varia de acordo com os tempos e os lugares.

Em definição mais precisa, com base no entendimento de Roll (1992), a autora utiliza o seguinte informe da União Européia: “*Un padre o una madre que no vive en pareja (entendiendo pareja casada o que cohabite) y vive al menos con un hijo menor de 18 años. Este núcleo familiar puede estar viviendo en el mismo hogar con otro núcleo familiar*” (TORREMOCHA, 2006).

A partir dessa concepção, a autora identifica duas características que fundamentam a monoparentalidade, são elas: a não convivência dos progenitores e a presença de filhos dependentes. E, alerta para o fato de que existem algumas diferenças fundamentais entre as famílias monoparentais, como o sexo do titular dessas famílias e o número de filhos. Ela destaca, que no caso de famílias chefiadas por mulheres, há maiores probabilidades destas não possuírem qualificação profissional para trabalhar fora de casa, o que certamente cria uma situação de desigualdade comparando-se com as famílias biparentais. A desigualdade também é estabelecida entre as famílias quando se tem aumentado o número de filhos, pois aumenta-se também os riscos de pobreza.

A autora discorre sobre os problemas sócio-econômicos relacionados às famílias monoparentais, afirmando que eles ocorrem em função da degradação das condições econômicas que acompanha o processo de dissolução do casamento. O risco de pobreza, nesse caso, está associado com a perda do salário do pai, na maioria dos casos. E, quando existem dificuldades de inserção profissional das mulheres, a situação se torna ainda mais complexa. Presume-se que a pobreza ou os riscos de pobreza enfrentados pelas famílias monoparentais chefiadas por mulheres constitui-se por dois fatores fundamentais: de um lado está o problema da pobreza temporal causada pelas mudanças na estrutura familiar e, de outro, o problema da pobreza crônica causada por uma conjuntura social que não oportuniza empregos para as mulheres (TORREMOCHA, 2006).

A título de ilustração dessa realidade, pode-se citar o Relatório do Desenvolvimento Humano, de 1995, que constatou que a pobreza “tem o rosto de uma mulher” – de 1,3 bilhão de pessoas na pobreza, 70% são mulheres. Dez anos depois, Melo (2005) ao elaborar uma análise da pobreza no Brasil, com um enfoque de gênero, confirmou que permanecem substanciais diferenças entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza tenha um rosto feminino e negro (FREITAS, 2008).

Conforme Torremocha (2006), o surgimento do conceito de família monoparental provocou uma mudança de atitude em relação a esse tipo de família, mudança esta que ocorreu em nível acadêmico, institucional e social. No primeiro, o aparecimento dessa terminologia implicou uma postura diferente no estudo de uma realidade que até então estava relacionada com o conceito de família nuclear. Além disso, a autora relata que os trabalhos de demografia histórica realizados por Peter Laslett demonstram que em determinados períodos de tempo existiram diferentes formas familiares, o que nega a existência de um tipo único de família. Em nível institucional, a preocupação com estas famílias ocorre, segundo ela, em função de uma maior incidência de riscos relacionados à pobreza. Se em princípios do século XX as respostas políticas na maioria dos países foram dirigidas às viúvas, desde os anos 70 desse século a preocupação gira em torno das mulheres divorciadas ou separadas com filhos e também das solteiras com filhos. Assim, expressivas mudanças aconteceram ao longo do tempo.

No âmbito social, a autora destaca as transformações que vêm ocorrendo desde a década de 60, tanto em nível familiar como demográfico, na maioria dos países ocidentais. A queda da fecundidade e das taxas de matrimônio e o aumento das taxas de divórcio e co-habitação, como já mencionado, são as características mais relevantes das mudanças demográficas, sendo as altas taxas de divórcio uma das mais significativas. Referenciando Roussel (1993) e Alberdi (1995), Torremocha (2006) concorda que a felicidade no casamento é o principal valor dos nossos dias, ao contrário de épocas passadas, quando a felicidade não era tão importante, pois o principal objetivo do casamento residia em questões reprodutoras e econômicas. Hoje o divórcio é considerado como algo comum e se estende às diversas camadas da população. O aumento do número de nascimentos extra-matrimoniais é, segundo a autora, uma outra mudança também importante no fenômeno da monoparentalidade. Em tempos passados, tal fato carregava um estigma negativo, que foi sendo perdido com o tempo, talvez por ter sido estendido também aos amplos setores da população, tal qual o divórcio. Ela avalia, então, que:

“El incremento tanto del número de divorcios como del número de nacimientos extramatrimoniales influye en la monoparentalidad, convirtiéndolo en un fenómeno creciente, el cual cada vez afecta en mayor medida a sectores más amplios de la población” (TORREMOCHA, 2006, p. 8).

A autora defende que a monoparentalidade é uma categoria analítica excelente para estudar a relação entre família, Estado e mercado, pois as famílias monoparentais constituem um tipo de estrutura que impossibilita a tradicional divisão sexual do trabalho, na qual se assentou o estado de bem-estar, após a Segunda Guerra Mundial, com base na idéia do pleno emprego masculino. Assim, reitera que a monoparentalidade é um fenômeno caracterizado por um tipo de estrutura familiar que possui apenas um progenitor responsável pelas tarefas domésticas e extra-domésticas, na qual residem as maiores contradições e desafios que devem ser enfrentados pela política social, que são: a conciliação da vida familiar e laboral e o provimento do bem-estar dos filhos.

Torremocha (2006) informa que os índices de pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres são diferencialmente

identificados nos distintos grupos de países. Nos anglo-saxões, por exemplo, as taxas de pobreza dessas famílias se aproximam ou superam os 50%. Nos europeus continentais cerca de um quarto das famílias desse tipo são pobres e nos países escandinavos a porcentagem não chega a 10%. Assim, a autora entende que o tipo de política social operada em cada continente ou país influencia na incidência da pobreza de suas respectivas famílias.

Numa lógica inversa, e igualmente verdadeira, Souza (2000) aponta que as mudanças nos papéis dos membros das famílias também são elementos que influenciam as políticas públicas. E, assim explica que as condições socioeconômicas desfavoráveis da América Latina, associadas ao crescimento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, faz com que a pobreza extrema, especialmente nas zonas urbanas, afete sobremaneira esse tipo de família. Tendo em vista tal realidade, a Cepal recomenda que as políticas se destinem a facilitar a incorporação ao mercado de trabalho das mulheres chefes de família com filhos (SOUZA, 2000).

Ao dissertar sobre o tema da cidadania, com um enfoque de gênero, Saraceno (1995) enfatiza a realidade de exclusão das mulheres do cenário da vida pública e política, demonstrando como o conceito de cidadania se desenvolveu de maneira tensa no ocidente, o que está associado com a posição das mulheres em relação à sua cidadania negada. A autora afirma que as mulheres foram longamente excluídas da cidadania por causa dos interesses da família e também em razão da sua diferença em relação aos “iguais” – os homens. Os interesses das mulheres não são, portanto, interesses autônomos, mas interesses da família, os quais, por sua vez, são definidos a partir dos interesses dos maridos. Assim, as relações privadas das mulheres, em oposição às relações sociais, são as que lhes negam o estatuto de cidadãs (SARACENO, 1995). Ela também afirma que “(...) as mulheres investem muito mais na família que os homens, em termos de tempo, energia psíquica, atenção – e espera-se que o façam (p. 217)”.

Desse modo, verifica-se que há uma expectativa social, praticamente generalizada, em relação aos papéis da mulher como mãe e como esposa. No decorrer desse processo de exclusão da cidadania, a mulher é fortemente dominada, permanecendo vulnerável a diferentes formas de manipulação que contribuem para a sua condição de ser dependente. Percebe-se que o seu *lugar* social, moralmente determinado, está vinculado às suas funções de mulher submissa ao marido e cuidadora incondicional dos filhos e da casa, funções estas, que possuem

desdobramentos negativos a uma possível vida independente, pois a afasta do mercado de trabalho e do acesso à renda. É, portanto, uma absoluta abdicação da sua própria vida em prol da vida da família.

Ainda que a mulher consiga uma colocação profissional, o seu desempenho e rendimento serão provavelmente menores que os dos homens, haja vista, que:

Em todo caso, torna-se impossível às mulheres ter aquele apoio na vida de trabalho remunerado e profissional que é normalmente proporcionado aos homens pela família e pelo casamento: alguém que cuide das necessidades suas e dos seus, que esteja disponível, que invista e aposte em você. No melhor dos casos, as mulheres “são deixadas livres” ou “encorajadas”; no pior, obstaculizadas. Mas nunca têm por trás uma mulher que “cuide”, por elas, da família (SARACENO, 1995, p. 217).”

Essa situação coloca as mulheres numa posição muito desfavorável em relação aos homens e implica numa série de dificuldades posteriores. Como discorre a autora, diversas pesquisas internacionais demonstram o empobrecimento absoluto ou relativo de mulheres e filhos após uma separação ou divórcio, como consequência da divisão sexual do trabalho na família e do reconhecimento diferente – pelos indivíduos e pela legislação – dos investimentos dos homens e das mulheres na família e pela família.

Montaño (2001) indica que há evidências sobre o fato de que homens e mulheres com os mesmos níveis de escolaridade não acedam às mesmas oportunidades de trabalho, porque é no âmbito reprodutivo e das responsabilidades familiares que se encontram os obstáculos para o desempenho equitativo. No âmbito familiar, portanto, o papel subalterno da mulher é facilmente verificável, sobretudo na relação homem/mulher, historicamente desigual. Gelinski (2010) assinala que a família é o espaço onde são manifestos os papéis sociais atribuídos a cada sexo. A autora acredita que a representação do masculino e do feminino não mudaram com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. “O desempenho de tarefas associadas a cada gênero é uma das principais pautas de lutas dos grupos feministas, pois mesmo com o crescimento do assalariamento entre as mulheres, não há uma divisão igualitária do trabalho doméstico” (p. 115). Entende-se, assim, que o avanço dos tempos trouxe consigo a almejada independência feminina e a relativa conquista de espaços na sociedade, embora tenha intensificado uma gama de deveres historicamente atribuídos às mulheres. Assim, as

tradicionais atribuições, como os afazeres domésticos e o cuidado majoritário aos filhos, permanecem como obrigações delas, às quais foi delegada, também, a contribuição financeira com o sustento da família, quando não, seu provimento integral.

Pensar a relação da mulher com a família e de ambas no espaço da proteção social implica, portanto, em considerar uma série de fatores sociais, econômicos, históricos e culturais que nelas estão intrínsecos. Em uma conjuntura de discrepâncias sociais tão acentuadas como a brasileira, as famílias, já consideradas pobres, na hipótese de serem monoparentais tornam-se ainda mais vulneráveis, pois sua fragilidade é intensificada à medida que suas responsabilidades são aumentadas, o que ocorre com as mulheres de maneira mais intensa.

4. APRESENTANDO A PESQUISA E CONHECENDO AS FAMÍLIAS

Nesta seção, importa mencionar, primeiramente, que parte-se do suposto que um tema não surge na vida do pesquisador de maneira casual. O “simples” fato de ter sido escolhido indica que há interesses e circunstâncias que o permitiram sê-lo, de forma que aquele que pesquisa dificilmente ocupará um lugar neutro durante a realização do estudo, pois “qualquer que seja a posição que o investigador escolha ocupar diante do grupo que observa, será uma posição em que história pessoal e formação profissional se revelam e se confrontam” (BRUNIERA, 2011, p. 03). Assim, torna-se natural que elementos da história de vida e profissional do investigador se façam presentes no decorrer da pesquisa, inclusive influenciando-o quanto à escolha do tema a ser estudado. Mas, também por esta razão, deve-se observar alguns cuidados ao longo dos caminhos do trabalho científico: “É preciso que o pesquisador tenha consciência da possibilidade de interferência de sua formação moral, religiosa, cultural e de sua carga de valores para que os resultados da pesquisa não sejam influenciados por eles além do aceitável” (BELLO, 2007, p. 15).

A partir desse momento serão expostos todos os procedimentos metodológicos utilizados na construção do trabalho. As características do espaço territorial do município onde o mesmo ocorre serão demonstradas, o espaço institucional da pesquisa empírica, descrevendo-se seus principais aspectos funcionais e operativos e, por fim, as especificidades relativas às famílias, enquanto sujeitos do estudo, realizando-se uma breve descrição de seu perfil social.

4.1 OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Considera-se que a escolha do tema deste trabalho de dissertação foi condicionada por resultados de estudos anteriores realizados pela pesquisadora, conforme mencionado no capítulo introdutório. A opção pelo locus da pesquisa também se deu a partir de um conhecimento de ordem pessoal e profissional, bem como, a eleição da perspectiva teórica, que ocorreu a partir de um pré-conhecimento acadêmico, os quais possibilitaram a aproximação à realidade social dos sujeitos investigados. Sem dúvida, o respeito ao método é uma postura permanente da pesquisadora ao longo da elaboração do trabalho, mas

não se olvida que “não existe método sem calcanhar-de-aquiles” (FONSECA, 2000, p. 9). Para a autora:

(...) é obviamente importante fazer a exegese sistemática de qualquer método eleito pelo pesquisador, refletindo sobre suas fragilidades. No entanto, em certos casos, este processo de "eterna autovigilância epistemológica" leva a uma espécie de paralisia. Ao almejar corrigir todos os defeitos possíveis e assim evitar qualquer crítica, ao tentar "dar conta de tudo" ou fazer "o estudo definitivo" de seu tema, o pesquisador deixa de tirar pleno proveito da perspectiva pela qual optou. Reconhecer os limites inevitáveis do método tem efeito contrário: libera o pesquisador para explorar ao máximo as vantagens de sua postura.

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Família e Política Social: relações entre famílias e serviços públicos”, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo aprovação no mês de março do ano de 2011, sob o número 400170. A temática família e bem-estar se constitui como o objeto de estudo desta dissertação e a família é seu ponto de partida, em torno da qual o trabalho é construído e seus objetivos¹² tentam ser alcançados.

Sua metodologia é de natureza qualitativa, pois esse tipo de pesquisa possibilita abranger um universo de significações, atitudes, crenças, valores (MINAYO, 1996), que contribuem sobremaneira para a apreensão da realidade social. O caráter qualitativo assume a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos

¹² Os objetivos desta Dissertação foram mostrados em seu Projeto de Pesquisa, apresentado e aprovado em 19/09/2011 pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, quais sejam: a) observar e identificar as fontes e formas de acesso a recursos utilizados pelas famílias na construção da proteção social, b) examinar as formas de organização, articulação e combinação dos recursos adquiridos pelas famílias na tentativa de provisão da proteção social e c) analisar o campo de relações entre família, redes sociais primárias, serviços públicos e trabalho.

indivíduos, que não pode ser traduzido em números (SILVA, 2010). Os estudos qualitativos são capazes de descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de variáveis, compreender processos dinâmicos vividos por diversos grupos sociais, podendo, ainda, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e proporcionar, em maior nível de profundidade, o entendimento das especificidades do comportamento humano (RICHARDSON, 1999).

Tem-se a preocupação de adotar um referencial teórico com efetiva capacidade explicativa dos processos sociais até o momento vivenciados pela humanidade. E, para tanto, considera-se especialmente a conjuntura de produção e reprodução material da sociedade capitalista, de forma que elege-se a perspectiva de análise dialética. Através dela, é possível realizar o exame das informações obtidas sob a ótica da totalidade, uma vez que os fenômenos são multidimensionais e carecem de apreensão com base em determinantes políticos, econômicos, sociais, culturais e históricos.

Este trabalho é tido também como descritivo, por que faz-se uma descrição das características concernentes às famílias estudadas, contemplando-se os tipos de relações estabelecidas entre elas e seus meios de proteção e buscando-se identificar os recursos possíveis de serem obtidos nas tentativas de construção da proteção social. Nesse sentido, visando a aproximar do conhecimento a realidade observada e tendo em vista o planejamento flexível da pesquisa, do ponto de vista de seus objetivos, a investigação pode ser tida também como exploratória, pois proporciona maior intimidade com o problema, procura aprimorar as ideias relativas a ele e considera os mais variados aspectos associados ao mesmo (GIL, 1991).

Acerca dos recursos metodológicos utilizados no decorrer do estudo, destacam-se a revisão bibliográfica e a pesquisa empírica, que são tomadas como dimensões constitutivas e complementares do processo de observação e análise da realidade e da literatura especializada sobre a família. Revisar a literatura permite refletir, analisar, esclarecer e ampliar o conhecimento. Possibilita sistematizar informações dispersas e apreender o que é relevante para a discussão em pauta e plausível do ponto de vista social. Essa dimensão da pesquisa refere-se à construção de um diálogo, de uma interação com o material bibliográfico, que possibilita indagar, explorar, refletir e propor soluções (LIMA; MIOTO, 2007).

Para a escolha do material bibliográfico, utiliza-se como critério de seleção a pesquisa em livros e artigos publicados no campo das

relações entre família e bem-estar, proteção social, família e redes sociais e família e trabalho. Algumas referências são encontradas em documentos oficiais de órgãos públicos como o Ministério de Desenvolvimento Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e outros. Dissertações de mestrado e teses de doutorado de profissionais e pesquisadores da área também são incluídas no material de estudo.

Ao se avançar na construção do estudo, chega-se à etapa da pesquisa empírica, na qual é feito o contato direto com as famílias. Marsiglia (2003) ensina que a maioria das pesquisas sociais utiliza pessoas ou grupos sociais como fonte de dados; esses sujeitos vivem num certo espaço e lutam, ou não, por seus direitos, têm sua história de vida, sua forma de pensar, agir e explicar a realidade em que vivem. O sucesso do trabalho de campo depende do tipo de interação que será estabelecida com as famílias pesquisadas, o que exige grande cuidado na sua preparação, pois diversos fatores poderão influenciar os resultados, desde a maneira como ocorrerá a inserção no campo da pesquisa até a efetiva coleta de dados.

Conforme essa orientação, optou-se pela entrevista como instrumental, por que, segundo a autora, esta é a ferramenta mais utilizada nas pesquisas sociais, já que permite captar com maior eficiência o que as pessoas pensam, sabem, a forma como se portam durante aquele processo, sua tonalidade de voz, seus silêncios... Seguindo a proposta do estudo, acredita-se que o tipo de entrevista que vai ao encontro dos objetivos estabelecidos é a semiestruturada, uma vez que questões abertas e fechadas permitem ao entrevistado uma larga exposição de ideias sobre o tema, ao passo que direciona o diálogo para a questão em foco. Para a realização das entrevistas elaborou-se um formulário (apêndice 3) com questões norteadoras, que estão pautadas nas características gerais e individuais do grupo familiar, e especialmente em sua forma de organização para a obtenção dos recursos necessários à garantia do bem-estar. A entrevista também engloba a técnica da observação, que se caracteriza como o uso dos sentidos para a obtenção de conhecimentos, podendo ser usada como procedimento científico para a pesquisa (GIL, 1999).

Considerando a impossibilidade de se contemplar o universo dos usuários atendidos pelo Programa Plantão Social, optou-se por um número inicial de entrevistados. Devido à natureza qualitativa da pesquisa, voltada mais para as características dos sujeitos do que para o número de sujeitos em si (MINAYO, 2008), findou-se o procedimento de entrevistas a partir do momento em que passou a haver repetição nas

informações fornecidas pelos diferentes entrevistados. Assim, trabalhou-se, primeiramente, com dez entrevistas, entre as quais, já observou-se regularidade nas informações emitidas, então, incluiu-se mais duas famílias no grupo de sujeitos abordados, totalizando doze entrevistados, e, com isso, alcançou-se um volume de dados satisfatório, contemplando-se o critério de saturação, utilizado em procedimentos metodológicos “(...) quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação” (MINAYO, 2008, p. 48; MIOTO, 1994).

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre os meses de outubro a dezembro de 2011 e tiveram a duração média de uma hora cada. Durante esse estágio da pesquisa de campo, nos dias pré-agendados com a Diretoria Técnica da SDS, a pesquisadora permaneceu observando a dinâmica institucional, a circulação de pessoas, e aguardando os usuários serem atendidos para proceder à sua abordagem. Neste momento, quando ocorria o contato direto com as famílias, que se deu de forma aleatória¹³, a pesquisadora se apresentava e informava sobre a pesquisa, explicando sua finalidade e perguntando ao sujeito sobre seu desejo em participar da mesma. Com o apoio da equipe técnica da instituição, que já havia reservado uma pequena sala, onde as entrevistas foram realizadas, de forma sigilosa, encaminhava-se o entrevistado para este local e iniciava-se, então, a entrevista. Por entender que o sujeito compreenderia os questionamentos com mais facilidade se a entrevista fosse feita da maneira mais informal possível, perguntava-se aquilo que estava no roteiro sem que fosse lido estritamente, de modo que em alguns momentos certas respostas acabavam por fugir às indagações. Hora em que retomava-se a questão inicial com mais objetividade. Embora tal procedimento tenha tornado mais extensas e talvez até cansativas as entrevistas, implicou na boa qualidade das informações colhidas, já que permitiu abranger diversos elementos da realidade familiar.

¹³ Não optou-se por trabalhar com tipos pré-determinados de arranjos familiares, a exemplo de famílias exclusivamente nucleares, monoparentais, recompostas, etc., por que tem-se a família e o bem-estar como objetos da pesquisa, independentemente da composição familiar dos sujeitos entrevistados, embora tal variável exerça influência significativa no processo de busca pela proteção social, conforme poderá ser verificado ao longo do trabalho.

Ao final de cada entrevista realizada, foi elaborado um relatório, que propiciou a obtenção de um panorama contextual das famílias, bem como, um perfil dos sujeitos entrevistados, facilitando a sistematização dos dados e a posterior análise dos resultados. No intuito de possibilitar a reflexão acerca das informações obtidas, os procedimentos de análise foram delimitados através da exposição de três eixos temáticos, estabelecidos com algumas reflexões teóricas, em consonância com a interpretação da pesquisadora. O primeiro deles tratou sobre as fontes de recursos acessadas pelas famílias na busca do bem-estar, o segundo concentrou a análise nas formas estabelecidas pelas famílias para obter o acesso a tais recursos e o terceiro abordou as reais condições apresentadas pelas famílias para a provisão do bem-estar. Entendeu-se como relevante registrar algumas passagens dos relatos das famílias, uma vez que determinadas falas foram bem representativas de sua dinâmica familiar, estratégias, lutas e sentimentos. Assim, alguns apontamentos foram literalmente transcritos e outros, dada a dificuldade de compreensão, foram organizados conforme a percepção da autora.

4.2 MUNICÍPIO DE GAROPABA: *LÓCUS* DA PESQUISA EMPÍRICA

As informações disponíveis sobre a história do município de Garopaba¹⁴ revelam que desde 1525 o local serviu de abrigo às embarcações que passavam por sua costa. Os primeiros habitantes foram os índios Carijós, que deram o nome da localidade (*ygara* = canoa + *paba* = paradeiro, enseada). Em 1666 chegaram à cidade habitantes de origem açoriana, que dedicavam-se à pesca e caça das baleias. Garopaba foi fundada em 19 de dezembro de 1846, com a construção da igreja matriz, do cemitério e da casa paroquial. Em 1890 a localidade passou à categoria de município, mas, em 1923, perde esta condição, passando a integrar o município de Imbituba. Pelo decreto estadual nº 25, de 11/12/1930, o seu território foi anexado ao de Palhoça. Permaneceu como um distrito de Palhoça até a divisão territorial de 1960. Pela lei estadual nº 795 de 19/12/1961, o distrito de Garopaba foi desmembrado

¹⁴ Tais informações foram obtidas no portal do IBGE, da Prefeitura Municipal de Garopaba e através do Plano Municipal Plurianual de Assistência Social de Garopaba – Quadriênio 2010/2013, aprovado pela Resolução nº 05 de 29 de abril de 2010 do Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba.

do município de Palhoça e elevado novamente à categoria de município. Na década de 1970, com a chegada dos primeiros *hippies* e surfistas, deu-se início à transformação da pequena cidade.

Com o passar dos anos, esta foi abandonando seu perfil tipicamente pesqueiro e agrícola e direcionando suas atividades para o turismo. Dessa forma, sua economia atualmente gira em torno do veraneio (que é o período de temporada turística no município), mas a construção civil, a pesca artesanal, os serviços públicos, a agricultura de subsistência, a pecuária e o comércio, além de indústrias de confecções, são também atividades econômicas desenvolvidas atualmente em Garopaba. A cidade que possui pouco mais de 18 (dezoito) mil habitantes¹⁵, tem esse número aumentado para cerca de 100 (cem) mil durante o verão, conforme dados da pesquisa de demanda turística realizada em 2009 pela Santa Catarina Turismo S/A - Santur. Em março do corrente ano, a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura divulgou, através de mídia impressa, de grande circulação estadual, que Garopaba recebeu mais de 120 (cento e vinte) mil turistas na última temporada de verão (2011/2012) e que o número de turistas estrangeiros aumentou em 20%.

As características geográficas de Garopaba certamente foram fatores determinantes no rumo político, econômico e social que o município tomou ao longo dos anos. Cercada por uma natureza diversificada, a cidade se desenvolveu rapidamente após o descobrimento de suas belezas naturais por turistas do Brasil e do exterior. Praias, morros, dunas, costões, cachoeiras e piscinas naturais são algumas das atrações que a cidade oferece. Seu clima é considerado temperado, com temperatura média que varia entre 20º e 30º.

A cidade se destaca também por ser sede da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca e por ter sido eleita, no ano de 2002, como capital catarinense do surfe, sendo considerada, a partir de então, como um dos principais pólos turísticos do estado de Santa Catarina¹⁶. A prática do surfe, esporte que sofreu forte popularização nas últimas décadas (GODIO, RIAL, 2006), também mobilizou ao longo dos anos, e ainda hoje, várias pessoas a conhecerem a cidade, muitas das quais retornam todos os verões, às vezes até durante todo o ano, nos feriados e finais de semana.

¹⁵ Segundo dados do IBGE/Censo Demográfico de 2010, o município de Garopaba, naquele ano, possuía um total de 18.138 (dezoito mil cento e trinta e oito) habitantes.

¹⁶ LINO (2008).

A temporada de verão, na cidade, corresponde ao período que compreende a última semana do mês de dezembro até o último dia de carnaval. Grande parte do comércio local, que passa a maior parte do ano apenas com a demanda dos moradores do município, se prepara para ter seus lucros consideravelmente aumentados nessa época. E os comerciantes da alta temporada se instalam na cidade somente no período em que esta recebe turistas, montando suas lojas, lanchonetes, bares e restaurantes e fazendo uso da mão-de-obra local, através de trabalhos temporários e informais¹⁷.

De acordo com o Censo do IBGE, de 2010, o município possui uma área total de 115,560 km² e está situado a 71 quilômetros ao sul de Florianópolis, capital do estado. Seu PIB anual é de R\$ 148.286 (cento e quarenta e oito mil e duzentos e oitenta e seis reais). A esperança de vida ao nascer é de 75 anos e a estrutura etária consiste nas seguintes proporções: 32% da população é formada por jovens (0 a 19 anos), 57,3% por adultos (20 a 59 anos) e 10,7% por idosos (a partir de 60 anos). A população é composta por 9.127 (nove mil cento e vinte e sete) homens e 9.011 (nove mil e onze) mulheres, sendo 16.449 (dezesseis mil quatrocentos e quarenta e nove) pessoas de raça branca, 1075 (um mil e setenta e cinco) parda e 566 (quinhentos e sessenta e seis) de raça negra. A População Economicamente Ativa - PEA¹⁸ de Garopaba representa 84,8% dos habitantes.

Quanto aos aspectos sociais do município, um estudo¹⁹ de 2010, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina –

¹⁷ As atividades da economia popular atravessam e estão presentes em todas as formações econômico-sociais. E com o neoliberalismo e as decorrentes mudanças na estrutura do mercado de trabalho, que acarretaram o desemprego, o subemprego e o aumento da pobreza, estas atividades tornam-se agora explícitas, na medida em que se proliferam sobremaneira, ocupando não apenas as calçadas dos grandes centros urbanos, mas também as regiões menores, sobretudo turísticas (TIRIBA, 2007).

¹⁸ No Brasil, o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou em busca emprego. Apesar da proibição do trabalho para crianças no país, o IBGE calcula a PEA incluindo pessoas a partir da idade de 10 anos, já que a realidade brasileira mostra uma situação diferente do que preconiza a lei.

¹⁹ O estudo utilizou como fonte, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Estimativa Populacional 2009, Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, Dados Estatísticos Municipais 2008, Assessoria de Planejamento do SEBRAE/SC (ASSPLAN), Estrutura

SEBRAE, sobre Garopaba, apontou que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal / IDH – M apresenta-se em 0,785, ocupando a 184ª posição entre as cidades catarinenses. Seu índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal²⁰ (IFDM) é de 0,646, segundo o qual Garopaba está na 217ª colocação estadual²¹ em desenvolvimento, e o Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF²², que compreende informações da população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) nos municípios, aparece em 0,560, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social.

A taxa de alfabetização de adultos é de 86%, totalizando 15.598 (quinze mil e quinhentos e noventa e oito) moradores alfabetizados. 2750 (duas mil e setecentos e cinquenta pessoas) estão matriculadas no ensino fundamental e 598 (quinhentas e noventa e oito) no ensino médio. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (no documento “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”), o percentual de pessoas frequentando nível superior, em Garopaba, em 2000, era de 1,1% e atualmente, conforme divulgação da Secretaria Municipal de Educação, é de 1,4% da

Organizacional das Coordenadorias Regionais, Federação Catarinense de Municípios (FECAM), Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR) e Prefeitura Municipal de Garopaba.

²⁰ O IFDM é um indicador criado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro para acompanhar a evolução dos municípios brasileiros e os resultados da gestão das prefeituras (conforme estudo de 2010 do SEBRAE sobre o município de Garopaba, disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/garopaba.pdf>).

²¹ O estado de Santa Catarina possui 293 (duzentos e noventa e três municípios), conforme dados do IBGE, disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>.

²² Como outros indicadores que abordam a pobreza em diversas perspectivas, o IDF varia entre 0 e 1. Quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador. A unidade de análise do IDF é a família, e não o indivíduo. No entanto, o indicador de cada família se constrói a partir dos dados pessoais de seus integrantes. Compete salientar que o IDF é um índice sintético do nível de desenvolvimento das famílias e se restringe à população pobre que foi inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) nos municípios, não permitindo comparações entre municípios, microrregiões, estados e regiões (SANTA CATARINA, 2010, p. 19).

população, percentual que corresponde, em números reais, a 255 (duzentos e cinquenta e cinco) habitantes, aproximadamente.

Referente a pessoas com algum tipo de deficiência, o atual Plano Municipal de Assistência Social de Garopaba, apresenta o número de 658 (seiscentas e cinquenta e oito) pessoas com deficiência mental, 263 (duzentas e sessenta e três) com deficiência física, 198 (cento e noventa e oito) com deficiência auditiva, 66 (sessenta e seis) com deficiência visual e 161 (cento e sessenta e uma) com outros tipos de deficiências. Nestes dados estão incluídos todos os graus de deficiência (leve, moderada e grave), sendo que as pessoas com deficiência leve e moderada, consideradas as que conseguem conviver normalmente com outras pessoas, sem a necessidade de cuidados especiais de terceiros, e, aquelas na faixa etária de 07 a 14 anos devem estar preferencialmente na rede regular de ensino, recebendo apoio e serviços de atendimento especializado ao deficiente. No município há somente uma entidade especializada na educação especial, a Escola Especial Renascer, que atende 60 (sessenta) alunos com diferentes deficiências, incluídos em programas educacionais e reabilitacionais. O Plano Municipal de Assistência Social assinala preocupação com o grande número de pessoas com deficiência que não têm acesso à educação especial e ficam exclusivamente sob os cuidados da família.

Também acerca de problemáticas sociais envolvendo crianças e adolescentes do município, o PMAS apresenta informações coletadas junto ao Conselho Tutelar de Garopaba, em levantamento feito pelo órgão, em 2009, as quais estão sistematizadas no quadro abaixo:

Crianças e Adolescentes em situação de risco – 2009*

Violação	Quantidade
Inadequação do convívio familiar	76
Ausência de convívio (abandono, irresponsabilidade)	97
Atentatórios ao exercício de cidadania	34
Violência física	84
Violência sexual	57
Infrequência escolar	42
Adolescente infrator de si mesmo	19
Agressividade do infante	32
Perturbação da ordem pública	27
Adolescentes autores de ato infracional	31

* O quadro é de autoria do Conselho Tutelar do município de Garopaba.

O Censo de 2010 revela, ainda, que no município há 12.086 (doze mil e oitenta e seis) endereços urbanos e 1.349 (um mil e trezentos e quarenta e nove) rurais. 186 (cento e oitenta e seis) pessoas têm renda mensal de até um quarto do salário mínimo e 13 (treze) possuem renda acima de 30 (trinta) salários mínimos, a renda média *per capita* é de R\$ 834,80 (oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), posição número 470 no Brasil e 73 em SC. 99% da população garopabense tem acesso a água encanada e energia elétrica e 91% a coleta de lixo. Não há sistema de esgotamento sanitário no município. 26% da população possui linha telefônica residencial. A taxa bruta de natalidade é de 15,7 nascidos vivos por mil habitantes e a mortalidade infantil não apresenta índice representativo, sendo praticamente inexistente. A incidência de pobreza da população é de 32,65%. Há um total de vinte e seis estabelecimentos públicos de ensino e vinte e quatro estabelecimentos de saúde na cidade, dos quais treze fazem parte do SUS²³. Não há leitos hospitalares na cidade de Garopaba.

A partir desses dados avalia-se que o município apresenta condições regulares ou ruins em diversos setores, como na economia, infra-estrutura, saúde, educação, bem como nos aspectos sociais. A população garopabense, em grande parte, apresenta baixo nível de escolaridade e pouca qualificação profissional, o que prejudica a sua absorção pelo mercado de trabalho. Este, por sua vez, gira em torno do turismo local, ainda pouco desenvolvido para permitir a sobrevivência das pessoas exclusivamente através de suas atividades. Ademais, a maior parte dos rendimentos do turismo é monopolizada por alguns empresários abastados da cidade. O escasso investimento nas políticas públicas municipais não oferece possibilidades de aumento da renda e os moradores da cidade vivenciam uma situação econômica desfavorável. A ausência de hospital, universidade e cursos técnicos na cidade é outro fator que compromete a qualidade de vida da população.

²³ Conforme informações do IBGE no site: [http://www.informacoesdobrasil.com.br/dados/santa catarina/garopaba/sintese](http://www.informacoesdobrasil.com.br/dados/santa_catarina/garopaba/sintese), que utiliza dados do Instituto.

Denota-se, do convívio na cidade e em razão de experiências pessoais com o trabalho temporário, que a grande visibilidade turística de Garopaba permite camuflar diversos problemas sociais, econômicos e também ambientais que o município apresenta há algumas décadas. Como reflexo do turismo, a especulação imobiliária ganhou força e contribuiu para tornar a cidade um reduto de mansões nas beiras das praias e morros, gerando significativa diminuição das faixas de areia, especialmente na Praia Central, poluição de seus rios e mares e devastação da flora e fauna originais. A exploração da mão de obra local, quase sempre pouco qualificada e conseqüentemente barata, é também uma consequência do turismo sazonal na cidade, que gera expectativas de boas colocações profissionais e melhoria nas condições de vida da população, embora tão somente disponibilize vagas de empregos temporários e informais.

Outra situação problemática típica é a migração de pessoas de outras cidades e estados para o município de Garopaba, atraídas pelas anunciadas oportunidades de emprego que o mercado do turismo pode oferecer. Posterior à tal migração, é comum a permanência das pessoas e suas respectivas famílias e fixação de residência no local, geralmente na periferia do município. Com as dificuldades econômicas que a cidade enfrenta durante a baixa e longa temporada, sobretudo quanto à inserção no mercado de trabalho, esses indivíduos acabam por criar novas demandas sociais, avolumando a população usuária dos serviços sociais públicos, que são deficientes, como registrou-se. A SDS é a instituição acessada por esses usuários quando da busca por programas, projetos, serviços e benefícios sociais.

4.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - O LUGAR DE ABORDAGEM AOS SUJEITOS

O lugar da pesquisa empírica é a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Garopaba, uma instituição pública de atendimento aos usuários das políticas de Assistência Social e Habitação. Dentre os serviços disponibilizados pela Secretaria, elegeu-se o programa denominado Plantão Social para realizar a abordagem às famílias – sujeitos da pesquisa, especialmente por que este é um programa que dá acesso a outros programas e serviços ofertados pela instituição, de modo que funciona como uma triagem, permitindo o conhecimento das diferentes necessidades da população usuária.

Os usuários o procuram por diversas razões; para solicitar serviços e benefícios, se informar sobre os serviços, se inscrever nos

programas e projetos, obter encaminhamento para outros serviços e instituições, realizar a manutenção de benefícios, solicitar a participação em outros programas, etc. Tal diversidade de serviços se propõe a contemplar uma variedade de demandas das famílias usuárias, característica que vai ao encontro dos interesses do estudo, que dado seus objetivos, não pretendia trabalhar com famílias de um perfil pré-selecionado, a exemplo de famílias inscritas no Programa Bolsa-Família ou beneficiárias de um determinado projeto habitacional. Acredita-se que tal discriminação comprometeria a riqueza de informações existente naquele espaço e consequentemente a construção de uma análise mais aproximada da realidade de vida das famílias pesquisadas.

No município de Garopaba, a Secretaria de Desenvolvimento Social é responsável pelo planejamento, operacionalização e coordenação das políticas de Assistência Social e Habitação. A prestação dos serviços é feita em consonância com a Norma de Operacionalização Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2010, segundo a qual a Rede de Serviços Socioassistenciais é dividida entre os níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Em Garopaba, os serviços ainda não atingiram o último nível de complexidade, tendo estacionado na Proteção Social de média complexidade. Conforme informações do PMAS, o principal objetivo da SDS, enquanto instituição pública, é garantir os direitos sociais e a cidadania aos usuários da Assistência Social e da Habitação, através do reordenamento destas políticas e da continuidade e implementação de programas, projetos, serviços e benefícios, também aprimorar a Gestão e a Rede Socioassistencial, conforme as diretrizes do SUAS.

Segundo informações do PMAS, o público atendido pela SDS é bastante diversificado, constituído por crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade social. A SDS também presta assessoria aos Conselhos Municipais do Idoso, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de ter representação nos demais Conselhos de Defesa de Direitos e Políticas Sociais. Sua estrutura física é composta por 08 (oito) salas para atendimento individual, trabalho burocrático, planejamento e reuniões. Quanto à infra-estrutura, a Secretaria dispõe de 06 (seis) computadores com acesso a internet, 04 (quatro) impressoras e 01 (um) automóvel. A equipe técnica que atua na instituição compõe-se por duas assistentes sociais, uma psicóloga e uma psicopedagoga. Há também uma estagiária

de Serviço Social, uma de Administração, um técnico de nível médio, um motorista e o Secretário de Desenvolvimento Social.

O PMAS assinala que as despesas do orçamento municipal com Assistência Social e Habitação ficam em torno de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano e que no financiamento da Assistência Social, alguns programas são patrocinados diretamente pelo governo federal, através de convênios com a Prefeitura. Dentre esses, destaca-se o Programa Bolsa-Família pelo significativo número de beneficiários atendidos no município de Garopaba, calculado – pelo Relatório Gerencial da Caixa Econômica Federal, entidade que repassa o benefício financeiro às famílias –, em 570 (quinhentos e setenta) beneficiários, gerando um investimento mensal de R\$ 43.976,00 (quarenta e três mil e novecentos e setenta e seis reais). Deve-se mencionar, porém, que o número de famílias cadastradas no Programa é praticamente o dobro, isto é, pouco mais de mil famílias, sendo que somente as quinhentas e setenta recebem o benefício, o restante aguarda para receber futuramente.

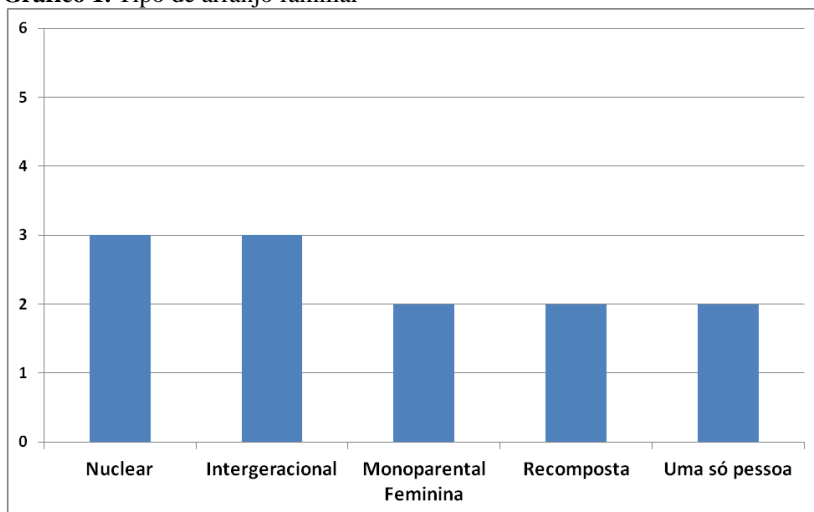
Objetivando sistematizar, para melhor visualização e compreensão das informações concernentes aos serviços oferecidos pela SDS, organizou-se dois quadros²⁴ contendo especificações das atividades realizadas pela instituição, segundo os eixos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. As características do Programa Plantão Social estão grifadas em negrito pela autora. Os quadros encontram-se apensados ao trabalho (apêndices 1 e 2).

²⁴ Ambos os quadros foram organizados pela autora a partir de informações colhidas do Plano Municipal de Assistência Social - Quadriênio 2010/2013.

4.4 O PERFIL DAS FAMÍLIAS

Ao analisar as características das famílias pesquisadas, a partir do que os entrevistados informaram referente àqueles que consideravam ser a sua família (que em 100% dos casos foram citados os que vivem na mesma casa), observa-se, quanto à composição dos grupos familiares, que três deles possuem formação nuclear, outros três representam grupos intergeracionais, duas famílias são monoparentais chefiadas por mulheres, duas são recompostas e outras duas formadas por apenas um integrante. O gráfico abaixo ilustra os números correspondentes aos tipos de arranjo familiar das famílias pesquisadas:

Gráfico 1. Tipo de arranjo familiar



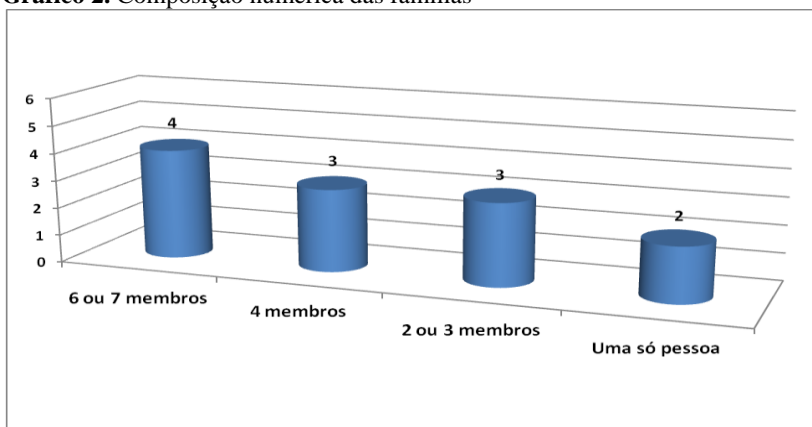
Fonte: LINO (2012)

A diversidade na composição familiar, observada no grupo de famílias pesquisadas, entre outros fatores, é reflexo das transformações sociais e demográficas que já há alguns anos vêm ocorrendo no Brasil. A partir dos dados coletados, observa-se que as formas através das quais as famílias tentam construir a sua proteção social sofrem importante influência do modo de organização da família em termos de arranjo familiar.

Quanto ao número de membros que compõe cada família entrevistada, assinala-se que a maioria delas, totalizando 04 (quatro)

famílias, é constituída por 06 (seis) ou 07 (sete) indivíduos. Em seguida, um total de 03 (três) famílias são compostas por 04 (quatro) membros, e outras 03 (três) famílias por 02 (dois) ou 03 (três) membros cada. Apenas duas famílias são formadas por uma só pessoa. No universo das 12 (doze) famílias pesquisadas verificou-se a presença de crianças em 09 (nove) delas e de idosos em duas. Abaixo, seguem os dados referentes à quantidade de membros das famílias estudadas:

Gráfico 2. Composição numérica das famílias



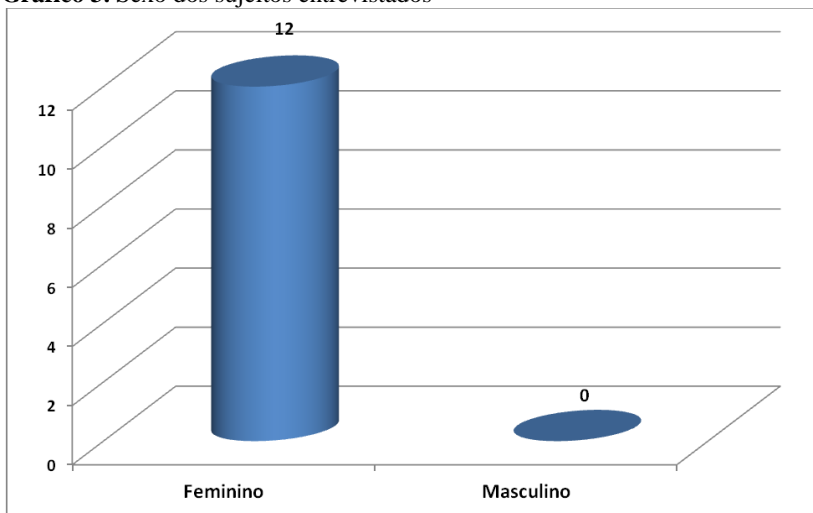
Fonte: LINO (2012)

As informações do gráfico acima revelam que grande parte das famílias pesquisadas possui 06 (seis) ou 07 (sete) membros em sua composição, caracterizando formações familiares relativamente numerosas. Observa-se, porém, que não há grande diferença entre o número de famílias compostas por 06 (seis) ou 07 (sete) membros e aquelas formadas por (04) quatro, (03) três, ou (02) dois membros, as quais têm a mesma representação na pesquisa. A diferença entre o número de membros que constituem as famílias estudadas é de apenas uma família para cada divisão realizada, com exceção da segunda e terceira divisões, de 04 (quatro) membros e 02 (dois) ou 03 (três) membros, respectivamente, que possuem a mesma representação e totalizam a metade dos sujeitos entrevistados. Esses números mantêm relação direta com aqueles revelados pelo IBGE, através do Censo de 2010, que apontam a concentração de 03 (três) ou 04 (quatro) pessoas

no mesmo domicílio como a composição familiar mais representativa no país²⁵.

No que concerne à idade e ao sexo dos sujeitos entrevistados, representantes das famílias, constatou-se que 100% deles são do sexo feminino e que sua idade média é de 50,4 anos, tendo a entrevistada mais jovem 36 anos e a mais velha a idade de 78 anos. Em seguida, os dados detalhados nos gráficos.

Gráfico 3. Sexo dos sujeitos entrevistados



Fonte: LINO (2012)

Diversos estudos revelam que as mulheres estão mais envolvidas do que os homens na busca dos serviços de que a família precisa²⁶. No presente trabalho essa informação é confirmada de forma unânime pelo grupo de entrevistadas. Todas elas mencionam que são as

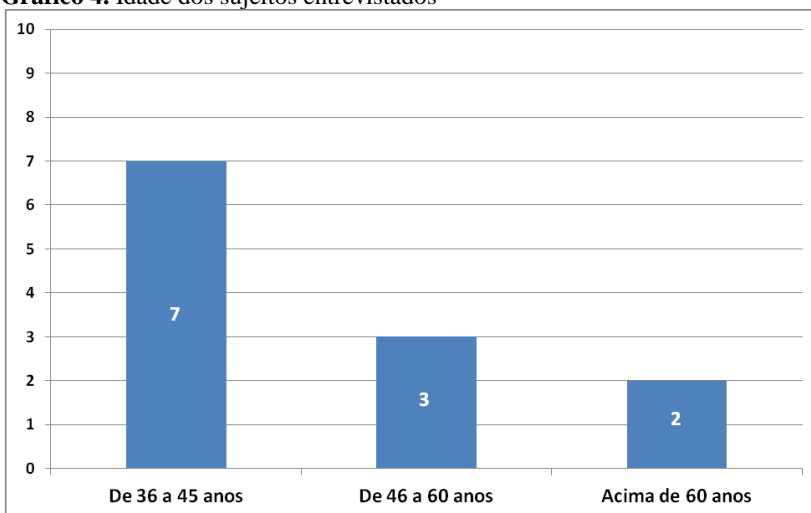
²⁵ A maior parte das famílias existentes no Brasil são compostas por 03 (três) membros, cerca de 12.383.980 (doze milhões e trezentas e oitenta e três mil e novecentas e oitenta) famílias. Em seguida estão as famílias formadas por 04 (quatro) pessoas, que correspondem a 10.911.092 (dez milhões e novecentas e onze mil e noventa e duas) famílias, segundo dados do IBGE - Censo de 2010. Consultar: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao.

²⁶ Conforme atestam SARACENO, 1995; 2003; GOLDANI, 2002; ESPING-ANDERSEN, 2000 e outros.

principais, quando não únicas, responsáveis pela realização das atividades necessárias ao alcance dos serviços e benefícios demandados pelo grupo familiar.

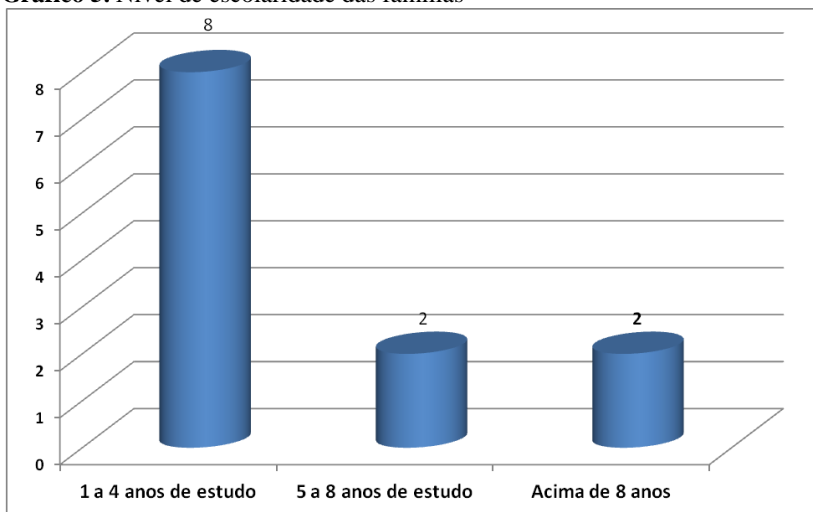
No tocante à idade das entrevistadas, verificou-se que a maioria das famílias, 07 (sete) do total, teve uma representante com idade entre 36 (trinta e seis) e 45 (quarenta e cinco) anos. Em número bem menor, 03 (três) famílias foram representadas na entrevista por pessoa entre 46 (quarenta e seis) e 60 (sessenta) anos e somente duas famílias tiveram representantes idosas, com mais de 60 (sessenta) anos. A figura abaixo ilustra as informações.

Gráfico 4. Idade dos sujeitos entrevistados



Fonte: LINO (2012)

Acerca do nível de escolaridade das famílias entrevistadas, registra-se que 08 (oito) delas possui uma média de 04 (quatro) a 08 (oito) anos de estudo. Duas famílias possuem a média mais baixa, de 01(um) a 04 (quatro) anos de estudo, e as duas restantes têm a média mais alta, correspondente a 08 (oito) anos ou mais de estudo. A seguir, o gráfico demonstra os números.

Gráfico 5. Nível de escolaridade das famílias

Fonte: LINO (2012)

É possível avaliar que as famílias entrevistadas, de maneira geral, possuem um baixo nível de escolaridade. No universo pesquisado, a média é de 5,1 anos de estudos. 09 (nove) anos foi o período máximo de estudo que um entrevistado do grupo chegou a completar. Há duas pessoas analfabetas no grupo, ambas idosas. Observa-se que quanto mais velhos os integrantes das famílias, mais baixo é o seu nível de escolaridade.

As informações referentes às profissões e ocupações desempenhadas pelos sujeitos da pesquisa, seu vínculo empregatício, condições de trabalho e média salarial ou de rendimentos, encontram-se na tabela e gráficos a seguir.

Tabela 1: Profissão/ocupação dos sujeitos

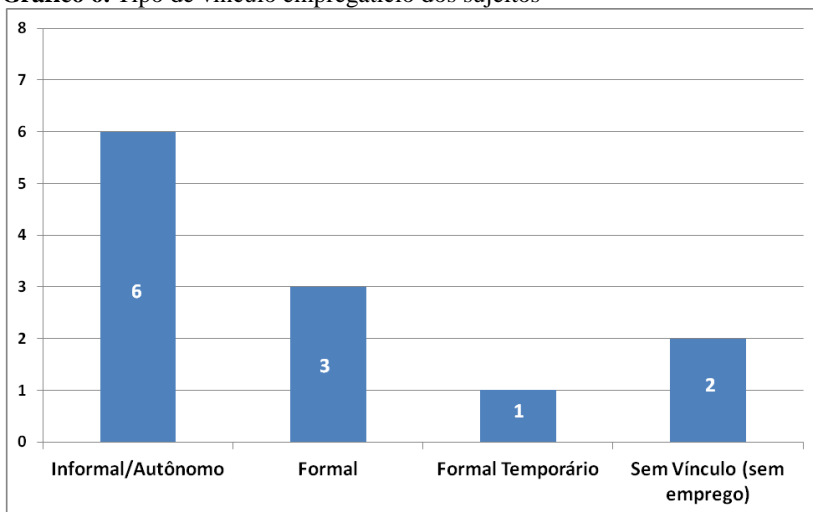
Profissão/ocupação	Quantidade²⁷
Faxineira	7
Desempregado	7
Servente de pedreiro	5
Pescador	4
Aposentado	3
Operário industrial	2
Babá	1
Motorista	1
Catador Mat. Recicláveis	1
Cozinheira	1
Confeiteira	1
Costureira	1
Vendedor ambulante	1
Serviços gerais	1

Fonte: LINO (2012)

As profissões e ocupações mencionadas pelos sujeitos da pesquisa, em grande parte, exigem baixo nível de escolaridade e oferecem pouco rendimento salarial. Percebe-se, dos números, grande concentração de faxineiras, serventes de pedreiro, pescadores e pessoas desempregadas. Salienta-se que alguns sujeitos relataram possuir mais de uma profissão ou ocupação, a exemplo de pescador e servente de pedreiro, ou serviços gerais (aqueles que afirmam fazer qualquer tipo de trabalho ou “o que aparecer”) e pescador. Observa-se que este fato de acumular funções está relacionado à época do ano e à oferta de serviços do município, mas principalmente à dificuldade das famílias em prover o seu bem-estar através da renda oriunda de um único tipo de atividade.

Quanto ao tipo de vínculo empregatício dos sujeitos da pesquisa, o gráfico a seguir demonstra as informações:

²⁷ O termo “quantidade” se refere ao número de pessoas, dentre todas as famílias entrevistadas, que desempenham ou executam a profissão ou ocupação correspondente à coluna da esquerda.

Gráfico 6. Tipo de vínculo empregatício dos sujeitos

Fonte: LINO (2012)

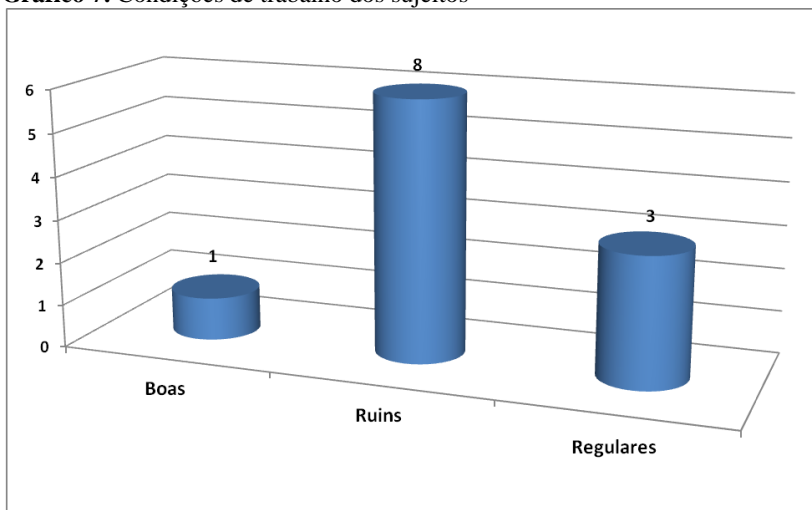
A partir das informações do gráfico 6, constata-se que a metade dos sujeitos da pesquisa possui vínculo empregatício informal e/ou trabalha de forma autônoma, o que contribui para a precariedade de suas condições de vida e de trabalho, uma vez que não possuem quaisquer garantias legais de que obterão renda futuramente, da mesma forma que desconhecem o possível valor da mesma. O número de desempregados atinge duas das 12 (doze) famílias pesquisadas. Apenas uma entre as famílias estudadas é composta por trabalhadores que exercem atividades remuneradas temporariamente – geralmente durante a temporada turística e outras 03 (três) famílias possuem trabalho com vínculo empregatício formal.

Referente ao valor dos recursos financeiros das famílias estudadas, identificou-se que R\$ 1.130,83 (um mil cento e trinta reais e oitenta e três centavos) é o valor médio de sua renda e R\$ 353,73 (trezentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos) é o valor médio do rendimento *per capita* das famílias. Tais valores incluem todo tipo de rendimento adquirido por cada membro familiar, como salário, proventos de aposentadoria, benefícios previdenciários e assistenciais, pensão alimentícia e pagamentos diversos.

Em relação às condições de trabalho das famílias pesquisadas, 08 (oito) entrevistadas as definiram como “ruins”, 03 (três) representantes das famílias consideraram como “regulares” ou

“normais” e apenas uma das entrevistadas avaliou possuir “boas” condições de trabalho. No gráfico a seguir é possível visualizar os números.

Gráfico 7. Condições de trabalho dos sujeitos



Fonte: LINO (2012)

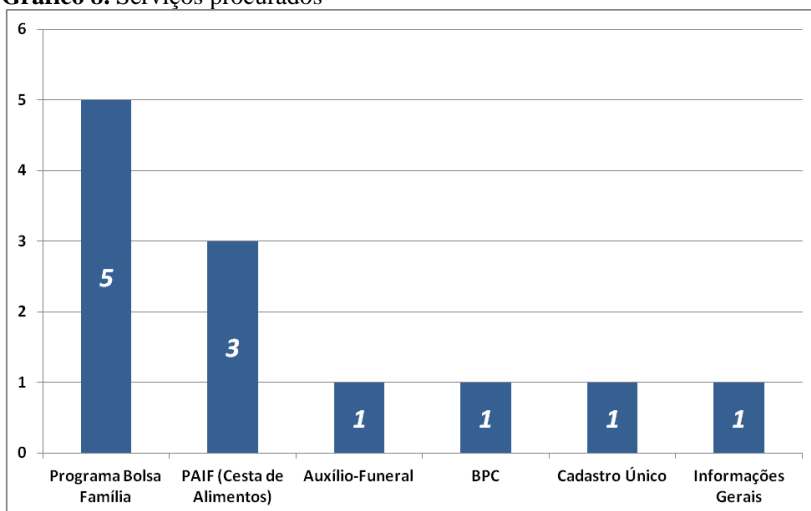
Importante ressaltar sobre o gráfico de número 7, que, ao serem questionados sobre suas condições de trabalho, os entrevistados foram informados de que poderiam falar sobre a percepção que tinham acerca das condições em que exerciam suas atividades remuneradas, e para tanto, informou-se a eles alguns aspectos²⁸ que deveriam ser considerados em sua análise. Destaca-se que muitos entrevistados mencionaram que o tipo de trabalho que executam acarreta sérios problemas de saúde, chegando, em alguns casos, a causar-lhes invalidez. O extremo esforço físico, excessivo cansaço, baixa remuneração e

²⁸ Os aspectos informados aos entrevistados foram expostos no Projeto de Pesquisa deste estudo, quais sejam: nível de esforço físico e/ou mental exigido na execução da atividade, distância percorrida para chegar ao local de trabalho, disponibilização de vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, salubridade e higiene do local de trabalho, características das atividades exercidas, relações de trabalho com outros funcionários, subordinados e superiores, etc.

instalações físicas inadequadas e precárias dos locais de trabalho foram as reclamações mais presentes em suas colocações.

Sobre os tipos de serviços públicos mais procurados pelas famílias, identificou-se que aqueles relacionados ao Programa Bolsa-Família, que incluem cadastro, atualização, revisão e consulta dos benefícios, são os responsáveis pela maior demanda da SDS, alcançando 05 (cinco) famílias entre as entrevistadas. Em seguida, aparece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, especialmente para a busca de cestas de alimentos, abrangendo 03 (três) famílias no universo das pesquisadas. A procura por benefícios eventuais, especificamente auxílio-funeral, pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC, pedidos de documento para diminuir o valor da taxa de energia elétrica, fornecido através do Cadastro Único, e solicitação de informações gerais compõem o terceiro tipo de serviço que as famílias mais buscam na Secretaria, com uma família interessada para cada um dos serviços mencionados.

Gráfico 8. Serviços procurados



Fonte: LINO (2012)

Essas são, portanto, as principais características que compõem o perfil das famílias pesquisadas.

5. OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA NA BUSCA PELA PROVISÃO DO BEM-ESTAR

Com base na análise de dados coletados pelo presente estudo, observa-se que ao longo das trajetórias percorridas pelas famílias, na busca do atendimento às suas necessidades, alguns processos vão sendo empreendidos. Nota-se que a família se organiza e empenha para dar conta dos distintos anseios apresentados por seus membros, de maneira que aciona fundamentalmente três fontes de recursos, quais sejam: as atividades remuneradas, os serviços públicos e o apoio familiar.

Acredita-se não ser possível mensurar as contribuições de cada instância no processo de busca pela garantia do bem-estar, pois como assinala Goldani (2004), na esfera doméstica recebemos e doamos afetos e provemos serviços essenciais uns aos outros; através do trabalho obtemos o salário; do Estado, o sistema educacional, de saúde, as políticas sociais. Portanto, torna-se bastante difícil dimensionar todos esses recursos, especialmente na esfera doméstica, onde os serviços são prestados informalmente e de modo não-remunerado. Dessa forma, cada setor, a seu modo, fornece tipos de bens e serviços em quantidade e qualidade diferenciadas.

Os sujeitos abordados nesta pesquisa utilizam-se de determinados recursos e elegem formas específicas de acesso a eles, os quais vão garantir (ou não) a sua proteção social. O capítulo que ora se apresenta apontará as três fontes principais de bens e serviços utilizados pelas famílias no transcorrer do processo de busca pela satisfação de suas necessidades básicas. Também demonstrará a forma como a família organiza e articula os recursos obtidos, evidenciando a sua sobrecarga em todo o processo de busca pelo bem-estar. E, ainda, identificará a ausência de condições objetivas da família para atender às demandas que lhe são impostas.

5.1 AS FONTES DE RECURSOS ACESSADAS PELAS FAMÍLIAS

5.1.1 As atividades remuneradas como fonte de recursos

As atividades remuneradas, ou o trabalho – talvez devido a seu amplo reconhecimento social nas sociedades capitalistas –, foi sempre o primeiro, às vezes único elemento a ser mencionado pelas famílias durante a realização das entrevistas, quando perguntava-se sobre suas fontes de recursos. Em razão desse entendimento exteriorizado pelos

sujeitos, verifica-se que eles enxergam no trabalho um meio fundamental para atender às suas necessidades e talvez a oportunidade de “ter uma vida melhor”, embora grande parte deles demonstre ciência das dificuldades existentes para se alcançar tal objetivo. Exemplo disso é estampado quando uma entrevistada, Cilene²⁹, 36 anos, afirma que não teve acesso a níveis de ensino mais elevados e este fato a impede de adquirir uma remuneração maior no trabalho: *“Como né? Não tem como, a gente não estudou... só se a gente se matasse a trabalhar, mas também rico ninguém ia ficar.”* O discurso da maioria das famílias também é permeado pelo conformismo diante da escassez de recursos materiais e financeiros de que dispõem, como revela-se na fala de Raquel, 54 anos: *“Eu tô pra ganhar um aumentinho lá na fábrica. Lá eles não pagam bem, mas graças a Deus que eu tenho esse serviço, esse pão né... Nem abro a minha boca pra reclamar. A vida tá boa assim, só quero terminar a minha casinha e o resto Deus já me deu, que é a saúde.”*

Rocha e Grinspun (2001) explicam que o trabalho, em todas as suas formas: formal, informal, autônomo, temporário, de subsistência, etc., é elemento crucial para as famílias, pois permite aos indivíduos e unidades domésticas familiares mobilizar sua força de trabalho para garantir seu modo de vida. Os autores sustentam que o salário se caracteriza como elemento fundamental de sobrevivência e “mesmo onde o emprego com salário formal é escasso, o trabalho ainda constitui o maior bem do pobre” (p. 2). Nessa direção, A SIS de 2010 aponta que a família é o lugar onde a renda é reunida para organizar um orçamento comum que satisfaça as necessidades de cada membro, e, assim, os rendimentos adquiridos pela família basicamente definem suas possibilidades de aquisição de bens e serviços.

Ao entrevistar dona Ema, 78 anos, também pôde-se perceber a importância que as atividades remuneradas ocupam na vida de sua família, visto que através do rendimento delas torna-se possível comprar bens como móveis e objetos pessoais, cuja aquisição é pouco comum em seu contexto familiar: *“A gente compra a comida e paga as contas (referindo-se às contas mensais fixas como água e energia elétrica) com o dinheirinho do mês, e se a Marlene (filha que mora consigo) arruma alguma coisa com as faxinas, aí a gente guarda pra dar entrada num móvel, uma roupinha, uma coisa assim. Mas isso é mais no verão, por*

²⁹ Com vistas a preservar a identidade das entrevistadas, seus nomes, aqui utilizados, são fictícios.

que aí tem mais faxina e o pessoal de fora paga melhor. Eu também cato latinha na praia, aí a gente junta um trocado.”

Dona Ema é aposentada, viúva e analfabeta, mora com a filha, Marlene, de 43 anos, que é autônoma, solteira, e não chegou a completar o primeiro ano do ensino fundamental. Marlene realiza trabalho temporário, como faxineira de um hotel, somente durante o período de temporada turística no município, quando recebe R\$ 700,00 (setecentos reais) por mês. A entrevistada afirma, que há algum tempo atrás (não lembra quanto), Marlene também trabalhava fazendo limpeza em residências (faxinas), e cobrava por esse serviço em média R\$ 20,00 (vinte reais) ou R\$ 30,00 (trinta reais) por faxina. Atualmente, a filha não realiza mais esse trabalho, pois segundo dona Ema, o valor que recebia era muito baixo e, por isso, desistiu da ocupação. Porém ressalta, que: *“era pouco, mas o dinheiro já servia”*.

É notável que a família em questão se organiza internamente para buscar os recursos financeiros de que precisa e planeja essa busca a partir de condições pré-determinadas, demonstrando, assim, que possui plena ciência de que suas possibilidades em auferir os rendimentos estão condicionadas pelo lugar que ocupa na estratificação social. Desse modo, a família soma a sua renda mensal fixa, advinda da aposentadoria de dona Ema, aos recursos extraídos do trabalho temporário e autônomo, exercidos tanto pela senhora idosa quanto por sua filha, o que ainda assim não satisfaz todas as necessidades básicas do grupo, haja vista a escassez de bens, serviços e produtos que conseguem acessar com a totalidade desses rendimentos.

A análise da relação que as famílias estabelecem com o trabalho, enquanto fonte de recursos, permite atestar que elas traçam diversas estratégias ocupacionais objetivando adquirir renda, pois é esta uma das principais alternativas que encontram para “ganhar a vida”. A família de dona Ema, como todas as outras aqui estudadas, explicitam as condições de vida vivenciadas pela população brasileira há longa data.

[...] estudos internacionais mostram que o Brasil paga um dos piores salários mínimos do mundo e não investe na escolaridade e na qualificação da mão-de-obra. [...] Além disso, paradoxalmente, não há políticas de satisfação de necessidades sociais básicas, por se entender, tal como reza o credo neoliberal, que as pessoas devem se autoprover mediante o trabalho, apesar de o governo não implementar políticas de melhoria da qualidade e da quantidade de postos de trabalho (PEREIRA, 2000, p. 176).

Por trás das políticas públicas apresentadas no país, há, portanto, uma lógica da competência e sorte individuais, que atribuem a cada indivíduo a responsabilidade por sua manutenção e possível proteção social. Tais características desconsideram a oferta de trabalho remunerado existente, as condições trabalhistas oferecidas pelos postos de trabalho e também a qualificação profissional oportunizada à população para se colocar de maneira digna no mercado de trabalho.

5.1.2 Os serviços públicos como fonte de recursos

Apresentou-se anteriormente o perfil das famílias estudadas, os tipos de profissões e ocupações dos membros familiares, bem como sua renda média mensal, dados que indicaram a baixa remuneração auferida pelos entrevistados e, com efeito, os limitados recursos financeiros extraídos do trabalho remunerado. Esse contexto social exige das famílias a procura por outros meios de proteção, uma vez que carecem de satisfazer as suas necessidades básicas e garantir o seu bem-estar, o que não é possível somente através dos rendimentos de atividades remuneradas, de modo que outros tipos de bens e serviços precisam ser somados a estas. Como bem aponta Souza (2000):

(...) os indivíduos necessitam consumir tanto mercadorias quanto bens e serviços que não podem ser obtidos no mercado, o que requer a existência de mecanismos de divisão do trabalho e distribuição de recursos atuando na sociedade. Nas economias capitalistas, há instituições fundamentais para o funcionamento desses mecanismos: o Estado e a família. Além de contar com o mercado para garantir seu bem-estar, os indivíduos normalmente recorrem também às políticas sociais ou às medidas de solidariedade familiar para atender às suas necessidades (p. 6).

Assim, verifica-se que os serviços públicos e o apoio familiar também constituem-se como importantes fontes de recursos acessadas pelas famílias na busca da proteção social.

As famílias, de maneira geral, e especialmente aquelas que são sujeitos do presente estudo, acionam frequentemente os serviços sociais públicos disponibilizados em sua comunidade. Em seu contexto de vida, esses serviços são essenciais para a garantia de diversos recursos de proteção. Através da política de Assistência Social, por exemplo, as

famílias se utilizam de programas, projetos, serviços e benefícios que evitam situações de maior vulnerabilidade social, pois conseguem aumentar a sua renda mensal, participar de cursos profissionalizantes, incluir as crianças em atividades educacionais e esportivas, entre outras possibilidades. Campos e Reis (2009) concordam com a importância dos serviços e assinalam que eles atuam como ponto de convergência e mediação de ações vinculadas à proteção social, exercendo papel fundamental no desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, conferindo materialidade às políticas sociais e garantindo, por conseguinte, os direitos sociais.

Os serviços da área da saúde também podem ser considerados como fundamentais à proteção das famílias, que não dispõem de recursos financeiros para arcar com os custos de consultas, exames, tratamentos, internações e medicamentos particulares. Elas encontram, portanto, na rede pública de atendimento, bens e serviços que podem satisfazer as suas necessidades, conquanto deparem-se com diversas dificuldades para acessá-los.

No âmbito de atuação do Estado em relação às políticas sociais, sabe-se que cada região possui determinados tipos de serviços que vão contemplar em maior ou menor grau as demandas de sua população. No território brasileiro há diferenças marcantes entre algumas áreas geográficas; enquanto a parte sul e sudeste do país são mais desenvolvidas econômica e socialmente, norte e nordeste apresentam profundas carências nestes e em outros setores. Todavia, quando analisa-se a realidade brasileira de forma mais abrangente e conjuntural, afere-se que o investimento estatal nas políticas públicas é bastante ineficaz e por vezes efêmero em toda a extensão do país, levando as famílias a encontrarem grandes problemas no acesso a bens e serviços na esfera de proteção do Estado.

Além das peculiaridades de cada região ou país, há ainda forças externas que contribuem para desqualificar as políticas sociais, a exemplo do que afirma Höfling (2001), quando refere que a tendência neoliberal produz ações e estratégias sociais governamentais que implicam em políticas compensatórias, programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais” não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder de – e frequentemente não se propõem a – alterar as relações estabelecidas na sociedade” (p. 10). A autora defende que a política social precisa estar articulada com as demandas da sociedade e baseada na construção dos

direitos sociais, sob pena de reproduzir os interesses particulares de uma minoria, como tão comumente se verifica.

Apontamentos recorrentes das famílias entrevistadas estão profundamente relacionados a essa discussão. Elas mencionam a oferta limitada de serviços, a baixa qualidade dos atendimentos prestados nas instituições públicas, a longa espera para o acesso aos recursos e benefícios, entre outras dificuldades encontradas quando da busca pelos serviços. Luana, 39 anos, por exemplo, alega que os medicamentos, exames e consultas de que ela e o marido precisam têm sido providos através de recursos particulares, uma vez que o SUS não os oferece, ou o tempo de espera para acesso a eles é demasiado longo e pode implicar em um agravamento ainda maior de seu estado de saúde. A entrevistada informa, que: *“O Pedro (seu marido) teve um câncer na língua há pouco tempo e eu passei trabalho pra conseguir a cirurgia dele, foi quase seis meses até conseguir tudo, e depois ele teve que usar sonda e dreno em casa, coitado, as agentes de saúde nem passavam pra saber se a gente tava precisando de alguma coisa. E agora foi comigo né, que até agora to bem ruim ainda.*

Luana alega ter dificuldade de locomoção (e de fato mostrou bastante limitação em seus movimentos), decorrente de vários problemas de saúde que vem enfrentando, dentre os quais, citou: tendinite, hérnia de disco, artrite, artrose, osteoporose, excesso de líquido na clavícula, cistos nos pulsos, joelhos e perna e depressão. *“Passar por tudo isso não é fácil (ela emocionou-se diversas vezes enquanto era entrevistada), por que a gente é pobre e não pode comprar as coisas, aí tem que depender dos outros, da família, do posto (Policlínica de Saúde do município). O que a gente consegue economizar a gente economiza, mas apareceu muita coisa na gente, essas doenças. Tive até que vim aqui pedi uma cesta, por que não tá fácil mesmo, é duro.”*

Carmen, 44 anos, por sua vez, reclama dos serviços de saúde, expondo que: *“a área da saúde aqui é muito deficiente, é péssima, minha mãe teria morrido se dependesse deles. E ainda fomos vítimas de racismo. Tenho certeza disso, por que eu vi a guria atendendo outra pessoa que era branca, bem melhor que nós.”* A entrevistada também compara as gestões político-administrativas do município e atribui ao prefeito a responsabilidade pela baixa qualidade dos serviços públicos municipais: *“Quando a gente chegou aqui, era bem melhor, agora com esse prefeito piorou.”*

Na busca de atendimento às suas demandas, as famílias acionam, além dos recursos do trabalho remunerado, aqueles que lhes

são disponibilizados pelas políticas públicas, todavia, encontram grande deficiência e empecilhos de toda ordem para o acesso aos mesmos, desde o seu próprio entendimento acerca do que é um direito, e consequentemente sua requisição para tê-lo, até a conhecida escassez de oferta dos bens e serviços. Percebe-se que embora saibam da existência dos recursos públicos e que podem tentar acessá-los a qualquer momento, o fazem geralmente nas situações mais críticas e urgentes, quando o alimento já está faltando, quando a doença se agravou e há necessidade de intervenção cirúrgica ou em outros momentos em que surgem emergências. Esse comportamento sugere que antes de acionarem os serviços, as famílias procuram, com seus próprios recursos, dar conta de suas necessidades. Ademais, elas já preveem que encontrarão dificuldades e impedimentos no âmbito do serviço público e então, esgotam as tentativas de atender às suas necessidades antes de recorrerem a outra instância de proteção.

5.1.3 A família como fonte de recursos

Enquanto fonte de recursos igualmente necessária à sua reprodução, a família, por si só, constitui-se como meio de proteção essencialmente importante ao bem-estar de seus membros. Segundo Iamamoto (2010), a família funciona como um espaço de socialização, proteção, reprodução e formação de indivíduos, e a capacidade que possui para prover as necessidades de seus membros encontra-se condicionada à sua posição nas relações de produção e no mercado de trabalho. Essa instância é fonte, portanto, de recursos obtidos a partir de pré-condições estruturais da sociedade, de modo que torna-se necessário acessar um conjunto de indivíduos e cultivar uma série de relações para tentar construir o bem-estar.

Sarti (2010) defende a ideia de que uma das principais características das famílias pobres é a sua configuração em rede, afirmando que é preciso desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa, imprecisão, segundo ela, “que leva a desconsiderar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam (p. 28).” A autora observa que a família possui ramificações que envolvem o parentesco como um todo e viabilizam a existência de seus membros através de apoio e sustentação básicos. Fonseca (2007) também comunga dessa ideia e destaca a importância da parentela extensa no contexto familiar dos grupos populares, onde as rupturas são frequentes e “diante das difíceis

condições de vida, as redes de ajuda mútua tornam-se indispensáveis (p. 13)”.

Nesse sentido, revela-se evidente que os limites da família, enquanto instância de proteção, vão muito além da unidade doméstica, eis que ela funciona como fonte de recursos sociais que contribuem sobremaneira para a reprodução de seus membros. A família é, por exemplo, o espaço onde pais, filhos, avós, tios e agregados dividem a mesma moradia, o mesmo teto, bem como, os mesmos alimentos. Na família, nem todos os adultos precisam realizar atividades remuneradas para garantir o seu próprio sustento, pois se um ou alguns dos familiares contribuírem com os recursos financeiros, é possível partilhá-los e custear as despesas familiares, beneficiando a todo o grupo. E é provável que os que não trabalham no mercado, o façam em casa, responsabilizando-se pelos afazeres domésticos e cuidados com as crianças e idosos. É, assim, no interior da família que se partilha os bens adquiridos e as atividades necessárias ao bem-estar; e é também nesse lugar que se dá e recebe afeto, apoio emocional relevante no enfrentamento das dificuldades cotidianas. É no grupo familiar, então, que se tem a possibilidade de encontrar suporte material e afetivo, sem necessariamente ter que retribuí-los imediatamente ou na mesma proporção. Para Saraceno (1992), a rede que a família estabelece entre seus membros “indica uma pluralidade de direcções, um entrelaçado de relações e de trocas nem sempre directas ou lineares” (p. 98).

Considera-se que o amparo “naturalmente” fornecido pela família é utilizado de forma estratégica pelo sistema econômico, no sentido de atribuir a ela o máximo possível de atribuições. Segundo afirma Pereira (2004), o papel voluntarista da família, como fonte privada de proteção, ganha espaço em nossa sociedade, e confere a ela relevância como provedora e gestora do bem-estar, de modo a constituir-se como sua a responsabilidade pela garantia de condições plenas para o desenvolvimento de seus membros.

Conforme informações reveladas pelos sujeitos do presente estudo, a família é permanentemente acessada na busca dos recursos de bem-estar. Claudete, 57 anos, durante a entrevista, conta que sua família tenta dar conta de prover o que precisa, sem pedir favores a terceiros (pessoas de fora da família): “*É nessas horas que eu peço alguma coisa pro Fábio (filho que mora no mesmo terreno que o seu, porém em casa separada) ou até pro João, que é o meu irmão mais chegado, depois a gente dá um jeito de pagar.*” Narra que certa vez, a neta, de nome Luisa, adoeceu durante a madrugada e precisou de atendimento médico. Sem veículo próprio, a entrevistada rapidamente saiu à rua e acordou o filho,

Fábio, para levá-la à policlínica central, o que possibilitou à criança ser atendida e medicada. Noutra vez, carecia de dinheiro para pagar o telhado da casa, que precisou trocar devido às goteiras que incomodavam a todos e causavam grande transtorno em dias de chuva: *“aí pedi pro João pra me emprestar, por que eu tinha me apertado naquele mês e o dono do material de construção tava me pressionando pra receber, ele me emprestou numa boa e depois eu paguei em duas vezes pra ele. Mas é bem difícil isso acontecer, sabe...”*

Outra entrevistada, já mencionada, Raquel, indagada a respeito de suas relações familiares e de possíveis prestações de auxílio entre os parentes, comenta: *“a família é tudo, mas não preciso da ajuda de ninguém pra viver...”*, porém, faz exceção à filha, que vem cedendo sua casa para abrigar os pais há longa data. Também declara que os familiares foram bastante prestativos no decorrer do tratamento de Valdenésio (seu marido, recém-falecido), pois fizeram revezamento para acompanhá-lo durante a internação hospitalar. *“Os irmãos dele e os meus se dividiram e cada um ficou um pouco com ele. Me ajudaram muito... Mas o Valdenésio só chamava por mim, eles me disseram, ele só queria que eu cuidasse dele, tadinho.”*

Verifica-se facilmente, em face dos relatos, que a família funciona como fonte de recursos financeiros, materiais, afetivos e de cuidados e que tal funcionalidade é percebida com satisfação e alívio pelos membros familiares, evidenciando-se a existência de relativa insegurança nessa relação, o que também se aplica à esfera do mercado e do Estado. Assim, embora acredite que possa contar com essas instâncias, na provisão de seu bem-estar, a família é conhecedora das falhas de cada uma delas e por isso recorre a todas, concomitantemente, para que possa aumentar suas possibilidades de agregar recursos.

5.2 AS FORMAS DE ACESSO AOS RECURSOS

5.2.1 A organização e articulação dos recursos obtidos pelas famílias

Tendo em vista que o trabalho remunerado, os serviços públicos e o apoio familiar constituem-se como meios fundamentais para acesso aos recursos necessários ao atendimento das necessidades básicas das famílias, importa, outrossim, discutir as formas de organização e articulação desses recursos no interior das unidades familiares, de modo que se possa compreender as tramas empreendidas pelas famílias na busca do seu bem-estar.

Os sujeitos desta pesquisa revelam que há, em seu contexto familiar, uma prévia organização, internamente estabelecida, para a alocação dos recursos de que se utilizam. No entanto, tal organização não dá conta de alcançar todos os bens e serviços necessários para suprir as carências apresentadas pelas famílias, dada a escassez dos recursos adquiridos e a expressividade das demandas familiares. Assim, os grupos familiares, em 100% dos casos verificados, destinam esses recursos às necessidades básicas e urgentes que possuem, as quais estão ligadas à demanda da alimentação *a priori*, o que se justifica por uma questão sociobiológica. Em seguida, é considerada pelos entrevistados, a carência relacionada à habitação, nos casos em que a moradia não é própria, ou, do contrário, aos custos mensais fixos com água e energia elétrica.

Dona Albani, 75 anos, relata o seguinte: *“Com o que tem a gente compra a comida primeiro, que é o principal, depois dá um jeito de pagar as contas, e algum remédio, se sobrar.”* Carmen, 44 anos, dedica parte de seus rendimentos ao aluguel do imóvel onde mora: *“Quando eu recebo, eu já sei que o dinheiro tem que dar pra tudo. Primeiro eu separo o dinheiro do rancho e do aluguel, depois da água e da luz. Se sobrar alguma coisa, eu separo pra ajudar a minha mãe, por que ela precisa bastante, mais do que eu.”*

Luzia, 43 anos, também declara que seus gastos mensais são maiores com a alimentação, seguidos daqueles com energia elétrica e com água. Menciona que ainda divide um pouco de todas as despesas mensais com seu pai, por que geralmente faz as refeições em sua casa, que se localiza no mesmo terreno, e permanece por bastante tempo com ele, o que, segundo ela, acaba gerando gastos de energia elétrica, água e alimentos da casa do pai. *“Eu e o pai, a gente se dá bem, eu faço as coisinhas pra ele, ajudo, por que ele já é bem idoso. Se faço uma comida pra mim, já faço a mais pra ele, mas deixo ele a vontade, por que eu sei que ele é um pouco acostumado sozinho. Eu só aviso que tô fazendo e ofereço pra ele, mas ele gosta que eu paparique ele, Deus me livre se fico um dia sem ir lá, ele já pensa que tô braba com alguma coisa. A gente nunca se desentendeu. Quando vem as contas dele eu dou quase a metade pra ajudar, e as comidas eu uso do meu rancho e do dele. Ele tem a aposentadoriazinha dele e eu tenho o meu salário. Não é assim um salário mínimo, mas também não é tanto assim... Mas é bem assim, bem tranquilo eu e ele.”*

Fica bastante claro nos relatos, que diante da frágil situação financeira em que as famílias se encontram, torna-se fundamental organizar e articular os recursos de toda ordem, pois não é possível

atender às necessidades básicas, tampouco alcançar o bem-estar, somente com aquilo que o trabalho oferece como rendimento, igualmente ocorre com o apoio familiar e os serviços públicos. Percebe-se que em seu cotidiano, as famílias precisam identificar as suas principais carências, aquelas que muitas vezes somente atendem às demandas mínimas que elas apresentam, pois geralmente não é possível acessar itens ligados ao conforto material, ao desenvolvimento intelectual e cultural, ao lazer, e outros elementos que fazem parte da constituição do homem enquanto ser social e sujeito de direitos. Em função disso, denota-se a partir das entrevistas, que a preocupação das famílias gira em torno da garantia de recursos mínimos de subsistência, como alimentação, habitação, moradia, água encanada, energia elétrica, itens que, por si só, estão distantes de configurar o bem-estar desejado.

Observa-se também, que a solidariedade familiar intergeracional é muito presente na fala da entrevistada, e, Segundo Vitale (2010) esse tipo de solidariedade parece estar sendo exigida, cada vez mais, como recurso potencial para o enfrentamento das demandas sociais e econômicas que desafiam a família para encontrar saídas. Nessa direção, já apontava Vasconcelos (2002), que:

As solidariedades e entreajudas familiares funcionam com base em rede de pessoas (particularmente de parentesco) que trocam entre si bens e serviços. Na realidade, as solidariedades familiares (particularmente as intergeracionais, de todo as mais comuns) têm uma importância relevante não só na economia das famílias, como também nas suas vidas cotidianas e trajetórias sociais (p. 2).

Entende-se que os recursos produzidos pela própria família carecem de um modo particular de organização e articulação para serem materializados e usufruídos. Ao produzir cuidados, por exemplo, a família precisa lançar mão de pelo menos um de seus integrantes que disponha de tempo e habilidades mínimas para lidar com o familiar que demanda esse tipo de trabalho. Além disso, espera-se desse cuidador, atenção, zelo e dedicação para com aquele que está sendo cuidado.

Nesse sentido, é primordial considerar o fator tempo nas mediações implementadas pela família quando a mesma organiza e articula os seus recursos, uma vez que:

“El tiempo dedicado al trabajo no remunerado no es un tiempo libre, sino que tiene tanta rigidez como el trabajo para el mercado, no sólo porque

los sujetos dependientes deben ser atendidos y cuidados en horarios establecidos, sino que ese trabajo también depende de los horarios de las instituciones escolares, sanitarias, comercios, transporte, etcétera” (AGUIRRE, 2009, p. 58).

Assim, a família, prestadora de assistência e cuidados, precisa pensar e planejar as suas atividades também em função das instituições e equipamentos sociais que serão acionados ao longo de suas trajetórias em busca do bem-estar de seus membros.

Em vista de tais peculiaridades, o trabalho familiar é considerado especial, por que como colocam Saraceno e Naldini (2003), é o tipo de trabalho que faz com que o seu produto seja diferente de qualquer outro, pois resulta em seres e relações humanas. As autoras pontuam, que há quem se refira ao trabalho familiar como um trabalho profundamente relacionado ao afeto, ao amor (p. 277):

“Alguém chamou ao trabalho familiar “trabalho de amor”, uma vez que se refere e é motivado por relações familiares e implica simultaneamente dimensões consideráveis de trabalho material e de elaboração simbólica, de tratamento e de assistência para as necessidades de cada um e de atenta avaliação de prioridades e recursos. [...] Por isso, apresenta altas doses de ambivalência, relativamente ao seu conteúdo, seja em quem o faz, seja em quem dele frui. É também o trabalho que gere a interface entre indivíduos, família e sociedade: desde a rede de parentes e de amigos ao sistema dos serviços e ao mercado de trabalho.

Elas ponderam, porém, que pode ser feito por amor, mas não deixa de ser trabalho. Sem dúvida, o trabalho familiar possui características específicas, e não somente por que envolve sentimento e emoção, mas por que todo o processo que o conforma é diferenciado. As estratégias que vão permitir a organização e articulação dos recursos obtidos pelas famílias perpassam o espaço e o tempo familiar e consomem a energia física e mental de seus integrantes. É preciso dispor de condições básicas para o planejamento das ações, o exame dos caminhos que serão percorridos, as pessoas e instituições que poderão ser acionadas, e a análise das possibilidades mais viáveis para o alcance dos objetivos almejados pela família.

5.2.2 As tentativas de atendimento às necessidades básicas da família

Em análise dos resultados da pesquisa, observou-se diversas tentativas levadas a efeito pelas famílias para alcançar um nível satisfatório de bem-estar em sua vida. Nesse processo, cada grupo familiar apresenta melhores ou piores condições objetivas de contemplar as suas necessidades, também verifica-se mais ou menos iniciativa de cada membro do grupo em buscar os recursos de que precisam – especialmente no que concerne ao envolvimento diferenciado de homens e mulheres – igualmente, os tipos de relações familiares, pouco ou muito fortalecidas, entre vários outros fatores que contribuirão ou não para assegurar os bens e serviços demandados pela família.

Como refere Miotto (2011) “é importante assinalar que as famílias não são homogêneas nem em recursos, nem em fases dos ciclos de vida, nem em modelos culturais e organizativos e são influenciadas e interagem com o conjunto da legislação e das políticas sociais (p. 3). Afere-se, nessa perspectiva, que elas sofrem influência de inúmeros fatores e estão circunscritas ao contexto social, econômico, regional, cultural, político e jurídico de cada momento histórico.

Uma das famílias abordadas neste estudo foi representada por Ondina, 45 anos. Ela, o companheiro, Ivani, 39 anos, e quatro filhos, menores de 10 anos, conformam uma unidade familiar que, como tantas outras, utiliza-se de meios variados para suprir suas carências. A entrevistada relata que trabalha como faxineira autônoma e recebe R\$ 80,00 (oitenta reais) por faxina, mas lamenta que ultimamente as oportunidades de trabalho estão escassas. O companheiro, Ivani, tem vínculo empregatício formal, como pescador, auferindo um salário mínimo mensal. Também realiza outras atividades, trabalha informalmente como pedreiro, marceneiro e carpinteiro. *“A gente passa muito trabalho, por que o Ivani não quer saber de mim nem das crianças, ele gasta tudo com ele, com as drogas dele, só compra alguma coisa pra casa, que acaba numa semana, tanto é que tô aqui pedindo uma cesta básica, né minha filha?”*

A entrevistada ressalta que o relacionamento do casal é bastante conturbado, que Ivani hostiliza e agride a ela e aos filhos, especialmente quando faz uso de bebida alcoólica e outras drogas. *“Na verdade a gente tá bem dizer separado, por que tem vezes que a gente nem dorme junto, eu durmo no quarto com as crianças.”* Diz que ainda moram na mesma casa por que não possuem outra residência e Ondina não tem condições

econômicas de sustentar os filhos sozinha. Quando indagada a respeito de auxílio da família extensa e instituições públicas da cidade, a entrevistada afirma que tem pouco contato com a “sua família” e mais com a “família dele”, por que esta mora próximo à sua casa. Mas diz que rompeu relações e o diálogo com todos os familiares do companheiro, exceto com sua sogra: *“a gente não se fala mais, só com a minha sogra que eu falo, ela é a única que entende as coisas... mas, às vezes, ela é a favor dele, às vezes, de mim...”* Ondina comenta que há pouca prestação de auxílio entre os familiares, por que os mesmos já possuem seus próprios gastos e não dispõem de recursos para ajudar os parentes que não fazem parte de seu núcleo familiar. Conta que apenas sua mãe e sua sogra a ajudam, em alguns momentos, sobretudo quando sabem que há poucos alimentos para as crianças. Nesses casos, solicita ajuda primeiramente à sogra, pois é vizinha e tem melhores condições financeiras que sua mãe.

Acerca da relação familiar com as instituições públicas do município, a entrevistada diz que geralmente é bem atendida, mas que muitas vezes não consegue acessar os serviços, a exemplo do PBF. *“Eu já to faz anos esperando pra ganhar o Bolsa-Família, pegaram o meu nome e disseram que eu ia ganhar, mas até agora nada... eu hoje só tenho o dinheiro do Ivani pra gente comer, mas do jeito que tá, nós vamos é passar fome.”* Ondina recorda que também recebe certa ajuda material do patrão de seu companheiro, afirma que o mesmo doa roupas e brinquedos a seus filhos.

No caso da família de Ondina, identifica-se que seus membros fazem uso dos recursos financeiros provenientes da atividade remunerada exercida por Ivani, aos quais é somado o trabalho feminino na realização dos serviços domésticos e familiares, e, ainda, o eventual apoio da família extensa e dos serviços públicos, bem como, dos rendimentos isolados de Ondina. Todavia, a entrevistada percebe que as necessidades básicas de sua família não são atendidas. *“Eu vivo correndo atrás de tudo pra poder viver, eu e as crianças, é uma coisa daqui outra dali, mas pra quem é pobre as portas tão sempre fechadas, a gente é obrigada a vim pedir pra comer, essa é a nossa situação.”* Ondina informa ter comparecido à SDS para solicitar uma cesta básica.

Mais uma vez constata-se que a busca por recursos é feita pela pessoa que representa a figura feminina da família. Como já demonstrou-se, a mulher é constantemente impelida a assumir esse papel:

Estudios realizados muestran la persistencia de desigualdades y la atribución a las mujeres de la

responsabilidad principal de la reproducción social, lo cual sugiere la existencia de una aceleración de ritmos debido a la sobrecarga de trabajo y una contradicción entre el derecho al trabajo y el deber materno con los pequeños y de solidaridad con los mayores (AGUIRRE, 2009, p. 17).

Em sua fala, a entrevistada explicita a inferioridade da qual se vê revestida, a responsabilidade unilateral pelos filhos, a ausência de direitos sobre a casa onde mora, o abatimento pelo fracasso da relação conjugal, o cansaço por ter de assumir individualmente tantas obrigações.

Também importa considerar, neste caso, que os conflitos conjugais entre o casal aludido, implicam num enfraquecimento dos vínculos relacionais, com reflexos negativos diretos no “potencial” da família, enquanto instância de proteção, fato que indica o quanto as relações familiares influenciam no processo de garantia do bem-estar dos membros da família. Fonseca (2005) entende o laço familiar como “uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos” (p. 54), tal identificação, para a autora, pode se originar através de laços biológicos, atividades em comum ou alianças como o casamento. Inexistindo a reciprocidade no interior da família, a exemplo do que se observa com a família em questão, todos os indivíduos que a compõem acabam ficando ainda mais expostos aos riscos sociais.

Outrossim, há que se levar em conta, que a fase do ciclo de vida em que as famílias se encontram vão determinar em grande parte suas possibilidades de atendimento às necessidades básicas de seus membros. A família representada por Ondina vive um momento em que os filhos ainda se encontram na fase da infância e, portanto, não geram renda, ao contrário, agregam despesas. Rocha e Grispum (2001) apontam que nesse estágio do ciclo familiar o conjunto de trabalhadores da família em relação aos seus dependentes é mínimo, o que implica em menos membros disponíveis para a produção de recursos necessários à manutenção da família. Os autores avaliam que as unidades familiares são dinâmicas e evoluem com o tempo, estando expostas a vários níveis de vulnerabilidade à medida que atravessam diferentes fases em seu ciclo doméstico. Segundo informam, é preciso considerar todos os estágios do processo de desenvolvimento das unidades domésticas familiares, pois

“cada um desses estágios conduz a arranjos sociais específicos que influenciam sua capacidade de mobilizar seu trabalho e outros recursos em face à mudança” (p. 8).

O sucesso das tentativas de atendimento às necessidades básicas da família vão depender, portanto, também do período pelo qual a mesma está passando em seu ciclo de vida, ainda que este não seja rígido para os segmentos empobrecidos. Ademais, conforme Arriagada (2002), não é possível estabelecer uma causalidade direta e temporal entre o maior número de filhos dependentes e a pobreza de uma família, mas existe uma correlação importante entre os rendimentos de uma unidade familiar e a sua estrutura etária.

Uma outra dinâmica familiar que demonstra de forma clara a tentativa empreendida pela família na busca por recursos que atendam às suas necessidades, foi identificada quando examinou-se mais detidamente os dados relativos à família de dona Albani, 75 anos, que é viúva e representante de uma família composta por seis pessoas. Ela divide a mesma residência com seu filho, Manoel, 57 anos, autônomo; Alice, esposa de Manoel, 52 anos, desempregada; Miriam, filha de Manoel e Alice, 24 anos, desempregada; Moisés, também filho de Manoel e Alice, 23 anos, autônomo, e Jéssica, filha de Miriam, com idade de 04 anos.

A entrevistada conta que é aposentada, recebe em média R\$700,00 (setecentos reais) por mês, mas lhe é descontado na folha de pagamento o valor de um empréstimo que fez há alguns anos e então só pode contar com R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por mês. Declara ter estudado até a quarta série do ensino fundamental. O filho, Manoel, trabalha como servente de pedreiro e pescador, obtendo um rendimento mensal de aproximadamente R\$500,00 (quinhentos reais). Dona Albani menciona que *“quando tem serviço ele trabalha como servente, quando não tem, ele vai pra pesca”*. Manoel também estudou até o quarto ano. Sua nora, Alice, não exerce atividade remunerada e, segundo a entrevistada, *“ela não trabalha, só em casa”*. Alice estudou até a quarta série, *“naquele tempo não tinha escola na Garopaba, tudo quanto era gente só estudava até a quarta”*, afirma. A neta, Miriam, também não exerce atividade remunerada e costuma ficar em casa ajudando na realização dos afazeres domésticos. Parou de estudar no primeiro ano do segundo grau, em decorrência de ter engravidado, segundo a avó. Moisés, o neto mais jovem, trabalha como servente de pedreiro e recebe em média R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês, possui oito anos de estudo.

A entrevistada narra que os integrantes da família moram juntos, na mesma casa, com exceção de Miriam, que dorme, juntamente com a filha, em uma “casinha”, atrás da casa maior da família. Dona Albani salienta, porém, que *“elas só dormem lá, por que o resto tudo fazem com a gente, comer, tudo... E é o Manoel quem mantém a casa, mas coitado, ganha pouco. O Moisés não ajuda, só quer comprar as coisas pra ele, pra casa, nada, e aquela mãe dele doente toda a vida...”*. Dona Albani conta que a nora, Alice, possui vários problemas de saúde, a exemplo de depressão. *“A Alice é muito doente, tem problema de nervos, vai até no CAPS, disseram pra ela, lá, que ela tem depressão. Ela teve uns problemas sérios no útero também, mas o que ela é mesmo é nervosa, mas a gente tá sempre por perto”*. Dona Albani menciona que seu filho também recebe um benefício previdenciário: *“ele recebe um aposento, o INPS dá pra ele, por que ele também é fraco pra trabalhar”*. Perguntada sobre mais algum rendimento que a família tenha, a entrevistada afirma que não, mas em seguida lembra que o pai de Jéssica contribui para sua manutenção com o valor mensal de R\$150,00 (cento e cinquenta reais). *“Ele não vive com a Miriam, não deu certo os dois, mas ele ajuda a menina. Só que tem mês que ele não dá nada, por que também ele só faz bico”*.

Indagada a respeito de sua presença na SDS, dona Albani informou o seguinte: *“eu vim aqui pra falar com a assistente social ou com o prefeito, por que a gente não tem mais condição de pagar o IPTU, todo ano vem mais caro e já tá há três anos acumulando, eles são obrigados a me ajudar. Eu sou obrigada a ir atrás das coisas, por que se depender deles (da família), falta comida em casa. Eu nesse estado, velha, tenho que vim atrás”*.

Do contexto familiar relatado, percebe-se que há um montante de recursos adquiridos pela família e utilizado na sua provisão, bem como uma disponibilização de tempo, assistência e cuidados por parte dos integrantes daquele grupo familiar. Embora receba um benefício previdenciário, por ser considerado incapaz para o trabalho, Manoel ainda precisa realizar funções remuneradas para complementar a renda familiar, o que caracteriza uma infração à legislação, mas diante das necessidades da família, esse fato não parece ser relevante – ou talvez nem o saibam. Observa-se também, que quando não encontra o retorno financeiro esperado através de uma determinada atividade (os serviços de auxiliar de pedreiro, neste caso), Manoel vai em busca de outro trabalho que possa fornecer esse recurso, a pesca. Os proventos de aposentadoria da entrevistada, os rendimentos do trabalho autônomo de

Messias e a contribuição alimentícia percebida pela criança Jéssica encerram o total da receita adquirida pela família. Dona Ondina, Alice e Miriam fornecem o seu trabalho na realização dos afazeres domésticos e familiares que o grupo demanda e a rede pública disponibiliza alguns serviços e atendimentos.

Nota-se que todos os membros da família, com exceção da criança, contribuem de alguma forma para a sua reprodução, o que ainda assim não é suficiente para contemplar todas as necessidades da família, tanto por que os recursos adquiridos são escassos, quanto por que tais necessidades são abrangentes e complexas. Demonstrou-se ainda, que uma das formas assimiladas pela família para acessar os serviços públicos é o apelo direto e pessoal aos profissionais e gestores das políticas sociais, evidenciando, assim, um entendimento equivocado da atuação do ente público na vida da população e do seu direito enquanto cidadão.

5.2.3 A percepção clientelística das famílias revelada na busca pelos serviços

Conforme foi exposto, o acesso das famílias aos serviços públicos configura-se, para elas, como uma das principais formas de obtenção de recursos. Em função disso, os serviços são acionados com bastante frequência pelos sujeitos entrevistados. Ocorre que devido às suas características, como já mencionado, o acesso e utilização não são tão simples quanto deveriam. Em contrapartida, as necessidades apresentadas pelas famílias carecem geralmente de atendimento imediato e eficiente, acompanhamento regular e uma série de bens e serviços que não são encontrados no sistema público de proteção social. Como efeito desse descompasso, surgem as relações clientelísticas dos usuários com os prestadores de serviços (instituições, profissionais, gestores, etc.).

A história tem mostrado, que há muito se observa no Brasil a cultura do favor, do clientelismo, da filantropia e outras práticas ligadas à solidariedade e à benevolência, e desassociadas dos direitos humanos e sociais. Nessa perspectiva, todas as famílias aqui estudadas, indicaram que se utilizam, em diversos momentos, dessas alternativas para conseguirem atender, minimamente, às suas necessidades. Luana, 38 anos, por exemplo, declara que: *“a gente ganha o Bolsa-Família, mas o dinheiro é muito pouco, é uma ajuda assim que não adianta muito, mas a gente agradece a Deus por essa ajuda.”* Também afirma o seguinte: *“eu vou falar com o secretário da saúde ou o prefeito, quero ver se eles*

agilizam pra mim (a realização de exames médicos), por que se for fazer normal, é muito tempo.”

Percebe-se, primeiramente, que a entrevistada evidencia um sentimento de gratidão à Deus por receber um benefício social que considera como uma “ajuda”, mostrando, com isso, que secundariza, ignora ou desconhece os direitos que lhe são inerentes enquanto ser humano, cidadã e contribuinte. Além disso, um provável histórico de restrições e negativas por parte da rede pública de atendimento e uma cultura religiosa que enaltece a figura divina, atribuindo a ela a responsabilidade pelo alcance do benefício, também contribuem para formar a “lógica do favor”. Torna-se explícita, também, a inquietação da família diante da morosidade nos procedimentos dos serviços de saúde e a consequente intenção de apelar pessoalmente aos gestores da política pública, visto que já conhece a deficiência existente nas instituições e acredita que por meio da recorrência direta aos gestores obterá êxito em suas solicitações.

Rosilda, 56 anos, representante de uma família intergeracional formada por sete membros, também ilustrou de forma clara a leitura clientelística que faz do acesso aos serviços. Declarou que não recebe um bom atendimento nas instituições públicas da cidade, e na maioria das vezes não consegue contemplar as suas demandas familiares, vendo-se obrigada a recorrer ao favorecimento pessoal ... “tem gente que atende com muita má vontade, dá informação errada, nem dá ouvido pra gente, parece que tá fazendo um favor, mas eles são pagos pra isso. Tem uns que acham que têm que atender mal por que a gente não tá pagando. Eu pego no posto os remédios do Cidinho (marido), mas é por que a gente precisa, ninguém tem dinheiro pra gastar com remédio assim... Ou é o remédio ou a comida. Se a gente não precisasse, eu tirava do meu bolso, agora isso não tem nada a ver com eles atender a gente desse jeito. E agora eles deram de negar, dizer que tá em falta, tá sempre em falta, nunca vi. Se a coisa continuar desse jeito, eu vou ver se um primo meu pega pra mim, direto, quando chegar, por que eu acho que eles tão negando pras pessoas, por que tá vindo pouco e os funcionários é que pegam o pouquinho que vem, não pode tá faltando os medicamentos assim. A menina (neta) também de vez em quando precisa, tadinha, ela é meio ruim pra comer, aí tem que tomar remédio, vitamina. Eu fico no pé da Selma (filha), pra ela não bobear com a menina, mas ela tá sempre no mundo da lua, não trabalha pra dar as coisas pra filha, diz que não consegue serviço, mas eu não vejo ela procurar, é a gente que tem que dá um jeito... Por que que ela também

não pede as coisas pra comadre dela que trabalha lá no posto? Ela tem é vergonha, mas pedir não é vergonha, vergonha é matar, roubar...”

Transparece, na fala da entrevistada, o descontentamento com a acolhida dos profissionais que atendem nas instituições públicas, eis que observa a pouca disposição e solicitude apresentada por eles no atendimento aos usuários dos serviços. Rosilda crê, que essa postura esteja relacionada à natureza das instituições, supondo, com isso, que a deficiência no atendimento se dê em razão de as mesmas serem públicas. Durante a conversa, ela também relata sobre suas dificuldades para acessar recursos da área da saúde, o que a faz pensar na possibilidade de interpelar um parente, servidor público do setor, para alcançar mais rapidamente aquilo de que sua família precisa. Ademais, faz críticas à filha por que ela não se utiliza do mesmo método para o atendimento de suas necessidades, o que acarreta um acúmulo de funções e despesas familiares. Portanto, ao se dar conta das dificuldades que possui para obter determinado recurso, a entrevistada encontra na relação de parentesco com um funcionário da instituição uma alternativa de provê-lo. Alves (2010) aponta que “as formas de superar a insegurança a que está relegada a população dependem de diferentes arranjos, entre eles aqueles baseados no particularismo e no clientelismo” (p. 146).

Outra fala bastante representativa do clientelismo arraigado na concepção cultural das famílias estudadas foi expressa durante a entrevista com dona Ema, vejamos: “*A minha casa foi o Carlinhos que fez, (referindo-se ao prefeito municipal da gestão anterior (2005-2008)). Antes era um barraquinho bem velho, agora tá boa. Ele já tinha prometido né, fazia muito tempo, por que todo ano de eleição eu fazia campanha pra ele. Um dia teve uma turma grande lá da prefeitura me procurando pra gente ir pra outro lugar, até terminar a casa que eles iam fazer. Eu ainda fiquei com medo, sabe... por que promessa de político a gente já sabe que não pode confiar, mas fazer o que, eu não tinha o que fazer. Aí fui morar com a Marilete (uma filha que é sua vizinha). Mas não deu um mês a casinha nova tava pronta. Olha, eu nem esperei a pintura, eles tiveram que pintar comigo lá dentro.*” Em outro momento da conversa, dona Ema comentou que estava na SDS com o objetivo de solicitar recurso financeiro para quitar dívidas mensais de água e energia elétrica, atrasadas há dois meses. Explicou que já havia se dirigido à Prefeitura e teve seu pedido negado pelo prefeito atual, que a sugeriu que procurasse algum vereador, “*mas ele fez isso por que a gente sempre votou do outro lado.*” Nota-se que, na lógica da entrevistada, há uma relação direta entre o cultivo dos seus

vínculos pessoais com “pessoas influentes” e o seu acesso aos bens e serviços públicos. Ela demonstra sustentar relações de compadrio com os representantes municipais no intuito de obter vantagem pessoal, o que é viabilizado entre eles por meio da troca de favores (ou seja, o posicionamento político-partidário e o voto da família em permuta por benefícios financeiros e materiais fornecidos pelo prefeito ou por outra pessoa de referência).

Seibel e Oliveira (2006) enfatizam que o clientelismo pode ser tido como:

(...) uma ação de troca entre sujeitos que, por um lado, demandam um serviço de caráter público que, normalmente, não poderia ser obtido por meio do mercado e, de outro, por aqueles que administram ou têm acesso aos decisores sobre a concessão desse serviço. Essa intermediação dá-se via moeda política, cujo débito será cobrado, provavelmente, no próximo evento eleitoral (p. 138).

Como constatou-se, tal definição vai ao encontro daquilo que é percebido pelas famílias como alternativa à ineficiência dos serviços públicos. E também chama a atenção, nos relatos, a naturalidade com que é tratada a situação irregular protagonizada pelos sujeitos referidos, corroborando mais uma vez, a sua percepção equivocada a respeito da política social, dos direitos e do exercício da cidadania.

5.3 AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DA FAMÍLIA PARA A PROVISÃO DO BEM-ESTAR

Pensar a família como uma das mais importantes fontes de recursos para seus membros ou até como o suporte mais fortalecido que possuem, significa pensar também nas condições de vida altamente precarizadas desses sujeitos. Mas, sem dúvida, ao se levar em conta a realidade social das famílias estudadas neste trabalho, considera-se também a dimensão subjetiva das suas necessidades, que envolve o respeito mútuo, a cordialidade dos relacionamentos no interior da família, o afeto, as emoções, etc., elementos que certamente são influenciados por um contexto de privações econômicas muito acentuadas. Diversos fatores, portanto, contribuem para os diferentes tipos de tensão e dificuldades enfrentadas pelas famílias.

Uma das famílias abordadas, representada por Cléia, 42 anos, expressou claramente as dificuldades que enfrenta para atender às necessidades de seus integrantes. A família de Cléia é composta por cinco pessoas: ela, o atual companheiro, Raimundo, 49 anos, e três filhas, Juliana, Helen e Ana Julia, com idades de 13, 12 e 07 anos, respectivamente. A entrevistada conta que atualmente não exerce atividade remunerada, mas era faxineira, sem vínculo empregatício formal, e encontra-se com tendinite no braço direito, sem poder trabalhar. Informa que a renda mensal adquirida com as faxinas era de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês e que o trabalho demandava extremo esforço físico. Raimundo é pescador autônomo e ganha em média R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais com esta atividade. Ele também auferia rendimentos de aluguel de um imóvel, durante as temporadas de verão, os quais divide com sua mãe, pois a casa pertence a ambos. Cléia narra que: “... *não é muita coisa não, uns quinhentos, seiscentos, só, e é só no verão né, hoje em dia o aluguel já não dá como dava antigamente.*” Informa também que Juliana, a filha mais velha, trabalha como babá, e ganha R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês. Juliana e Helen recebem R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês de pensão-alimentícia do pai, Ana Julia, a filha mais nova, não recebe pensão por que, segundo Cléia, ela e o ex-companheiro, pai da menina, ainda não entraram em acordo acerca dessa questão, e, provavelmente, a resolverão judicialmente.

Apreende-se do breve relato, que os parcos recursos financeiros adquiridos pela família são resultado da soma de diferentes rendimentos, alguns dos quais extraídos do trabalho de uma adolescente de 13 anos e da pensão alimentícia de suas irmãs mais jovens. Sabe-se que para as famílias empobrecidas todo e qualquer recurso financeiro é importante para contribuir com a provisão do bem-estar, por mais irrisório que ele possa parecer.

Bilac (1995) aborda as questões da família e explica a sua dinâmica a partir da classe social de que a mesma faz parte. A autora acredita que a família de classe popular pode ser retratada da seguinte forma:

Uma família que é inicial e basicamente nuclear, mas que pode vir a se ampliar – principalmente em certas fases de seu ciclo de vida – para abrigar parentes ascendentes ou descendentes. Uma família que se baseia na articulação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado, mas que, reiterada, embora intermitentemente, termina

por recorrer ao trabalho feminino remunerado e, dada a precariedade deste, ao trabalho das crianças e jovens... (p. 47)

A autora também acrescenta que esta família apresenta uma preocupação permanente com o equilíbrio entre provedores e consumidores no núcleo familiar, devido, sobretudo, aos baixos salários e ao desemprego, fato que a leva a forçar e reforçar a solidariedade entre seus membros. É uma família que, em suma, se organiza e reorganiza, se estrutura e se reestrutura continuamente (BILAC, 1995). A partir desse quadro, a autora acredita que exista uma “lógica da solidariedade” que organiza as relações familiares nos segmentos populares, ao contrário da “lógica do individualismo” que ordenaria essas relações nas camadas médias.

Nesse contexto, as dificuldades enfrentadas no acesso aos bens, serviços e direitos básicos implicam em “práticas familiares de reprodução cotidiana” (BILAC, 1995), isto é, na realização de tarefas variadas que buscam, no trabalho formal ou informal, nos serviços públicos e na própria solidariedade familiar (ou extra-familiar), a obtenção de subsídios mínimos, de elementos essenciais para a manutenção da vida da família. A autora afirma, que as práticas variadas (de trabalho/não trabalho, de consumo, reivindicações e manipulações) estabelecem articulações ou “pontes” através das quais se garante (na medida do possível) a permanência do grupo, a reprodução de cada membro, ainda que em patamares mínimos em relação à qualidade de vida.

Observou-se, a partir da realidade narrada pelas famílias, que as condições objetivas de que dispõem para a provisão do bem-estar de seus membros são extremamente frágeis, uma vez que seus rendimentos são escassos, sua rede familiar não oferece apoio suficiente e as políticas sociais são ineficazes. Nessa direção, compreende-se porque todo o esforço das famílias acaba se tornando frívolo, vão, ante a problemas estruturais tão vorazes, que obstaculizam o atendimento das necessidades básicas de seus integrantes, permitindo a elas, muitas vezes, tão somente a subsistência. Rocha e Grinspun (2001) mencionam que a maioria dos estudos sobre unidades domésticas familiares enfatizam sua habilidade de se adaptar à piora do desemprego, do mercado, de serviços e mercadorias através do aumento de seus esforços. Tais estudos, segundo eles, destacam que em razão dessa habilidade, as unidades domésticas familiares não apenas são capazes de sobreviver, mas também de manter a sua forma básica de organização

social, a família, que em si garante a reprodução física e social do pobre. Os autores alertam, porém, que essa premissa obscurece o fato de que pode haver limites tanto para o comportamento adaptativo das pessoas pobres como para a viabilidade da unidade doméstica familiar como tal. Além disso, tal entendimento mascara os diferentes impactos das crises econômicas e da reestruturação sobre as famílias. Os sujeitos do presente estudo demonstraram exatamente que estão em seu limite humano de adaptações e estratégias de subsistência, que tudo aquilo que é possível ser feito, buscar os recursos em fontes diversas, conjugá-los, organizá-los, planejar o seu destino por ordem de prioridades etc., já foi feito, e ainda assim as necessidades familiares permanecem latentes.

Outro grupo familiar estudado foi o de Lucimara, 36 anos, que é composto por ela, o esposo, Jair, 44 anos e Thayla, 07 anos, filha de Lucimara com um ex-companheiro. A entrevistada encontrava-se grávida durante a realização da entrevista. Quando questionada sobre os rendimentos de sua família, Lucimara relata o seguinte: *“Eu só trabalho em casa, não tenho renda por enquanto e o Jair é pedreiro, ele ganha uns sessenta reais por dia. A Thayla também ganha uns cem ou cento e cinquenta reais de pensão, mas não é sempre que ele paga, não. Mas eu, depois que eu ganhar o neném, eu quero voltar a trabalhar e ter o meu dinheiro, por que é muito ruim depender dos outros, por mais que seja marido. Ainda não sei como é que a gente vai fazer com o neném, mas a Thayla já vai ser mais grandinha e vai me ajuda a cuidar, por que ela sabe que eu vou botar mais dinheiro dentro de casa e vou dar as coisas pra ela também. Quero voltar pra costura, se Deus quiser. Eu sempre fui costureira.”*

Indagada a respeito de sua relação com seus familiares, Lucimara relata o que segue: *“Olha eu só peço alguma coisa quando eu preciso, mas eles também não podem tá me ajudando toda hora, eles também são pobres, precisam igual a mim, então é difícil. E às vezes até que eles ajudam, até com dinheiro, por que eles sabem que eu só peço quando eu tô precisando muito.”* Em relação aos serviços públicos de que sua família se utiliza, explica: *“Eu vou mais é no posto e o pessoal lá me atende bem, mas tudo é uma demora que só vendo e muitas coisas eu só consigo em Floripa, no hospital, e eu sei que eles poderiam conseguir por aqui, mas fazer o quê, a gente tem que ir atrás...”* Lucimara exemplifica seu comentário dizendo que no ano anterior precisou consultar com ginecologista e foi informada na policlínica central que somente estavam sendo agendadas consultas com três meses de antecedência, e, como estava sofrendo com hemorragias mensais, durante seu ciclo menstrual, precisava de atendimento prioritário, e

solicitou encaminhamento para um hospital em Florianópolis. *“Tive que acordar de madrugada e ir pra lá três vezes, deixar a Thayla com a minha mãe e o Jair sem comida, perdi três dias lá... mas pior era ficar sofrendo hemorragia todo mês. E é assim, a família da gente tem que entender também, e ajudar, cooperar.”*

As falas de Lucimara denunciam as dificuldades extremas encaradas por sua família na tentativa de alcançar recursos básicos de bem-estar, como o acesso à saúde. Mostram também a mobilização realizada pela entrevistada para trilhar o percurso que a deixará mais próxima de satisfazer as suas necessidades, tal mobilização envolve a rede de parentesco, por um lado, e deixa descoberta a realização dos trabalhos domésticos e familiares, por outro, já que é a própria entrevistada quem os realiza, e durante sua ausência, não há quem os faça em seu lugar. Revelou-se evidente, nessa perspectiva, que a família ocupa um lugar de instância altamente protetora sem possuir condições objetivas para tanto, e dentro da família, a mulher se sente a grande responsável pela maioria dos serviços demandados na unidade familiar. Percebeu-se que os caminhos traçados, a agregação de recursos, a organização empreendida, não atendem satisfatoriamente às demandas mais básicas e não contemplam o bem-estar necessário. E assim, o excesso de responsabilidades atribuídas às famílias contribui fortemente para cercear e violar os seus direitos nesse longo e exaustivo percurso de busca pela proteção social.

“(...) fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais e contem com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania (GUEIROS, 2002, p. 119).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família, enquanto instância de reprodução social, sempre ocupou lugar de grande relevância no âmbito da sociedade, e o avanço dos tempos e desenvolvimento da humanidade jamais a relegaram desse espaço, ao contrário, a confirmaram como instituição primordial ao avanço do sistema social em todos os seus aspectos. A literatura especializada, conforme se registrou neste estudo, vem demonstrando, porém, que tais circunstâncias mascaram efeitos de processos sociais geradores de grande desigualdade, quando as atribuições relativas ao bem-estar da população são distribuídas entre as instâncias de proteção social.

Os questionamentos que mobilizaram a realização do presente trabalho orbitam exatamente ao redor desses apontamentos. A partir deles desejou-se identificar e analisar a forma como a família se comporta frente às responsabilidades que lhe são impostas e especialmente diante de suas reais condições de provisão do bem-estar de seus membros, uma vez que essa parece ser sua principal atribuição no regime de bem-estar brasileiro. O debate foi provocado e conduzido com base na observação e análise das vivências das próprias famílias, observando como a função que lhes é conferida, de instância protetora, é desempenhada em meio a tantas dificuldades.

Tendo em vista o que se verificou através dos dados coletados, avalia-se que a família realmente ocupa um lugar central no processo de busca pela provisão do bem-estar, haja vista que este processo está concentrado nos movimentos que seus membros realizam ao tentar garantir o atendimento de suas necessidades básicas. Constatou-se que é na instância familiar que as demandas são identificadas e onde se inicia a organização das atividades que serão feitas, as trajetórias que serão percorridas, as instituições e pessoas que serão procuradas para que se consiga alcançar os recursos de proteção social. Percebe-se, que, diante da dificuldade de encontrá-los e acessá-los, as famílias lançam mão de alternativas variadas nessa busca, de modo que somam benesses a benefícios, favores a serviços, e enfrentam, nesse contexto, diversos tipos de obstáculos para alcançar seus objetivos.

Nota-se que em todas as esferas de proteção as famílias se deparam com grandes dificuldades para acionar os bens e serviços de que precisam. No mercado de trabalho, elas encontram as barreiras das exigências de qualificação profissional e a escassez de vagas, além do

problema das más condições de trabalho. Conforme Montalli (2000), o modelo econômico adotado no Brasil afetou a inserção dos diferentes componentes da família no mercado de trabalho e precarizou as relações trabalhistas, de forma a deteriorar a renda familiar, visto que também não contamos com políticas de emprego e de proteção social.

No âmbito do Estado, embora se deva considerar alguns avanços em termos de programas sociais de transferência de renda, os mesmos são pontuais e não oferecem, a princípio, uma melhoria significativa das condições de vida das famílias beneficiárias. E, assim como na Assistência Social, não se identifica em outras políticas públicas, grande progresso em termos de acesso universal e qualidade nos serviços prestados, conforme as mesmas se propõem, teoricamente. Nogueira (2002) explica que, com base no pensamento liberal, consolidou-se no Brasil, há algumas décadas, uma forte queda dos serviços públicos disponibilizados à população, já que o objetivo é reduzir o papel do Estado nos mecanismos de proteção social, estimulando a ampla atuação do espaço privado.

Na esfera da família, por sua vez, as dificuldades se dão, em grande parte, por que as famílias não dispõem de tantos recursos quanto lhes é cobrado que disponham, isto é, elas não possuem, conforme se demonstrou, condições objetivas, reais e materiais, de garantir o bem-estar de seus membros da forma como exige-se que ela garanta. E deve-se frisar, que a mesma não deve se sentir responsável por isso, pois não o é. “(...) à medida que o Estado restringe sua participação na “solução” de questões de determinados segmentos (...), a família tem sido chamada a preencher esta lacuna, sem receber dos poderes públicos a devida assistência para tanto (GUEIROS, 2002, p. 102)”. A autora assinala que os limites entre as funções do Estado e da família são cada vez mais tênues, depositando-se nas famílias uma sobrecarga que não conseguem suportar, visto que estão submetidas a precárias condições socioeconômicas.

Como se explanou, um dos pressupostos deste trabalho encontra legitimidade na ideia de necessidades humanas, resgatada por Pereira (2002) e fundamentada em Doyal e Gough (1991), que a preconizam em torno de dois aspectos principais, a saúde física e a autonomia. Ambos, basicamente, explicitam os anseios de um homem que não é puramente biológico, mas sobretudo social, e ontologicamente carente de elementos sociais à sua reprodução. Nessa direção, pôde-se corroborar essa premissa ao conhecer as famílias de maneira mais íntima. Elas exteriorizaram a sua percepção e os seus sentimentos enquanto sujeitos protagonistas desse processo, mostrando-se, na maioria das vezes,

passivas e conformadas diante do acesso negado aos seus direitos, resignadas na relação com outras instâncias e indivíduos que julgam ser mais influentes. Poucos foram os momentos em que demonstraram ciência de seus direitos e motivação para lutar por eles.

Todavia, em que pese a ausência de consciência e postura crítica das famílias, sua aparente apatia frente às dificuldades está relacionada a essa necessidade mencionada anteriormente, que envolve a capacidade de autodeterminação, as possibilidades de gerir satisfatoriamente a própria vida, fatores quase sempre ausentes de sua realidade. As famílias indicam já terem esgotado as suas alternativas de resolução dos problemas, as estratégias delineadas... Veem que as necessidades concretas superam as possibilidades de encontrar soluções em algum momento ou lugar, parecem ter atingido o seu limite de tentativas de prover o bem-estar, pois os recursos que alcançam estão sempre aquém das demandas existentes em seu contexto familiar e social.

Conforme foi exposto, na esfera que conforma todos esses processos vivenciados pela família há uma série de fatores conjunturais que os constituem, sendo as mudanças verificadas no comportamento demográfico da população um dos mais recentes. Eleveu-se este ponto como relevante a ser abordado por que tais mudanças implicam em transformações imediatas nas estruturas e na funcionalidade da família (BILAC, 1995), de modo a exigir-se dela que encontre soluções para continuar provendo o bem-estar, ou seja, impõe-se à família uma adaptação imediata às alterações sociais e a aceitação do aumento de suas obrigações para com seus integrantes.

Nessa direção, explicitou-se diversos fenômenos demográficos ocorridos em âmbito social, entre eles citou-se as quedas acentuadas das taxas de fecundidade e também de mortalidade, o aumento da expectativa de vida do brasileiro (CAMARANO; KANSO, 2009), a protelação do casamento e conseqüentemente o aumento do tempo de convivência dos jovens com sua família de origem, o crescimento do número de divórcios e do fenômeno da monoparentalidade (SARACENO, 1995; TORREMOCHA, 2006), entre outros que vêm como resultados destes.

Em consonância com essas transformações estão os indicadores sociais obtidos através do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, cujas informações mais importantes ao presente estudo estão apontadas já em sua introdução. Segundo a pesquisa, o rendimento familiar *per capita* é variável determinante na melhoria das condições de

vida da população, que em função dele consegue ou não ter acesso aos recursos necessários ao bem-estar. O levantamento do Instituto corrobora, portanto, que o suporte da família funciona como elemento primordial ao alcance da proteção social.

Por representar o objeto principal de análise deste trabalho, avaliou-se como imprescindível trazer ao cerne das discussões algumas aproximações conceituais da categoria família. Viu-se que a mesma é estudada em diversas áreas do conhecimento e pode ser compreendida a partir de distintas correntes teóricas. No campo das Ciências Sociais elegeu-se três concepções que estão diretamente relacionadas com a família e a proteção social demandada por seus membros. Ela é entendida a partir do conceito de agregado doméstico (ABOIM, 2003); também com base na ideia de domicílio, segundo as pesquisas demográficas brasileiras (MEDEIROS; OSÓRIO, 2002); e, ainda, é tida como instituição determinada pelas relações que estabelece com a sua rede familiar (FONSECA, 2005). Constatou-se, a partir desses entendimentos, que a composição e o funcionamento das famílias abordadas na pesquisa são permeados por características contidas em cada um deles, pois sua dinâmica não permite um comportamento constante, inclusive por que as famílias são diretamente afetadas por fenômenos sociais distintos. Como indica Lima (2006), não é possível enquadrar as famílias em modelos pré-estabelecidos, por que “os mesmos não conseguem apreender a dinamicidade das relações familiares e a movimentação que estas empreendem ao longo da vida familiar (p.135)”.

As bases teóricas sobre as quais construiu-se o trabalho permitiram confirmar que vive-se no Brasil um regime de bem-estar focalizado na família como instância protetora e provedora de recursos de bem-estar. Souza (2000) assinala que a família exerce função extremamente importante na atual conjuntura, pois a satisfação das necessidades não é possível para todas as pessoas através apenas da venda de sua força de trabalho e da solidariedade pública. O autor reconhece que em decorrência desse processo a família é expressamente responsabilizada pela provisão do bem-estar. Di Giovanni (1998), nessa perspectiva, também pontua que as vicissitudes naturais da vida carecem de proteção em qualquer sistema social e cada vez mais frequentemente a família tem se configurado como ente protetor.

Pereira (2006) defende que “se analisarmos criteriosamente o processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas, veremos que na base de cada uma delas encontram-se as necessidades humanas” (p. 68). Segundo a autora, isso acontece por que, por um lado,

os seres humanos não gozam de perfeição, auto-suficiência, onipotência, imortalidade, e, portanto, não são imunes a carecimentos e fragilidades. E por outro, eles são criativos e dotados de capacidade de realização que, impulsionadas por necessidades percebidas e socialmente compartilhadas, tem-lhes permitido superar estados de carência por meio do trabalho, movimentos ou lutas, ou por meio de contratos sociais. São várias, pois, segundo ela, as vias encontradas por homens e mulheres para suprir suas necessidades e melhorar suas condições de vida e cidadania. Se não houvesse necessidades percebidas e socialmente compartilhadas, não existiriam políticas, direitos, normas protetoras, trabalho e tantas outras respostas resultantes da práxis humana, por meio da qual, tanto a natureza quanto a sociedade são transformadas (PEREIRA, 2006).

Outro ponto de partida do estudo, em seu aspecto teórico, foi tomar a região latino-americana como elemento de influência na realidade social das famílias. Assim, resgatou-se em Martinez-Franzoni (2008) um debate que sinaliza para a importância de se refletir sobre as condições de vida da população nesse espaço territorial. Ela descreve que a medida que o mercado de trabalho não absorve a demanda existente e a distribuição pública dos recursos é feita de forma incoerente e desigual, a família, por fornecer trabalho não-remunerado, é impelida a participar ativamente da provisão do bem-estar. Campos e Teixeira (2010) também observam a configuração da proteção social na região e assinalam a frágil intervenção estatal nesse campo, fato, segundo as autoras, que explica o crescimento das atribuições familiares e, por consequência, a sobrecarga das famílias.

Para explicar a dinâmica de proteção social verificada em âmbito nacional, deu-se ênfase à existência de um fenômeno conhecido como *welfare mix*, que está circunscrito a um padrão de proteção que prevê a participação ativa e igualitária de três instâncias de proteção, são elas: Estado, mercado e setores variados, como a família (PEREIRA, 2004). Conforme registrou-se, essa tendência busca enfatizar a quebra da centralidade do Estado, enquanto sujeito responsável pela política social, e espalha a ideia de que os três setores devem contribuir igualmente na provisão do bem-estar. É evidente que tal postulado ignora por completo as condições objetivas que uma e outra instância possuem para assegurar o fornecimento dos recursos de proteção.

As famílias abordadas neste trabalho confirmaram que não conseguem alcançar um nível satisfatório de atendimento às suas necessidades, ainda que agreguem todos os bens e serviços alcançados

em todas as esferas de proteção, na busca pelo bem-estar. Evidenciam, assim, a fragilidade e escassez dos recursos adquiridos e a lógica perversa dessa tendência de “co-responsabilidade variável”, que, na realidade, enaltece a importância da família para transferir a ela as obrigações ligadas à proteção social. Pereira (2004) alerta que o caráter contraditório da família, as transformações na sua organização e estrutura, bem como a dificuldade de definir as fronteiras e responsabilidades entre os diferentes atores do setor informal contraindicam as possibilidades de a família assumir um papel preponderante no campo da proteção social.

Mostrou-se, ao longo da dissertação, que os sujeitos aqui estudados, ao estabelecerem uma determinada organização para dar conta de sua subsistência, precisam produzir meios próprios para o acesso ao bem-estar, o que fazem através dos “auto-serviços” (ESPING-ANDERSEN, 2000). Eles precisam, por exemplo, fornecer cuidados e assistência uns aos outros, dedicar tempo e desenvolver habilidades para prestar os serviços no interior da família. Os entrevistados explicitaram, entretanto, que percebem esse tipo de trabalho com bastante naturalidade. Participam, assim, de um processo que os responsabiliza excessivamente, que os aliena e aprisiona em um lugar de submissão.

Um aspecto também crucial para a compreensão dos movimentos de busca realizados pelas famílias encontra-se na perspectiva de gênero, como apontou-se. Em todos os grupos familiares estudados foi possível perceber a diferenciação de funções entre indivíduos masculinos e femininos, com uma clara penalização da mulher, já que é ela quem assume o volume mais expressivo de atividades domésticas e familiares. Verificou-se que toda a articulação necessária para dar conta dos afazeres domésticos, dos cuidados com as crianças e idosos e a procura por recursos de toda ordem parte primordialmente das mulheres. Ao discutir os papéis sociais que cabem aos membros da família, Gelinski (2010) destaca que “os cuidados que envolvem a vida familiar recaem principalmente sobre as mulheres” (p. 212), cuja responsabilização crescente é tomada pelas políticas públicas como instrumento de proteção social. O gráfico de número 3, apresentado neste trabalho, expressa tal realidade. Viu-se, através dele, que todas as famílias abordadas na instituição estavam representadas por mulheres, explicitando, assim, que, de fato, são elas que se mobilizam para buscar os recursos de bem-estar, além de serem exigidas prioritariamente na realização do trabalho doméstico.

Demonstrou-se, que, para atender às suas necessidades básicas, as famílias acionam, fundamentalmente, três fontes de recursos: as

atividades remuneradas, os serviços públicos e o apoio que elas mesmas representam. Em maior ou menor grau, cada uma dessas instâncias funciona como fonte de proteção social e fornece aos grupos familiares, na medida do possível, os recursos de bem-estar. No entanto, dadas as deficiências intrínsecas a essas instâncias, torna-se necessário somar cada bem ou serviço obtido, articulá-los e alocá-los da melhor maneira possível. Através desse empreendimento, as famílias tentam construir a sua proteção. Rocha e Grinspun (2001) também consideram que as unidades domésticas familiares são dotadas de diferentes doses de recursos (p. 4):

A habilidade de uma unidade doméstica familiar em combinar recursos é afetada pelo seu tamanho, composição e tipo, seu estágio no ciclo doméstico, assim como por fatores relacionados com a liderança, todos os quais determinam o número de contribuintes potenciais para a economia da unidade doméstica familiar.

Conforme já destacou-se, ao longo desse processo, há um esforço muito intenso por parte das famílias para garantir os recursos, representando o que Camargo (2005) chama de “peregrinação pela busca dos serviços” (p. 96); e toda a conjuntura social e econômica atualmente posta favorecem ainda mais a sobrecarga da esfera familiar.

A análise das informações colhidas junto às famílias permitiu notar, que a sua movimentação em busca dos recursos compreende formas específicas de acesso a eles. Constatou-se, nesse sentido, que as famílias planejam suas ações, examinam os caminhos que serão percorridos, as pessoas e instituições que serão acionadas, enfim, avaliam as possibilidades mais viáveis para o alcance de seus objetivos. E, nesse percurso, elas se utilizam de estratégias que mesclam solidariedade, direitos, clientelismo, trabalho, entre outros elementos.

As práticas clientelísticas puderam ser observadas nos relatos de todas as entrevistadas, que expressaram naturalmente esse posicionamento, como uma das formas que encontram para dar conta de suas demandas. As relações cultivadas com representantes políticos, com familiares investidos em cargos públicos e outros laços pessoais e de amizade são identificados pelas famílias como uma alternativa à morosidade e a deficiência das políticas públicas, de modo que a tentativa de obter privilégios e beneficiamento pessoal é encarada como

uma forma de superação das dificuldades encontradas e de acesso a direitos que já lhes foram negados e violados.

Os dados obtidos corroboraram a ausência de condições objetivas das famílias para prover o bem-estar de seus membros, uma vez que suas principais fontes de recursos apresentam inúmeras limitações. Nesse sentido, considerando-se que a relação das famílias com essas fontes condicionarão o seu acesso aos recursos de proteção, pode-se apregoar que a família encontra-se bastante desprotegida:

El nivel de bienestar de las personas depende de su relación con las distintas esferas institucionais: el mercado, el Estado, las familias y las organizaciones comunitarias. La disponibilidad de trabajo y los niveles de remuneración determinan la cantidad de los bienes y los servicios que los hogares pueden comprar en el mercado. Pero también el acceso a los servicios de educación, salud, seguridad social que se realiza através de las políticas sociales y el conjunto de actividades que sus integrantes realizan en la esfera doméstica y en las redes comunitarias son otros recursos por medio de los cuales se satisfacen necesidades (AGUIRRE, 2009).

Verificou-se que os rendimentos financeiros obtidos através da realização de atividades remuneradas e também do recebimento de benefícios de programas de transferência de renda são escassos e pouco contribuem para a satisfação das necessidades básicas da unidade familiar. O regime de bem-estar instalado no país propõe políticas focalizadas e, portanto, ineficazes, que não alcançam a satisfação dos reais anseios das famílias, inclusive por que as incorpora em suas propostas, responsabilizando-as pela provisão da proteção social. E, o apoio familiar, em que pese representar um suporte de extrema relevância para seus membros, também precisa de recursos externos para ter um rendimento satisfatório, mas diante de uma carga tão intensa de obrigações, não vem correspondendo às expectativas sociais que lhe são depositadas.

Em razão da problemática exposta, denota-se, a partir das entrevistas realizadas, que as famílias não alcançam êxito em sua busca pelos recursos de bem-estar, pois apesar de todo o seu esforço, conseguem obter simplesmente subsídios mínimos, itens ligados à sua reprodução biológica, que estão distantes de se constituírem como elementos de proteção, pois não atendem às necessidades sociais. Uma

análise mais abrangente de todo esse processo também encontra respaldo em fenômenos sociais vinculados à estrutura de classes da sociedade e a um movimento contraditório no centro do sistema, que determina as relações sociais existentes e seus desdobramentos. Conforme Paiva (2003), a produção das riquezas torna-se mais dinâmica ao passo que a população trabalhadora se aprofunda em sua situação paupérrima e “tal virtuosismo não se faz acompanhar de medidas redistributivas em termos de um acesso socialmente justo para os cidadãos, de provimento de seus direitos e necessidades sociais básicas” (p. 59). As formas de pobreza são, assim, agravadas pelo desmonte dos sistemas de proteção social.

Outras produções teóricas na área do Serviço Social, que abordam as questões da família em perspectiva semelhante ao presente trabalho, são encontradas em Lima (2006), que disserta sobre a relação da família com a proteção social, procurando compreender a forma como ocorre o exercício da proteção centrado na figura familiar; em Alves (2010), que também chama a atenção para as trajetórias e estratégias desenvolvidas pela família, bem como para os recursos utilizados por elas na busca pelos serviços públicos (neste caso a autora elege um serviço específico da política pública de saúde, na esfera da alta complexidade); e também em Barcelos (2011), que estuda a incorporação da família nos serviços de saúde, destacando a sua extrema responsabilização na gestão do cuidado. Embora tenham recortes bem diferenciados, essas pesquisas têm em comum a análise de que a família é uma instância sobrecarregada de funções e exigida a dar conta de uma série de bens e serviços necessários ao alcance do bem-estar de seus membros, o que concluem não ser possível. Todas elas tentam demonstrar que é preciso repensar o regime de bem-estar brasileiro para que as famílias alcancem um nível satisfatório de proteção social, contribuindo com a satisfação das necessidades básicas de seus membros em conformidade com as suas reais condições de fazê-lo.

Para o Serviço Social, enquanto área do conhecimento e profissão interventiva, as contribuições dos estudos acerca da família são primordiais, pois, conforme Miotto (2011):

Essas contribuições indicam a necessidade de se aprofundar o conhecimento em torno da incorporação da família pela política social brasileira. Isso se torna muito mais significativo para as profissões de caráter interventivo, à medida que se observa discursos e práticas de responsabilização das famílias altamente

naturalizadas no processo de execução das diferentes políticas sociais e nos quais os assistentes sociais estão profundamente envolvidos. Diante disso, a compreensão desse fenômeno seria o primeiro passo para o delineamento de estratégias para o rompimento com tais discursos e práticas e com a construção de ações profissionais que possam adensar e materializar de fato o projeto ético-político do Serviço Social (p. 2).

É com este intuito, portanto, que a presente dissertação é apresentada, para ampliar conhecimento no campo teórico eleito, propor a reflexão sobre a atuação profissional e contribuir com os processos sociais capazes de gerar mudanças positivas nas condições de vida das famílias.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S. Evolução das estruturas domésticas. In.: **Sociologia, problemas e práticas**. n.º 43, Lisboa, 2003, p. 13-30.

AGUIRRE, R. Uso del tiempo y desigualdades de género en el trabajo no remunerado. In: Aguirre, R. (comp.) **Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en Uruguay**. INE, INMUJERES, UDELAR, UNIFEM, UNFPA. Montevideo, 2009.

ALVES, F. L. **Trajetórias de acesso da população aos serviços do SUS: um estudo sobre a cirurgia bariátrica**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002. 258p.

ARRIAGADA, I. Cambios e desigualdad em las familias latinoamericanas. **Revista de la Cepal**, n. 77. ago/2002. p. 143 – 161.

BARCELOS, M. S. **A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir da concepção dos profissionais num hospital de alta complexidade**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

BELLO, J. L. de P. **Metodologia científica: manual para elaboração de textos acadêmicos, monografias, dissertações e teses**. Universidade Veiga de Almeida - UVA. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/49884099/8/A-neutralidade-cientifica>. Acesso em 13 abr. 2012.

BERMÚDEZ, M. S. de M. **Políticas sociales y familia: estado de bienestar y neoliberalismo familiarista**. Fronteiras, Montevideu, n. 4, set. 2001. p. 103 – 114.

BILAC, E. D. **Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares**. In: RIBEIRO, I; RIBEIRO, A. C., Família e processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. Edições Loyola, São Paulo, 1995.

BRUNIERA, C. F. G. B. **Pesquisa sociológica: o papel do investigador no trabalho de campo.** Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/sociologia/pesquisa-sociologica-o-papel-do-investigador-no-trabalho-de-campo>. Acesso em 13 abr. 2012.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Perspectivas de crescimento da população brasileira: velho e novos resultados.** Texto de Discussão 1429. Brasília, 2009.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social.** UNB, Brasília, n. 12, janeiro a junho de 2003. p. 165 – 190.

CAMPOS, M. S.; REIS, D. S. Metodologias do Trabalho Social no CRAS. In: **CRAS: Marcos Legais**, São Paulo, Capacita CRAS, vol. 01. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social & Fundação Vanzolini, 2009. p. 41-70.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p.20-28, 2010.

CASTRO, Mary Garcia. Mulheres chefes de família, racismo, códigos de idade e pobreza no Brasil (Bahia e São Paulo). In: LOVEL, Peggy. **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991, p. 121-159.

DI GIOVANNI, G. **Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual.** In: Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas/SP. UNICAMP, 1998. p. 9 – 29.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. (Org.). **Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994. p. 23-41.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do estado.** 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 215 p.

ESPING-ANDERSEN, G. **Riesgos sociales y estados de bienestar**. In: Fundamentos Sociales de las economías postindustriales. Barcelona: Ariel, 2000. p. 49 – 66.

_____. **La economía familiar** In: Fundamentos Sociales de las economías postindustriales. Barcelona: Ariel, 2000. p. 69 – 100.

FONSECA, C. Conceções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. Qual o estado? Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, mai./ago 2005.

FREITAS, R. de C. M.. Programas de Combate à Pobreza: o poder das mulheres às avessas. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 96, julho, São Paulo: Cortez, 2008, p. 49-64.

GELINSKI, C. R. O. G.. **Proteção social em saúde para famílias vulneráveis com monoparentalidade feminina via Estratégia Saúde da Família**. Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 19. n. 1, jan./jun. 2.

_____. **Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar**: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, A. A. (Org.) Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 211-250.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, set./2002. p. 102-121.

HELLER, Agnes. **A concepção de família no estado de bem-estar social**. São Paulo: Cortez, 1987.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, nov. 2001, p. 1 - 12.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de. (org.). **Política social, família e juventude**. São Paulo: Cortez Editora/UERJ, 2010.

INMAN, P. **The Guardian**. Brazil overtakes UK as sixth-largest economy. Disponível em: [http://www.guardian.co.uk/business/2011/dec/26/brazil-overtakes-uk economy?intcmp=srch](http://www.guardian.co.uk/business/2011/dec/26/brazil-overtakes-uk-economy?intcmp=srch). Acesso em 03 de jan. de 2011.

LIMA, E. **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre as famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

LIMA, T. S. L.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katáýisis**, Florianópolis, Editora da UFSC, v. 10, 2007. Número especial.

LINO, P. G. **Trabalhadores temporários de uma empresa no contexto turístico do município de Garopaba - SC: formas de sobrevivência**. 89 f. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, UnB, Cead, 2001.

MARTIN, Claude. Os limites da proteção da família: introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado in A Sociedade-Providência, Revista **Crítica das Ciências Sociais**, nº 42, Coimbra, CES, 1995.

MARTINEZ-FRANZONI, J. **Regimen de bienestar familiarista**. In: MARTINEZ-FRANZONI, J. ¿Arañando bienestar? Trabajo remunerado, protección social y familias en América Central. Chile: CLACSO, 2008. p. 83 – 112.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MIOTO, R. C. T. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, p. 114-130, abr. 1997.

_____. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Cadernos Capacitação em Serviço Social e Política Social - 04**. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.) **Política social, família e juventude**. São Paulo: Cortez Editora/UERJ, 2004.

_____. Família e Políticas Sociais. In BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Org.) **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora/CAPEs, 2008.

_____. Metodologia para intervenção com famílias. **Minicurso**. Apresentação de Trabalho. 2008.

_____. Famílias de Jovens que Tentam Suicídio. Campinas, 1994. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto da observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOTA, A. E. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. **O mito da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 133-146 e 180-200.

MONTALI, L. **Trabalho e família na região metropolitana de São Paulo na primeira metade dos anos 90**: instabilidade e reestruturação produtiva. Relatório Final apresentado ao CNPq. Campinas. NEPP/UNICAMP, 2000.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, V. M. R. **O direito à saúde na reforma do estado brasileiro**: construindo uma nova agenda. 2002. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. **Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida**: a reconstrução de um conceito. Semina: Ciências Humanas e Sociais. Londrina, v. 23, p. 107 a 122, set./2002.

NOGUEIRA, V. M. R.; SIMIONATTO, I. As demandas de pesquisas sobre proteção social no Mercosul: exigências para o Serviço Social. **Revista Katálisis**. v.9 n.2 Florianópolis jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 26 de jun. de 2011.

OURIQUES, H. R.. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005, 159 p.

PAIVA, B. A. **A política de financiamento da assistência social**: a imprecisa tradução da LOAS. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEIXOTO, C. E. **As transformações familiares e o olhar do sociólogo**. In: SINGLI, F. de. Família contemporânea. FGV editora, Rio de Janeiro, 2007. p. 11-28.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, P. A. P. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo.** In: BOSCHETTI, I. et. al. (Org.) *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. UNB. Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2004.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, A. P.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude**. São Paulo, Cortez, 2004.

PEREIRA, P. A. P. **Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero.** *Sociedade em Debate*, Pelotas, 12 (1): 67-86. Jun./2006.

PREFEITURA Municipal de Garopaba. **História de Garopaba.** Disponível em: <<http://www.garopaba.sc.gov.br/site/historia.php>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

RIAL, C.; GODIO, M. (Org.). **Pesca e Turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul.** Florianópolis: Nuppe/CFH/UFSC, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROCHA, M. G.; GRINSPUN, A. **Ajustes privados: unidades domésticas familiares, crise e trabalho.** In: JERVE, A. M. et al. *Choices for the poor: lessons from national poverty strategies*. Bergen, New York: UNDP, 2001.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1986. 11. ed.

SANTUR. Santa Catarina Turismo S/A. **Pesquisa mercadológica: estudo da demanda turística do município de Garopaba.** Abr./ 2009. Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br>. Acesso em 28 de jun. de 2011.

SARACENO, C. A **dependência construída e a interdependência negada: estruturas de gênero da cidadania.** In: BONACCHI, G;

GROPPI, A. O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP. 1995.

SARACENO, C.; NALDINI, M. **Sociologia da família**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 2003. 406 p.

SARTI, C. A. **A família como ordem simbólica**. Psicologia USP. v 15, n. 3, p. 11-28, 2004.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

_____. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O valor da família para os pobres. In I. Ribeiro & A. C. T. Ribeiro (Org.), **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola. 1995. p. 131-150.

SEIBEL, E. J.; OLIVEIRA, H. M. J. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 39, p. 135 – 145, 2006.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, E. L. da. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

SIMIONATTO, I., NOGUEIRA, V. M. R. Pobreza e Participação: o jogo das aparências e as armadilhas dos discursos das agências multilaterais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 66, julho, São Paulo: Cortez, 2001, p. 145-164.

SOUZA, M. H. do N.; SOUZA, I. E. de O.; TOCANTINS, F. R. A utilização do referencial metodológico de rede social na assistência de enfermagem a mulheres que amamentam. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 03, p.01-07, jun/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 26 ago. 2011.

SOUZA, M. M. C. de. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. Texto para discussão 699. Disponível em: www.ipea.gov.br.

SUNKEL, G. **La demanda social a la familia ha aumentado en la década del noventa**. In: SUNKEL, G. El papel de la familia em la protección social em America Latina. Serie Politicas Sociales 120. Chile: Naciones Unidas/CEPAL. 2006.

TIRIBA, L. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. **Cad. CEDES**, Campinas, v.27, n.71, jan./apr. 2007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 10 abr. 2012.

TORREMOCHA, I. M. **Las familias monoparentales: delimitación conceptual problemática e explicación de su creciente incremento**. In: TORREMOCHA, I. M. Monoparentalidad y política familiar. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 2006. p. 1 – 25.

VIANA D'AVILA, A. L.; LEVCOITZ, E. Proteção Social: Introduzindo o Debate. In: **Proteção Social – Dilemas e Desafios**. Ana Luiza D'Avila Viana, Paulo Eduardo M. Elias e Nelson Ibañez (org.) São Paulo: Hucitec, 2005, p. 15-57.

WALL, K. **Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho**, Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1998.

VASCONCELOS, P. **Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe**. *Análise Social*, vol 37, 2002, p. 507 – 544.

VIANNA. M. L. T.W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n. 18, 2008. p. 120-144.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano 23, Especial. São Paulo: Cortez 2002.

_____. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 5. ed. – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1:
QUADRO A – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

SERVIÇO	OBJETIVOS	AÇÕES	PÚBLICO ALVO	META
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	Fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários e promover ganhos sociais e materiais às famílias.	Acolher, informar e orientar para a inserção em serviços da Assistência Social, como ações socioeducativas e de convivência. Encaminhar a outras políticas, promover o acesso à renda e o acompanhamento sociofamiliar.	Famílias (crianças, adolescentes, adultos e idosos de todas as idades e pessoas com deficiências).	Alcançar as 570 famílias inscritas no Cadastro Único.
Projeto de Inclusão Digital	Proporcionar às crianças e aos adolescentes das famílias em situação de vulnerabilidade social o exercício da cidadania através do conhecimento de tecnologias de informação e comunicação, utilizando-a como ferramenta para preparação para o mercado de trabalho e outras atividades	Ensinar a operação de computador com softwares de uso comum, como <i>Windows</i> , <i>Word</i> e <i>Excel</i> , proporcionar conhecimento básico sobre digitação e Internet, proporcionar a aprendizagem no campo das tecnologias de informação e comunicação, preparar para o mercado de trabalho ou formação profissional, ampliar o conhecimento a partir do contato com novas	Noventa e seis (96) crianças e adolescentes de famílias inscritas no Cadastro Único, com idade escolar entre 07 (sete) e 17 (dezesete) anos, que estejam frequentando regularmente a escola.	Proporcionar a 128 (cento e vinte e oito) crianças e adolescentes de 07 (sete) a 17 (dezesete) anos, das famílias incluídas no Cadastro Único, a cada ano, conhecimentos de tecnologias ligadas à informática, através da realização de oficinas.

	pedagógicas e do cotidiano.	tecnologias de informação e comunicação, não só na área específica de informática e possibilitar o rompimento com o ciclo de pobreza entre gerações.		
Assessoria Técnica a Conselhos Deliberativos (CMAS, CMI e CMDCA)	Assessorar os Conselhos Deliberativos da cidade de Garopaba.	Orientar os Conselhos deliberativos quanto à organização documental, cadastro de representações e registro de entidades.	Conselhos Deliberativos	Fornecer assessoria a todos os Conselhos Deliberativos que Garopaba venha a possuir (meta alcançada no atual momento).
Atendimento a Grupos de Convivência	Promover e dar continuidade ao atendimento de idosos em grupos de convivência, estimulando sua integração social, fortalecendo sua auto-estima e desenvolvendo o exercício da cidadania.	Realizar encontros inter-grupais, passeios turísticos, atividades recreativas, laborais, artísticas e culturais. Orientar quanto à saúde e prevenção de doenças.	Grupos de Idosos e de Mulheres.	Atender a 500 idosos e 320 mulheres.
Benefícios Eventuais (Auxílios natalidade e	Proporcionar atendimento às famílias em vulnerabilidade nas situações de natalidade,	Fornecer amparo às famílias em situação de natalidade, funeral e vulnerabilidade social, através de auxílio	Famílias que estejam dentro dos critérios estabelecidos na LOAS e Conselho	200 (duzentas) famílias.

funeral)	funeral e vulnerabilidade social, cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 salário mínimo.	material em bens de consumo, por meio de uma única parcela.	Municipal de Assistência Social, por meio de Resolução Normativa.	
Benefício de Prestação Continuada – BPC	Efetuar encaminhamento ao INSS, visando garantir 01 (um) salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família (art. 20 da LOAS).	Elaborar requerimento e declaração da composição familiar e renda mensal dos destinatários, além de revisar benefícios determinados pelo Ministério do Desenvolvimento Social.	Pessoa idosa e/ou com deficiência.	Não definida.
Cadastro Único	Nortear a implantação de políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda, proporcionar, através do Banco de Dados, o diagnóstico sócio-econômico das famílias cadastradas,	Pesquisar e alimentar os dados do Cadastro Único para identificação das famílias em situação de pobreza de todo o município.	Famílias em situação de pobreza.	Cadastro de todas as famílias em situação de pobreza no município (famílias com renda <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais)).

	possibilitando a análise das suas principais necessidades;			
Programa Bolsa-Família	Combater a fome e a miséria das famílias em situação de pobreza, promover a emancipação das famílias em situação de pobreza, associar a transferência do benefício financeiro ao acesso aos direitos sociais básicos (saúde, alimentação, educação e assistência social).	Transferir renda às famílias em situação de pobreza.	Famílias em situação de pobreza, com renda <i>per capita</i> de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais.	Incluir as famílias nos Programas Sociais do Governo Federal.
Centro de Múltiplo Uso	Oferecer espaço físico adequado para a realização de ações sociais e comunitárias para grupos e entidades sociais do município.	Equipamento social que desenvolve ações sociais e comunitárias em várias modalidades de atendimento.	Grupos e entidades sociais do município.	Atender Organizações Governamentais e Não-Governamentais do município.
Brinquedoteca	Contribuir para o processo de construção da educação de crianças em situação de vulnerabilidade social,	Possibilitar o acesso a jogos, brincadeiras e atividades desenvolvidas e orientadas por profissionais de Educação e áreas afins,	Crianças de 05 (cinco) a 08 (oito) anos.	50 crianças

	oportunizando um aprendizado aliado a diversão, visando ao desenvolvimento infantil.	oportunizar o convívio social, harmônico, divertido e pedagógico, estimular a importância do brincar, afastando possibilidades de trabalho infantil, proporcionar conhecimentos aliados à diversão, oferecendo alfabetização inicial e complementar, garantir o direito ao lazer, constituído por elementos como brincar, praticar esportes e divertir-se, construir novas relações, através do brinquedo, levando à construção da autonomia, da identidade e da auto-estima.		
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover	Executar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) através da acolhida, informação e orientação, inserção em serviços de assistência social, tais como ações socioeducativas e de convivência,	População em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços	Atender a 220 (duzentas e vinte) famílias.

	<p>aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.</p>	<p>encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e acompanhamento sociofamiliar.</p>	<p>públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros.</p>	
--	--	---	--	--

APÊNDICE 2:
QUADRO B – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

SERVIÇO	OBJETIVOS	AÇÕES	PÚBLICO ALVO	META
Prestação de Serviço a Comunidade – PSC	Executar o programa de Prestação de Serviço à Comunidade, promovendo a reeducação e ressocialização do adolescente autor de ato infracional, através do controle e acompanhamento direto do serviço realizado na comunidade.	Encaminhamento dos adolescentes a instituições para realização de atividades benéficas à comunidade e capazes de provocar reflexão no adolescente acerca de seu comportamento e, ainda, despertá-lo para o interesse futuro de desenvolver atividades remuneradas;	Adolescentes (pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos – conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente).	Atender os adolescentes autores de ato infracional encaminhados pela Promotoria de Justiça da comarca.
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Retirar crianças e adolescentes, de 07 (sete) a 16 (dezesesseis) anos do trabalho considerado perigoso, insalubre ou degradante.	Possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola e incentivar a participação em atividades desenvolvidas na jornada ampliada (atividades físicas, esportivas, arte-terapia e reforço escolar).	Crianças e adolescentes com idades entre 07 (sete) e 16 (dezesesseis) anos em situação de vulnerabilidade social.	42 (quarenta e duas) crianças e adolescentes.
Plantão Social	O Plantão Social tem por objetivo fornecer atendimento emergencial a	Atender de forma emergencial as demandas sociais da população,	Famílias que procuram os serviços da SDS.	Atender todas as famílias que procuram os

	<p>famílias em situação de risco pessoal e social, orientando, encaminhando e assistindo.</p>	<p>visando a incluir as famílias em programas sociais ou serviços e encaminhá-las a outros órgãos, de modo a levá-las à auto-sustentação e autonomia. Realizar atendimentos, entrevistas e acompanhamento social, visitas domiciliares, inclusão em programas de complementação de renda, orientação familiar, promoção de estratégias de acesso à moradia, ao trabalho, à saúde, à educação, etc.</p>		<p>serviços da SDS, especialmente as que se encontram em situação de extremo risco social.</p>
<p>Programa de Orientação e Apoio Sociofamiliar - POASF</p>	<p>Atender as famílias, através de orientação, apoio e acompanhamento social temporário.</p>	<p>Prestar apoio e acompanhamento às famílias encaminhadas pelo Conselho Tutelar, juizado e outros órgãos, assegurar às famílias incluídas no Programa o recebimento de suplementação alimentar, bem como participação efetiva no trabalho de grupo e criar um espaço de reflexão com o</p>	<p>Famílias em situação de extremo risco social, caracterizado pela ausência de alimentos.</p>	<p>40 (quarenta) famílias por mês.</p>

		desenvolvimento do trabalho sócio-educativo junto às famílias, visando buscar alternativas de superação das situações de riscos vivenciadas.		
Programa de Atenção a Pessoa com Deficiência Física – Tratamento Precoce	Oferecer atendimento específico às necessidades especiais de crianças na faixa etária de 0 (zero) a 03 (três) anos, evitando a instalação e cronificação da deficiência, exercendo uma ação preventiva e de caráter altamente facilitador da inclusão social e educacional.	Realizar tratamento precoce em 12 (doze) crianças, na faixa etária de 0 (zero) a 03 (três) anos, que além da deficiência vivem em condições familiares de vulnerabilização social decorrentes da pobreza; Proceder à visita domiciliar para prestar à família apoio, orientação e acompanhamento para que a criança atinja seu pleno desenvolvimento, considerando que a família é a principal parceira e mediadora nesse processo.	Crianças com deficiências e suas famílias matriculadas no Programa de Tratamento Precoce da Escola de Educação Especial Renascer – APAE de Garopaba – SC.	Atender a 12 (doze) crianças com deficiência e oferecer suporte especializado à sua família.
Projeto de Revitalização de Serviços de Prevenção de	Dar suporte aos serviços e atendimento especializados oferecidos pela APAE de	Aquisição de materiais de custeio e consumo necessários à manutenção e	Pessoas com deficiência.	67 (sessenta e sete) pessoas com deficiência.

Deficiências, Habilitação/Reabilitação da Pessoa com Deficiência Mental e transtornos de comportamento associados.	Garopaba, principalmente nas atividades de habilitação/reabilitação, com base no trabalho interdisciplinar.	execução dos atendimentos, articulação com as demais políticas públicas e outras entidades sociais, atendimento clínico individualizado nas áreas de fisioterapia, assistência social, fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutrição, pedagogia e psicologia.		
Programa de Atenção à Pessoa Idosa Vítima de Violência	Atender, acompanhar e encaminhar idosos e familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	Atendimento de denúncias de abandono e maus-tratos, realização de visitas domiciliares aos idosos e seus familiares, encaminhamentos para internação em Instituições de longa permanência ou reinserção familiar e aos órgãos e programas de atendimento.	Idosos em situação de risco social, especialmente violência intra-familiar.	Atendimento de todas as pessoas idosas que se encontram ameaçadas na violação de seus direitos.
Serviço de Mediação Familiar	Contribuir para a resolução de conflitos familiares envolvendo idoso e para a reorganização da vida pessoal e familiar através do estabelecimento de uma nova forma de comunicação	Atendimento de denúncias de abandono, negligência e maus-tratos, realização de contato com os envolvidos no conflito, visita domiciliar, intervenção psicossocial no conflito e	Idosos em situação de risco social.	Atendimento de todas as pessoas idosas que se encontram em situação de risco social.

	funcional e de um acordo final entre os membros da família.	assinatura de Termo de Compromisso e Acordo da Mediação Familiar.		
Programa Família Acolhedora	Garantir às crianças e aos adolescentes que necessitam de proteção social a convivência dentro de um ambiente familiar e comunitário benéfico ao seu desenvolvimento.	Elaborar um diagnóstico da real situação emergencial em que a criança/adolescente se encontra e que justifique o encaminhamento temporário a uma família de acolhimento, proporcionar à família de acolhimento recursos materiais nos casos em que haja necessidade, bem como acompanhamento psicossocial durante a permanência do usuário em seu meio, desenvolver um trabalho em parceria com entidades e instituições, no sentido de completar o atendimento prestado.	Crianças e adolescentes em situação de risco, encaminhadas pelo Fórum de Justiça da Comarca de Garopaba.	Atender todos os encaminhamentos do Fórum de Justiça da Comarca de Garopaba.

APÊNDICE 3:
QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA

Nome	Parentesco com a pessoa de referência³⁰	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado civil

³⁰ A pessoa de referência é o responsável ou principal responsável pela provisão dos recursos de bem-estar da família.

Especificidades profissionais e trabalhistas

Nome	Profissão/ocupação	Tipo do vínculo profissional/trabalhista³¹	Salário (reais)	Condições de trabalho³²

³¹ O tipo de vínculo profissional/trabalhista pode ser formal (com carteira de trabalho assinada), informal (sem carteira de trabalho assinada), temporário (com contrato de trabalho por tempo determinado), autônomo (sem empresa ou empregador fixo) ou outros.

³² Sobre as condições de trabalho, a pesquisadora explicará ao entrevistado que devem ser considerados alguns aspectos, como: distância percorrida para chegar ao local de trabalho, disponibilização de vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, salubridade e higiene do local de trabalho, características das atividades exercidas, relações de trabalho com outros funcionários, subordinados e superiores, etc.

1) Qual(is) serviço(s) você e sua família utilizam nesta instituição? Com que frequência o utiliza? Como ficou sabendo de sua oferta? Qual a importância deste(s) serviço(s) para a sua família?

2) Há doenças, limitações ou deficiências físicas e/ou mentais em algum(s) membro(s) da família? () Não () Sim – Em caso de resposta afirmativa, responder abaixo:

Nome:

Quem cuida:

Recebe auxílio de alguém nesse cuidado? De quem?

O auxílio é gratuito?

Recebe auxílio financeiro ou material nesse cuidado? De quem?

Existe contrapartida? Qual(is)?

3) Gastos mensais da família:

Itens	Valor gasto (em reais)	Recebe auxílio? (Não/Sim – de quem?)
Alimentação		
Água		
Energia elétrica		
Medicamentos		
Escola		
Lazer		
Telefone		
Moradia		
Outros		

- 1) Quem realiza as tarefas domésticas de lavar, passar, limpar, arrumar, cozinhar, realizar consertos e outros serviços gerais? Há divisão dessas tarefas entre a família? Alguém paga por esses serviços? Quem?**
- 2) Qual o envolvimento da família com as tarefas de cuidado das crianças? Quem é (são) o(s) responsável(is) pela alimentação, higiene, contato com instituições, acompanhamento educacional e de saúde, cuidado durante a semana, finais de semana, férias?**
- 3) Quais as influências e/ou contribuições da escola, de programas/projetos que participam, de órgãos de proteção e outros na educação das crianças e adolescentes?**
- 4) Como é a relação da família com os parentes, amigos e vizinhos? Existe prestação de auxílio entre um e outro? Em quais momentos esse auxílio mais acontece?**
- 5) Como é a relação da família com as instituições sociais, educacionais e de saúde no município? De que forma se dá o**

atendimento nesses locais? A família costuma ter suas necessidades atendidas? De que forma? Citar um exemplo:

- 6) Em situações de necessidades, a quem a família solicita auxílio com maior frequência (parentes, vizinhos, amigos, instituições públicas, conhecidos, outros)? Costuma ser atendida?**
- 7) Em algum momento a família é cobrada por pessoas ou instituições a retribuir o auxílio recebido? A família se sente na obrigação de retribuir? Como faz isso?**
- 8) Como é a relação familiar dos membros da família? Geralmente se entendem ou não, brincam, brigam, partilham as dificuldades e conquistas, fazem atividades juntos, refeições, passeios, se ajudam de alguma forma?**
- 9) Qual o envolvimento dos membros da família (tempo, dedicação, recursos financeiros e materiais, etc.) para o alcance dos serviços e recursos necessários ao atendimento de suas necessidades? O que eles precisam fazer para alcançá-los e quem geralmente mais se empenha nesse processo?**
- 10) O que a família faz quando não obtém um serviço ou recurso de que precisa?**
- 11) Quais as fontes diretas e indiretas de recursos (materiais, financeiros, etc.) utilizadas pela família para a garantia de seu bem-estar?**
- 12) De que forma a família organiza esses recursos obtidos? No que os aloca? Quem é o principal responsável pela tarefa de administração desses recursos?**

- 13) Os homens e mulheres possuem tratamento igualitário no interior da família?**
- 14) A família gostaria de melhorar a sua condição social? Acha que isso é possível? Realiza alguma atividade para efetivar esse desejo?**
- 15) Para a família, o que seria importante para melhorar a sua condição social e a vida familiar?**

ANEXOS

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir você pode aceitar ou não fazer parte do estudo ou ainda desistir de sua participação, sem ter que apresentar nenhuma justificção ou motivo, podendo fazê-lo inclusive por telefone, sem qualquer prejuízo, em qualquer momento, se assim desejar.

Se concordar em participar desta pesquisa assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. A identidade dos informantes será mantida em absoluto sigilo. Os dados obtidos poderão ser gravados e transcritos, mas o nome do sujeito da pesquisa não aparecerá em qualquer registro. Serão utilizados nomes fictícios.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL: RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

A finalidade dessa pesquisa é conhecer e discutir as relações que se estabelecem entre as famílias e os serviços públicos, considerando que os serviços públicos são essenciais para o atendimento de necessidades de seus usuários, mas também requerem a organização do tempo e dos recursos das famílias. Por isso, esse estudo necessita ouvir tanto as famílias como os profissionais dos serviços. Através das informações prestadas espera-se entender como as famílias se organizam para atender as necessidades de seus membros e as demandas dos serviços e como as famílias são incorporadas pelos serviços públicos que são os responsáveis pela execução das políticas sociais. Espera-se que o conhecimento gerado por esse estudo contribua para o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados e para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Metodologia: coleta de dados com profissionais terão como instrumentos de pesquisa entrevistas e Grupo Focal. A pesquisa com as famílias será realizada através de entrevistas.

Quaisquer informações adicionais sobre a pesquisa, em qualquer momento, poderão ser obtidas através das pesquisadoras: Professora Dra. Regina Célia Tamaso Miotto (coordenadora), telefone para contato: (48) 37219297 ramal 23;

Meistranda Mariana Silveira Barcelos, telefone para contato: (48) 84184550;

Meistranda Pâmela Guimarães Lino, telefone para contato: (48) 37219297;

Assistente Social/ Mestre Francielle Lopes Alves, telefone para contato: (48) 84017070;

Assistente Social/Residente Camile Alves Cezar, telefone para contato: (48) 84546720;

Assistente Social Fernanda Schutz, telefone para contato: (48) 37219297;

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO:

Eu, _____, RG _____,

CPF _____ abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis benefícios e riscos decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer tipo de penalização.

Local e data: _____

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Telefone para contato: _____

ANEXO 2

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



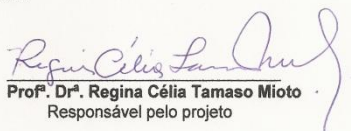
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio-Econômico
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

À Diretora Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social
Prefeitura Municipal de Garopaba
Sra Gabriela Rodrigues Pereira

Prezada Diretora

Encaminho para sua apreciação o projeto de pesquisa **"FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS: RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS E SERVIÇOS PÚBLICOS"** com a finalidade de obter a autorização para a realizar o estudo nessa Instituição. A Secretaria de Desenvolvimento Social foi escolhida considerando a importância dos serviços vinculados a Política de Assistência Social mantidos por essa Prefeitura e, particularmente, porque a assistente social Pâmela G. Lino, ex-estagiária dessa secretaria e atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina tem muito interesse em desenvolver seu estudo a partir da realidade social de Garopaba. Pâmela deverá desenvolver sua dissertação em torno da organização das famílias para o exercício da proteção social de seus membros. Para tanto deverá realizar entrevistas com famílias atendidas no âmbito da atenção social básica e, se necessário, com seus profissionais. A sua autorização é fundamental para que possamos submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC no início do mês de fevereiro. Por isso contamos com a sua colaboração para a realização de nossa pesquisa e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento. Sendo sua resposta positiva solicito a gentileza de conceder a autorização de acordo com o modelo em anexo, em papel timbrado dessa Instituição e com sua assinatura. Sem mais, agradeço e aguardo sua resposta.

Atenciosamente


Prof.^a Dr.^a Regina Célia Tamaso Miotto
Responsável pelo projeto

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da Instituição, tomei conhecimento do projeto de pesquisa: “**Família e Política Social: relações entre famílias e serviços públicos**”, e cumprirei os termos da Resolução CNS 196/96 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2011.

Gabriela Rodrigues Pereira
Diretora técnica

Gabriela R. Pereira
Diretora Técnica
Mat. 2762